



**UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA**

KAREN DE ABREU ANCHIETA

**HISTÓRIA DA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE COTAS
PARA NEGROS NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
LONDRINA – UEL (2000-2005)**

Londrina
2008

KAREN DE ABREU ANCHIETA

**HISTÓRIA DA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE COTAS
PARA NEGROS NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
LONDRINA – UEL (2000-2005)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Luiza Macedo Abudd

Londrina
2008

Catálogo na publicação elaborada pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central da Universidade Estadual de Londrina.

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

A539h Anchieta, Karen de Abreu.
História da implantação do sistema de cotas para negros na Universidade Estadual de Londrina - UEL (2000-2005) / Karen de Abreu Anchieta. – Londrina, 2008.
148f. : il.

Orientador: Maria Luiza Macedo.
Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Londrina, Centro de Educação, Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2008.
Inclui bibliografia.

1. Educação – Sistema de cotas – História – Teses. 2. Universidades – Negros – Cotas – Teses. 3. Política educacional – Teses.
I. Macedo, Maria Luiza. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Educação, Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

CDU 37.014.53

KAREN DE ABREU ANCHIETA

**HISTÓRIA DA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE COTAS
PARA NEGROS NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
LONDRINA – UEL (2000-2005)**

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Profa. Dra. Maria Luiza Macedo
Abudd
Universidade Estadual de Londrina

Componente da Banca: Profa. Dra. Lúcia
Helena Oliveira Silva
Unesp - Assis

Componente da Banca: Profa. Dra. Marlene
Rosa Cainelli
Universidade Estadual de Londrina

Londrina, 31 de março de 2008.

AGRADECIMENTOS ESPECIAIS

Jairo Queiroz Pacheco

Lúcia Helena Oliveira Silva

Maria das Graças Ferreira

Suzana Pacolla Mesquita

Leoni Maria Padilha Henning

Frederico Fernandes

Elena Andrey

Ricardo Ralisch

Vilma Santos de Oliveira

Maria Julia Giannasi Kaimen

AGRADECIMENTOS

A Professora Doutora Maria Luiza Macedo Abbud, minha orientadora e companheira, sempre iluminando com seus questionamentos, esclarecendo dúvidas de maneira extremamente competente.

Às Professoras Doutora Lúcia Helena Oliveira Silva e Doutora Marlene Rosa Cainelli, pelas consistentes e preciosas intervenções que tornaram o trabalho mais claro e mais completo.

A Ana Rosa Menezes que, com sua sensibilidade, contribuiu significativamente para o término do trabalho com suas leituras e sugestões.

A Maria Suely Fernandes da Silva, por dividir reflexões e ter sido companheira no percurso rumo ao conhecimento.

Aos meus pais,

Benedita de Abreu Anchieta e Estevam Anchieta, pela minha vida.

A minha filha, Karina Anchieta Moreira, que muitas vezes precisou de mim e soube compreender a minha ausência devido aos “intermináveis” estudos.

Ao meu marido Marcos Antonio Elias, pois sem o seu apoio não teria conseguido chegar até aqui.

ANCHIETA, Karen de Abreu. **História da implantação do sistema de cotas para negros na universidade Estadual de Londrina – UEL (2000-2005)**. 2008. 142f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2008.

RESUMO

A finalidade do presente trabalho é contar a história da implantação do sistema de cotas para negros na Universidade Estadual de Londrina (UEL). Para tanto, tomamos como ponto de partida as definições de políticas de ação afirmativas e entre elas as cotas para afrodescendentes, com seus pressupostos como discriminação, preconceito e racismo; na seqüência foi feita uma breve retrospectiva da questão de cotas nas universidades. Ao focalizar a UEL, retomamos o percurso desde as primeiras discussões realizadas até a implantação do sistema em 2004. A pesquisa toma como fontes documentos e depoimentos, entre os documentos consultados estão a Resolução número 78 de 2004, as Atas de Reuniões dos Centros de Estudo da UEL, bem como dos seus Órgãos Superiores (Conselho Universitário e Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão), livros, periódicos, jornais, sites que versam sobre o tema. Os depoimentos foram realizados com alguns docentes da UEL que participaram ativamente do processo de implantação das cotas, na perspectiva da história oral. A análise dos documentos juntamente com os depoimentos permitiu reconstituir o processo de discussão que levou à decisão da implantação de cotas para negros nesta universidade, esclarecendo os caminhos percorridos para a sua adoção, além de possibilitar reflexões sobre as universidades públicas e seu compromisso social no que diz respeito à quebra de preconceito, discriminação e racismo, tema este que continua em aberto.

Palavras-chave: História da educação. Ensino superior. Cotas para negros nas Universidades.

ANCHIETA, Karen de Abreu. **History of the Implementation of the Racial Quotas at the Universidade Estadual de Londrina (State University of Londrina) – UEL (2000-2005)**. 2008. 142f. Dissertation (Master's Degree in Education) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2008.

ABSTRACT

The objective of this study is to tell the history of the Racial Quotas implementation at the Universidade Estadual de Londrina (UEL - State University of Londrina). In order to accomplish it, the starting point was the study of the definitions of the affirmative actions policies, like the quotas for afro-descendants, with their assumptions: segregation, prejudice, and racism for instance. After that, a quick retrospective of the quotas issue at the universities. Focusing UEL, the search started with the first discussions made until the implementation of the system in 2004, and the sources were documents and testimonies. Among the searched documents there is the Resolution number 78 of 2004, minutes of the UEL's Center of Studies' Meetings, as well as of their Superior Organs (University Council and Council of Teaching, Research and Extension), books, journals and sites about the mentioned theme. The testimonies were given by some of the UEL teachers who participated actively of the quotas implementation process, under the oral perspective. The analysis of the documents in addition to the testimonies permitted reconstruct the discussion process which led to the decision of the implementation of the racial quotas in this university, clarifying the paths built to its adoption, besides possibiliting reflexions about the public universities and its social commitment concerning the break of prejudice, segregation and racism, these last theme still open.

Keywords: History of education. Higher education. Racial quotas at Universities.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	19
2 POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA: um breve histórico	26
2.1 ALGUMAS MODALIDADES DE POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA	32
2.2 PRESSUPOSTOS DAS COTAS: DISCRIMINAÇÃO, PRECONCEITO E O RACISMO	35
3 COTAS PARA AFRO-DESCENDENTES NAS UNIVERSIDADES	42
3.1 O BRASIL NA CONFERÊNCIA DE DURBAN	45
4 REGISTRANDO A TRAJETÓRIA: das primeiras discussões à implantação do sistema de cotas na UEL	53
4.1 Cotas na UEL: Antecedentes – As primeiras reuniões (2002 e 2004)	55
4.2 O processo de decisão (2004), em diferentes instâncias: Centros, Departamentos, CEPE, CU, comunidade externa	58
4.3 a Resolução (2004) e o processo de implantação do sistema de cotas (2005) ..	64
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
REFERÊNCIAS	76
ANEXOS	80
ANEXO A – Fichas catalográficas	81
ANEXO B – Depoimentos coletados	99

INTRODUÇÃO

A finalidade do presente trabalho é historiar a implantação do sistema de cotas para negros na Universidade Estadual de Londrina (UEL), no período de 2000 a 2005. Para tanto, são apresentadas e discutidas as razões que, naquele momento (2004), fizeram com que tal política pública fosse implementada.

Entendemos que esta estratégia, no bojo das políticas de ação afirmativa, representa a busca de superação de uma defasagem historicamente criada no Brasil, com questões ligadas inclusive à escravidão, o que implica em uma dívida com relação a essa população. Neste sentido, esta é uma política pública que tem por objetivo minimizar diferenças, sejam elas econômicas, políticas, sociais e/ou culturais, possibilitando a seus favorecidos, uma provável inserção econômica (neste caso, via formação de nível superior em universidade).

A política de cotas para afro-descendentes faz parte de um conjunto mais amplo de políticas de ação afirmativa que estão acontecendo mundialmente, inclusive no Brasil, no qual a Universidade Estadual de Londrina se insere.

Apesar de parte da literatura e dos documentos sobre o tema citarem “cotas para afro-descendentes”, no caso da UEL, a expressão correta é “cotas para negros”, uma vez que a Resolução No.78/2004, aprovada pelo Conselho Universitário, é muito clara ao definir cotas para negros e pardos, ou seja, utilizando como critério a cor da pele, como voltaremos a discutir oportunamente neste trabalho.

Justificativa da escolha do tema

Os motivos que nos levaram a querer estudar esta temática foram aparecendo gradativamente. Tudo começou no curso de graduação em História, com a realização do Estágio Supervisionado, no qual deveríamos apresentar uma aula para a 5^A série do Ensino Fundamental e optamos por trabalhar a questão do afro-descendente e a resistência da cultura africana no Brasil.

De que forma abordar, em sala de aula, que os negros e seus descendentes, apesar de terem sido silenciados, não se deixaram calar e resistiram, preservando a cultura africana? Recortando a questão dos negros e discutindo com os alunos os vários tipos de proibições que os mesmos sofreram como escravos e tentando demonstrar que, apesar das proibições, a cultura africana resistiu e persistiu.

A idéia era instigar os alunos a buscarem uma valorização da cultura africana. É importante que o professor tenha clareza de que a escola é um dos primeiros ambientes onde a criança se distingue do outro e se descobre “diferente”, seja pela cor da pele, classe social, condições econômicas, familiares, etc. A escola, muitas vezes, pode se tornar um peso para alguns alunos.

Mais tarde, um outro contato que tivemos com a temática foi no curso de pós-graduação em Educação Especial, quando resolvemos escrever uma monografia sobre a questão da inclusão do afro-descendente na escola, pois se falava muito, naquele momento (2005), sobre a inclusão de alunos com necessidades especiais, mas parecia que pouca atenção era dada às necessidades emocionais. Estas contam muito para uma boa aprendizagem e o aluno que sofre discriminação pela sua aparência dentro da sala de aula pode ter dificuldades em aprender pois, para que isso aconteça, é necessário um ambiente acolhedor. Como então nos prepararmos, enquanto educadores, a fim de propiciar esse ambiente aos alunos para que o processo de aprendizagem seja efetivo?

Tal preocupação também advém de termos presenciado, dentro de sala de aula, situações de alto grau de pressão por parte de alunos brancos sobre alunos negros, fatos que, ao serem contados, até podem parecer sem importância, como foi o caso de uma aluna branca que chamou um aluno negro de “macaco”. Naquele momento, pudemos perceber o sofrimento nos olhos daquele aluno, sentindo-se rejeitado e diminuído. Tal sentimento, muitas vezes, se expressa em rejeição à escola e às atividades escolares, levando os alunos a não desejarem prosseguir os estudos. São situações muito fortes e precisamos saber trabalhar com isso, afinal somos educadores.

Enfim, tais questões que surgiram durante o Estágio Supervisionado, na graduação, e ao longo do nosso trajeto educacional e profissional, foram nos inquietando e nos levaram a definir, como objeto de pesquisa no Programa de Mestrado

em Educação da UEL, a questão das cotas para afro-descendentes na Universidade. As indagações sobre como lidar com situações que envolvem o preconceito dentro da sala de aula seja ele étnico, religioso, sexual, econômico ou outros, remeteram para a possibilidade da inclusão de afro-descendentes no ensino superior.

A questão das desigualdades raciais vem sendo foco de atenção por parte da sociedade como um todo. Acreditando que leis podem agir minimizando injustiças sociais, o Governo Federal (a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso) passou a colocar em pauta as políticas de ação afirmativa¹.

No caso da UEL parece houve uma preocupação que levou ao compromisso com as políticas de cotas, mesmo antes de serem objeto de lei. Vivemos num país que criou a idéia de uma “democracia racial”. Para analisarmos tal pressuposto e a quebra de suas premissas, precisamos atentar para a sua construção histórica, a qual não se deu de maneira espontânea. Não foi porque, espontaneamente, o país fingiu ou silenciou sobre o racismo que surgiu o termo democracia racial; este termo apareceu especificamente em um período no qual se estava construindo uma identidade histórica do país.

E, no decorrer da história do Brasil, diversos viajantes e observadores narraram suas impressões e registraram um país repleto de animais raros e índios vistos como seres estranhos, completamente diferentes dos europeus civilizados. Tais relatos acabaram gerando uma falsa visão dos índios como povos primitivos, o que fugia da realidade, pois os índios brasileiros possuíam uma organização social, só não era a mesma organização social européia.

Diante disso, podemos perceber que desde a chegada dos europeus no Brasil aconteceram versões idealizadas dos fatos. Neste contexto, podemos nos perguntar: e a questão do negro? Como se deu a construção da tal “democracia racial”, ou do “racismo cordial”, ou ainda do “racismo à brasileira?” Como ponto de partida, tentaremos traçar uma breve análise histórica desse processo, visto que tal questão é de suma importância para entendermos a política de cotas para afro-descendentes nas universidades públicas, pois muitos que desconhecem a trajetória da população negra e seus descendentes no Brasil podem se perguntar: “se no Brasil não há preconceito, não

¹ Políticas de ação afirmativas: conceito que será esclarecido em capítulo específico.

há racismo, por que os negros não atingiram ainda a mesma situação do branco já que a abolição dos escravos aconteceu há tanto tempo?”.

A representação de uma pretensa democracia racial acabou sendo inculcada no ideário coletivo: “no Brasil não existe racismo”. Para Pinski (1994), a busca pela construção de uma nação brasileira tem início em meados do século XIX, com o trabalho de Varnhagen que foi, podemos dizer, o primeiro historiador brasileiro, descendente direto de alemães, nascido de maneira acidental em Sorocaba, perto de São Paulo, cuja obra teve por objetivo constituir a idéia de Brasil como nação.

Varnhagen, citado por Pinski, representa os interesses dos senhores proprietários de escravos, portanto ele não narra a constituição da nação, ele na verdade a constitui. Acredita na existência de uma nação brasileira, formada por homens livres brancos e agindo como cidadãos. Por isso negava a escravidão, atribuindo-a a um “erro histórico”, e algumas de suas idéias básicas sobre o surgimento da nação acabaram se tornando fatos indiscutíveis em praticamente todas as obras didáticas posteriores.

O mito da união nacional, do sentimento de brasilidade, não admitiu uma nova versão, simplesmente solidificou-se com o passar do tempo. Contudo, nos últimos anos da escravidão, surgiram discussões sobre o que fazer com os negros, africanos e seus descendentes, que marcaram o país com sua força de trabalho e utilidade. A idéia de um país livre e formado por cidadãos que venderiam sua força de trabalho livremente, de fazendeiros, intelectuais, médicos, advogados, jornalistas, era incompatível com a permanência do negro escravo e dificultava a decisão sobre o que fazer com eles.

No processo de passagem de mão-de-obra escrava para livre, não se cogitava de transformar a característica da força de trabalho existente (de escrava para livre), mas buscavam-se imigrantes brancos, europeus e cristãos que propiciassem a “melhoria da raça” (PINSKI, 1994, p.16).

Desta forma, o negro, que chegou ao Brasil de maneira compulsória e nunca desejou ser escravo, passa a ser penalizado por não possuir as condições para ser livre, visto que a sua cor era considerada prejudicial para a construção de uma

nação de cidadãos brancos e livres. O índio, que a literatura exaltava como “em estado puro”, não causava tanto incômodo, mas o negro não se encaixava na nova estrutura social.

A solução foi encontrada por Gilberto Freyre² que negou não a existência da escravidão, mas sim o seu caráter, pois, segundo ele, diferentemente do que aconteceu em países anglo-saxões ou hispânicos, a escravidão no Brasil teve um caráter benigno, devido ao espírito generoso do português. Uma prova disso seria a miscigenação que ocorreu de maneira intensa no Brasil, ao contrário dos outros países.

Desta forma, a escravidão não teria deixado grandes problemas na relação do branco com o negro, senhores e escravos, o que possibilitaria a continuação da convivência, agora entre cidadãos com direitos iguais. Tal idéia é contraditória, trata-se de uma maneira de se camuflar a real história brasileira, marcada por um preconceito racial disfarçado, dificultando sua superação. O que pode ser comprovado na seguinte frase:

O menino negro pobre, duplamente segregado, aprende que, além da unidade nacional, formamos uma unidade racial. A história que ele aprende não lhe diz respeito, é a de um Brasil construído na cabeça dos ideólogos e não na prática histórica, dentro da qual, afinal, ele vive (PINSK, 1994, p. 17).

Tal construção histórica do Brasil como nação foi promovida pela fundação do primeiro Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1838, que corresponde à lógica do contexto que segue a emancipação política do país.

Sediado no Rio de Janeiro, o IHGB surgia como estabelecimento ligado à forte oligarquia local, associada financeiramente e intelectualmente a um “monarca ilustrado” e centralizador. Em suas mãos estava a responsabilidade de criar uma história para a nação, inventar uma memória para um país que deveria separar, a partir de então, seus destinos dos da antiga metrópole européia (SCHWARCZ, 1993, p.24).

² A partir do livro *Casa Grande e Senzala*, do sociólogo Gilberto Freyre, propagou-se a idéia de que o Brasil seria uma “democracia racial”, uma vez que agruparia harmoniosamente todas as “raças”: negra, branca, indígena.

O IHGB foi fundado no século XIX, especificamente para criar uma história do país pautada pela crença de uma convivência harmoniosa entre as três raças, ou seja, brancos, índios e negros. Harmoniosa sim, só que hierarquicamente desigual: os brancos vinham primeiro, depois os índios e por último os negros.

Percebe-se que a situação do negro, historicamente, é diferenciada, desde a sua chegada no Brasil que se deu de maneira cruel, na condição de escravo, trazido em condições desumanas, assim como foi desumano o tratamento dado a ele como escravo. Com a abolição da escravatura, os negros ficaram relegados à própria sorte, não encontraram apoio nos brancos para superar a condição de inferioridade a que estavam submetidos.

A situação de desvantagem do negro na sociedade, tanto econômica como cultural, social e politicamente, enfim, a sua história de falta de oportunidades, não vem de hoje; a abolição aconteceu há mais de cem anos e o negro e seus descendentes ainda enfrentam dificuldades de diversos tipos. Inferioridade que se consolidou, se interiorizou com a colaboração dos livros didáticos, da história oficial, colocando o negro em situações subalternas, em cargos menos valorizados, etc.

Diante desse quadro, a necessidade por políticas de afirmação não nasce de um dia para o outro, mas é o ápice de todo esse processo histórico, hoje expresso na falta de oportunidades para os negros, aparentemente iguais às brancos, mas que na verdade não são. Neste pano de fundo, então, surgem as políticas de ação afirmativa das quais resultam as cotas para afro-descendentes nas universidades, proposta incorporada e executada por diversas universidades brasileiras, entre elas a UEL, foco desta pesquisa que será brevemente caracterizada a seguir.

A Universidade Estadual de Londrina: Histórico

A Universidade Estadual de Londrina (informação coletado no site: www.uel.br), foi criada pelo Decreto no. 18.110, de 28 de janeiro de 1970, com a junção de cinco faculdades: Direito, Filosofia, Ciências e Letras, Odontologia, Medicina e Ciências Econômicas e Contábeis.

Localiza-se na cidade de Londrina, Paraná, um verdadeiro pólo regional de grande influência não apenas no Estado, como também no sudoeste do estado de São Paulo e no Mato Grosso do Sul, sendo uma das maiores cidades do sul do país.

Iniciou suas atividades com um total de 13 cursos de graduação: História, Geografia, Letras Anglo-Portuguesas, Letras Franco-Portuguesas, Pedagogia, Ciências (1^o Grau), Direito, Odontologia, Medicina, Farmácia e Bioquímica, Ciências Biomédicas, Ciências Econômicas e Administração. Atualmente oferece 42 cursos, contando aproximadamente com 14.000 alunos e 1.600 professores.

A pós-graduação surgiu na instituição na década de 1970, com o retorno dos docentes que se encontravam em capacitação. Em 1972, foi implantado o Curso de Especialização em Odontopediatria e, no ano seguinte, seis áreas de Residência Médica. O Mestrado em Ciências de Alimentos foi criado em 1975 e, em Direito, em 1978. Desde então a área tem se desenvolvido expressivamente.

Enquanto era Fundação Estadual, a instituição contou com recursos provenientes da contribuição do alunado e do Governo do Estado.

Em 1987 foi implantado o ensino gratuito no nível de graduação e, em 1991, a UEL foi transformada em autarquia pela Lei Estadual 9.663 de 16/07/91.

A UEL possui autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, mas é dependente financeiramente do Governo Estadual, de onde se origina a maior parte dos recursos que asseguram sua operação e manutenção.

Em 2005 adotou em seu vestibular o sistema de cotas para estudantes afro-descendentes oriundos de escolas públicas. De acordo com a Diretoria de Avaliação e Acompanhamento (PROPLAN), a UEL tem por finalidade: gerar, disseminar e socializar o conhecimento em padrões elevados de qualidade e equidade; formar profissionais nas diferentes áreas do conhecimento; valorizar o ser humano, a vida, a cultura e o saber; promover o desenvolvimento científico, tecnológico, econômico, social, artístico e cultural da sociedade; conservar e difundir os valores éticos e de liberdade, igualdade e democracia; estimular a solidariedade humana na construção da vida e do trabalho; educar para a cidadania estimulando a atuação coletiva; propiciar condições para a transformação da realidade visando justiça e equidade social;

estimular o conhecimento e a busca de soluções de problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais; prestar serviço especializado à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade.

As finalidades explicitadas, semelhantes às de outras universidades brasileiras, expressam um compromisso social a partir do qual se justifica a adoção do sistema de cotas, ainda que não amparado por legislação específica. A UEL foi uma das primeiras universidades do país a implantar tal sistema, visando à busca pela equidade e democracia, estimulando a construção de uma nova realidade.

O professor Jairo Queiroz Pacheco, ao ser questionado sobre a implantação do sistema de cotas em 06/02/2005, quando ainda ocupava o cargo de Pró-Reitor de Graduação da UEL, argumentou que, entre não se fazer absolutamente nada para tentar mudar a realidade social e implantar o sistema de cotas, a UEL decidiu assumir o seu compromisso social e adotou o mesmo.

Mas como é a UEL hoje? A UEL é hierarquicamente organizada de modo a regular as funções e atribuições de cada unidade, assegurando eficiência em suas atividades, visando principalmente à qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão.

Além dos órgãos administrativos, conta com nove Centros de Estudos e 57 Departamentos que constituem as unidades de ensino, pesquisa e extensão, responsáveis pela organização dos cursos de graduação, de pós-graduação e dos projetos de ensino, de pesquisa e de extensão. Há ainda 10 Órgãos Suplementares com finalidade social, científica, cultural, técnica e esportiva, subordinados administrativamente à Reitoria e vinculados academicamente aos Centros de Estudos, para fins de integração de suas atividades com a comunidade interna e com a sociedade.

Estrutura-se, em seu aspecto deliberativo, através do Conselho Universitário, instância máxima composta pelas Câmaras de Legislação e Recursos, e de Finanças e Orçamento; do Conselho de Administração e do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, composto pelas Câmaras de Graduação, de Pós-Graduação, de Pesquisa, e de Extensão.

Em 11 de fevereiro de 2003, através da Resolução No. 18/2003 do Conselho Universitário, foi criado o Conselho de Interação Universidade – Sociedade, órgão consultivo e propositivo, constituindo-se em espaço privilegiado de interlocução da universidade com vários setores da sociedade.

O vestibular é realizado pela COPS – Coordenadoria de Processo Seletivo e divulgado de maneira ampla no site da instituição e em jornais de Londrina e região.

Atualmente a UEL possui 42 cursos de graduação os quais, conforme os critérios determinados pelo Ministério da Educação/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – MEC/INEP, estão distribuídos da seguinte forma: 11 cursos na área de Ciências Biológicas e da Saúde, 8 na área de Ciências Exatas e Tecnológicas e 23 na área de Humanidades que, juntos, ofereceram 3.050 vagas no último vestibular. No ano de 2007, estavam matriculados 13.971 estudantes nos cursos de graduação (abril/2007), de acordo com a PROGRAD, distribuídos conforme mostram os Quadros 1 e 2.

Centro de Ciências Agrárias – CCA	1019
Centro de Ciências Biológicas – CCB	791
Centro de Ciências Exatas – CCE	1231
Centro de Ciências da Saúde – CCS	1.615
Centro de Educação Física e Esporte – CEFE	922
Centro de Educação, Comunicação e Artes – CECA	3.864
Centro de Estudos Sociais Aplicados – CESA	3.428
Centro de Letras e Ciências Humanas – CLCH	949
Centro de Tecnologia e Urbanismo – CTU	871
TOTAL DE ALUNOS DE GRADUAÇÃO NA UEL	14.690

QUADRO 1 – CENTRO DE ESTUDOS – CURSOS VINCULADOS – ALUNOS MATRICULADOS EM 2007

Entre as atividades desenvolvidas pelos Centros de Estudos, encontram-se os projetos de ensino, pesquisa e extensão cuja caracterização é visualizada no Quadro 2,

Projeto	Número	Docentes	Graduandos	Pós-graduandos
Pesquisa	905	1.027	2.863	768
Extensão	184	876	1.183	
Ensino	49	234	632	

Quadro 2 – PROJETOS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Além disso, a universidade desenvolve 14 programas de formação complementar, com 62 docentes e 213 estudantes (julho/2007). A instituição efetivou 268 convênios, sendo 235 nacionais e 33 internacionais (maio/2007).

A UEL parte da premissa de que, pela legislação brasileira, o acesso e a permanência dos estudantes no ensino superior devem ser garantidos. Entende a educação como direito fundamental, universal, inalienável e um instrumento de formação na luta pelos direitos de cidadania e pela emancipação social.

Conforme prevê a Constituição Federal de 1988, nos seus Artigos 205 e 206, I, a educação é dever do Estado e da Família e tem como princípio a igualdade de condições de acesso e permanência na escola.

Também o Artigo 3^o da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, sancionada em 20/12/1996, expressa que o ensino deverá ser ministrado com base no seguinte princípio: igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

Mas o Brasil possui sérios problemas estruturais no sistema educacional devido às necessidades das populações carentes que abandonam a escola para ingressar no mercado de trabalho a fim de garantir a própria sobrevivência e da sua família.

Diante desse fato, faz-se necessário pensar sobre o papel da universidade pública que gera, sistematiza e socializa o conhecimento e o saber,

interferindo diretamente na formação de profissionais e cidadãos capazes de contribuir para o projeto de uma sociedade mais justa e igualitária, tornando importante democratizar o acesso ao ensino superior para que se atenda o princípio da universalização da educação.

Neste contexto é que se coloca o objeto desta pesquisa: História da Implantação do Sistema de Cotas para Negros na Universidade Estadual de Londrina, de acordo com documentos e depoimentos, como está caracterizado na introdução deste trabalho e também no próximo capítulo.

Apresentando a estrutura do trabalho, este segue o seguinte percurso:

Introdução; Procedimentos Metodológicos; Políticas de Ação Afirmativa: breve histórico; Algumas modalidades de políticas de ação afirmativa; Pressupostos das cotas: discriminação, preconceito e racismo; Cotas para afro-descendentes nas universidades; Registrando a trajetória: das primeiras discussões à implantação do sistema de cotas na UEL; Cotas na UEL; O processo de decisão (2004) em diferentes instâncias: Centros, Departamentos, CEPE, CU e comunidade externa; A Resolução No.78/2004 e o processo de implantação do sistema de cotas em 2005 e as Considerações finais.

1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A história da implantação do sistema de cotas para negros na Universidade Estadual de Londrina, suas contradições e dilemas é o objeto desta pesquisa que tem como fontes documentos e depoimentos de alguns docentes que participaram do processo entre 2000 a 2005. Entre os documentos foram consultados livros, periódicos, jornais de circulação local e nacional, jornal institucional, sites, resolução institucional, atas de reuniões dos Órgãos Superiores e dos Centros de Estudos da referida instituição e outros. A idéia é repassar a trajetória percorrida, procurando refazer o caminho entre a primeira proposta e a implantação do sistema de cotas.

A opção por essas fontes, documentos e depoimentos, tem o intuito de verificar a questão em sua amplitude, para além dos registros oficiais, pois a questão do sistema de cotas para afro-descendentes tem se mostrado tema polêmico e sua análise histórica não poderia ficar restrita aos documentos oficiais.

Torna-se relevante buscar na fala dos professores, protagonistas do processo, dimensões que são inacessíveis de outras formas, ou seja, o cotidiano das discussões e do processo de tomada de decisões que antecederam a implantação das cotas para negros na UEL.

Os enunciados das mensagens documentais e dos depoimentos serão percebidos como indicadores para tentar compreender os problemas ligados a esse momento histórico.

As discussões sobre a implantação do sistema de cotas, registradas em vários documentos, serão analisadas juntamente com os depoimentos de alguns professores que estiveram presentes nos diferentes tempos e espaços desse debate, como já mencionado anteriormente.

A coleta e sistematização de dados a partir de depoimentos, em uma perspectiva de história oral, pode ser uma contribuição importante para a área se considerarmos que é sempre um desafio trabalhar com a história do tempo presente, também conhecida por história viva, sendo o depoimento um dado inédito que poderá

ser utilizado por outros pesquisadores no processo contínuo de construção da história de uma instituição educativa, no caso a UEL.

A inclusão de histórias e versões mantidas por segmentos populacionais antes silenciados, por diversos motivos, ou que tenham interpretações próprias, variadas e não-oficiais, de acontecimentos que se manifestam na sociedade contemporânea (MEIHY, 1996, p.9).

Os depoimentos utilizados neste trabalho apresentam diferentes interpretações a partir da vivência de cada professor colaborador sobre o nosso objeto de estudo, enriquecendo o relato do processo histórico. É tarefa de uma pesquisa histórica buscar nas diferentes fontes, indícios que permitam, por meio da análise criteriosa dos discursos e do confronto dos documentos com os depoimentos, atingir o objetivo final que, no presente caso, é refazer o trajeto da implantação do sistema de cotas para afro-descendentes na Universidade Estadual de Londrina.

Considerando que o foco da investigação será buscar responder de que maneira os documentos e depoimentos nos ajudam a contar como foi o momento da mencionada implantação, devemos ter em mente que os enunciados das mensagens documentais e dos depoimentos serão percebidos como indicadores para tentar compreender os problemas ligados àquele momento histórico.

Ao nos preocuparmos em analisar o conteúdo das mensagens que se encontram nos documentos e nos depoimentos relativos à implantação do sistema de cotas, buscaremos interpretar o que tais mensagens significam, como afirma Kauffman (1995, p.39):

É necessário ressaltar que o narrador, a partir de um paradigma, ao qual são associados dados de um período do passado instituído como objeto de estudo, organiza o relato através de um processo individual, e sem dúvida arbitrário, de seleção e de combinação de fatos e enfoques. Sua ótica, então, aparece no relato, mesmo que tenha pretendido que o mesmo fosse o mais impessoal.

Os depoentes são professores que no momento das discussões e implantação do sistema de cotas estavam envolvidos com o tema, alguns por força dos cargos que ocupavam, outros por comprometimento pessoal com a questão.

Os depoimentos foram coletados a partir de uma única pergunta: “Qual foi a sua participação no processo de implantação do sistema de cotas para negros na UEL”?

A coleta dos depoimentos foi fundamental para tentar perceber alguns contornos que somente os documentos não permitiriam captar. Uma tentativa de fazer uma conexão entre o oficial e o não-oficial (os bastidores), enriquecendo assim este registro, uma vez que a restrição das fontes aos documentos implicariam na perda de muitas informações valiosas.

Este trabalho se inicia com um resgate conceitual buscando analisar parte da bibliografia tornada pública relativa ao tema estudado, com o objetivo de explicitar as concepções que permeiam o assunto, esclarecendo idéias, conceitos e termos que serão utilizados.

Nesta pesquisa documental, as fontes primárias constituem-se dos documentos existentes na instituição alvo. Era pró-reitor de graduação, em 2005, época da implantação das cotas para negros, o professor Jairo Queiroz Pacheco que, em contato pessoal em janeiro de 2005, colaborou com este projeto de pesquisa indicando as primeiras fontes de pesquisa, como cópias de documentos oficiais do período. A UEL possibilitou o acesso à pesquisa em atas de reuniões do Conselho de Pesquisa e Extensão (CEPE) e do Conselho Universitário (CU), que trataram do tema “cotas na UEL”. Os Centros de Estudos, na sua quase totalidade, forneceram informações de suas reuniões sobre o assunto. Além dessas fontes, também serão utilizadas notícias de jornais de circulação local, nacional e jornal institucional. Como fontes secundárias, buscamos relatórios de pesquisa, livros que trazem autores importantes, estudiosos da questão do “racismo” e artigos de periódicos que tratam da temática.

Um outro passo foi a coleta de depoimentos de alguns dos docentes protagonistas do processo de implantação do sistema de cotas na UEL. A estratégia utilizada foi deixar o depoente abordar livremente o tema que lhe foi proposto. É interessante perceber como o depoente se relaciona com o tema, o que prioriza em sua

fala e como vai construindo o seu pensamento, como o depoimento vai fluindo, como as questões emergem. Isso é importante para chegarmos ao objetivo final da pesquisa, que é de tentar perceber as entrelinhas, ou seja, momentos singulares e ainda não analisados ou percebidos.

Ao optarmos pela coleta de depoimentos para nos apoiar na tarefa de fazer o registro histórico da implantação do sistema de cotas, assim o fizemos por acreditar que os depoimentos confrontados com os documentos possibilitariam descortinar dimensões que apenas o documento escrito, pelas suas características, não apresenta, tornando este registro mais rico e mais proveitoso, como já foi afirmado anteriormente.

Nosso contato com esses professores permite-nos afirmar que os depoentes possuíam muita informação sobre o processo. Ao serem questionados sobre como haviam participado das discussões e da implantação do sistema de cotas, dispuseram-se a relatar, procuraram informar, colaborando de forma decisiva para a realização deste trabalho. Os depoentes foram encorajados a se expressar livremente, por isso suas falas revelam seu estado de ânimo, seus afetos, suas emoções, etc. Tais elementos permitem perceber a dimensão vivencial do processo.

Considerando que cada depoente transmite a sua versão dos acontecimentos, esta diversidade pode tornar mais rico um trabalho que busque recolher indícios para construir uma narrativa histórica em suas diferentes faces.

De acordo com Haguette (1999, p. 94), a reconstituição “de memória” pode estar imersa em interpretações, seja pela distância existente entre fato passado e o depoimento presente que já incorpora possíveis mudanças de perspectiva ou valores do ator social, seja porque o fato pode ser interpretado à luz dos seus interesses.

Desta forma, justifica-se a opção por tomar documentos e depoimentos como fonte de percepção do processo de implantação do sistema de cotas para negros na UEL, desde as primeiras discussões até o momento em que os Conselhos de Pesquisa e Extensão (CEPE) e Universitário (CU) decidiram pela sua implantação.

Os dados foram organizados da seguinte forma: os documentos foram registrados em fichas catalográficas, separados por assunto e data. Já os depoimentos foram analisados à luz dos documentos num primeiro momento, mas depois optamos

pela definição de algumas categorias que consideramos relevantes para o entendimento tanto dos antecedentes da implantação do sistema de cotas quanto da implantação propriamente dita.

Ao trabalharmos com os depoimentos, inicialmente levantamos a identificação das “unidades de sentido”, buscando em cada depoimento a identificação (definição) de “cotas”; percepção sobre o processo de discussão; permanências ou mudanças de posição dos professores quanto ao entendimento do encaminhamento das discussões; a contribuição do sistema de cotas para a solução do problema da exclusão; condições de permanência do cotista na universidade; identificação do negro – fenótipo X auto declaração X aparência; a questão do trabalho da Comissão de Avaliação; os problemas identificados e as mudanças na Resolução CU No 78/2004, que decidiu pela implantação das cotas na UEL; avaliação de resultados na percepção dos professores.

Na seqüência, construímos as “categorias de análises” a partir das unidades de sentido, que foram as seguintes: a) antecedentes da implantação do sistema de cotas na UEL, as primeiras reuniões; b) o processo de decisão (2004), em diferentes instâncias: Centros, Departamentos, CEPE, CU, Comunidade Externa; c) a Resolução CU 78/2004 e a implantação do sistema de cotas (2005).

Sintetizando, os objetivos deste trabalho são: recolher indícios sobre a história da implantação do sistema de cotas para negros na UEL a partir de documentos e depoimentos de professores que assumiram o compromisso e ajudaram na implantação, ou seja, alguns protagonistas dessa história; esclarecer os motivos que levaram a essa iniciativa na UEL, buscando perceber no particular o global, pois o que ocorreu na instituição também pode ser observado em outras universidades do país que aderiram o sistema de cotas.

Considerando os limites de uma pesquisa de mestrado, foi necessário limitar o número de colaboradores. O processo de escolha dos atores sociais que deporiam, visando registrar tal momento histórico, foi norteado pelas sugestões de alguns professores. Primeiramente, o professor Jairo Queiroz Pacheco foi procurado e considerou que seria importante o parecer da professora Maria Nilza da Silva, do professor Luiz Rogério Oliveira da Silva e até mesmo da Reitora Lygia Lumina Pupatto.

Mas, no momento da coleta de dados, esses professores não se encontravam mais na Instituição ou não estavam disponíveis; o próximo nome seria o da professora Lúcia Helena Oliveira Silva.

Ao coletarmos o depoimento da professora Lúcia Helena, emergiram alguns nomes como Suzana Mesquita, Frederico Fernandes e Elena Andrey, que também foram ouvidos. Os depoentes precisariam ser sujeitos que vivenciaram o momento das discussões e implantação das cotas, participando ativamente de todo o processo. Buscamos listar os principais protagonistas da implantação do sistema de cotas; muitos nomes foram levantados, mas foi necessário fazer escolhas, que serão indicadas mais à frente. Os escolhidos foram: Lúcia Helena Oliveira Silva, Maria das Graças Ferreira, Suzana de Fátima Pacolla Mesquita, Frederico Fernandes, Leoni Padilha Henning e Elena Andrey, que serão apresentados posteriormente. A organização final dos dados coletados indicou a necessidade de mais algumas informações, razão pela qual foram contatados D. Vilma Santos de Oliveira, presidente do Movimento Negro de Londrina, e o professor Ricardo Ralisch que, no período da implantação das cotas, era Diretor de Assuntos Acadêmicos da UEL.

A pesquisa documental toma como primeira fonte o Jornal Notícia, periódico institucional que apresenta registros do processo desde seu início em 2002. Os demais documentos consultados foram atas e relatórios resultantes das diferentes reuniões de trabalho e atividades acadêmicas que trataram do assunto.

Como já discutido anteriormente, para registrar a história dessa implantação houve necessidade de coletar depoimentos de alguns professores que participaram ativamente do processo. Os depoentes escolhidos foram:

- Lúcia Helena Oliveira Silva, atualmente professora de História na Unesp de Assis, SP. No momento das discussões sobre as cotas, era professora de História do CCH e participou da comissão de avaliação dos cotistas no primeiro ano da implantação desse sistema. No ano de 2005, foi coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-asiáticos (NEAA);

- Elena Andrey, professora do Departamento de Ciências Sociais, estuda questões sobre os negros há mais de quinze anos. Atualmente é coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-asiáticos (NEAA);

- Maria das Graças Ferreira, professora do Departamento de Educação que, no momento da implantação, era diretora do CECA;

- Frederico Fernandes, professor do Departamento de Letras. Quando da implantação era coordenador do Curso de Letras. Atualmente é coordenador do projeto Afroatitude³;

- Suzana de Fátima Pacolla Mesquita, professora do Departamento de Biologia e Coordenadora do Curso de Ciências Biológicas. Fez parte da comissão de avaliação dos cotistas durante os dois primeiros anos de implantação do mesmo.

- Leoni Padilha Henning, professora do Departamento de Educação. No período da implantação do sistema de cotas participou de algumas reuniões sobre a mesma, exercendo no Conselho Universitário a função de representante dos professores adjuntos do Centro de Educação Comunicação e Artes;

- D. Vilma Santos de Oliveira, presidente do Movimento Negro de Londrina, que está envolvida com questões raciais há mais de 30 anos, sempre lutando a favor da população negra brasileira;

- Ricardo Ralisch, professor do Departamento de Agronomia, que no período de implantação do sistema de cotas participou ativamente como Diretor de Assuntos Acadêmicos, um dos cargos existentes na PROGRAD, setor encarregado de, entre outras coisas, colocar o sistema de cotas em prática.

A seguir, faremos uma breve incursão pela história e conceituação de Políticas de Ação Afirmativa, condição indispensável para compreensão do tema do trabalho.

³ O projeto UEL/Afroatitude está integrado ao programa Brasil Afroatitude. Esse programa, de âmbito nacional, tem como objetivo principal selecionar alunos afro-descendentes ingressantes no ensino universitário pelo sistema de cotas adotado por algumas universidades públicas brasileiras. Esses alunos recebem uma bolsa de iniciação científica para desenvolver projetos de pesquisa, extensão e ensino, sob a orientação de professores da instituição.

2 POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA: BREVE HISTÓRICO

De acordo com Bowen (2004), foi nos Estados Unidos da América (EUA) que a idéia de ação afirmativa se originou. Palco de inúmeras lutas dos negros contra o racismo, e de um racismo explícito, hoje pouco é lembrado das pressões vivenciadas pelos negros norte-americanos, num contexto histórico de precariedade antes da Segunda Guerra Mundial. Nos EUA, como em todos os países escravistas, os escravos não eram nem ao menos considerados seres humanos, e sim bens ligados à terra. Com o passar do tempo, as leis escravistas terminam, mas dão lugar às discriminações raciais, que mais tarde seriam constitucionalmente proibidas. Ainda assim os negros não podiam ocupar os mesmos lugares que os brancos; no âmbito da educação, deveria haver escolas só para negros, mesmo que com as mesmas condições da escola dos brancos. Essa doutrina acaba ficando conhecida, segundo Melo (2003, p.6), como *separated but equal*, isto é, separados mas iguais, uma segregação racial.

Mas, a intolerância dos brancos em relação aos negros criou a necessidade da interferência do governo americano.

[...] no ano de 1941, o presidente Franklin Roosevelt proibiu, por decreto, a discriminação racial contra negros quando da seleção e do recrutamento de pessoal para trabalhar no governo dos EUA, prática comum até aquele momento. No âmbito da iniciativa privada americana, a discriminação racial contra negros foi abolida em 1964, com a promulgação da Lei dos Direitos Cívicos, pelo então presidente Lyndon Johnson. Em discurso proferido em 1965, Johnson, ao defender essa lei, usou a metáfora de que não seria possível colocar dois homens competindo numa mesma corrida de velocidade se um deles tivesse ficado acorrentado durante anos e ainda acreditar que ambos teriam as mesmas chances de vencer a prova, ou seja, as condições iniciais das minorias raciais presentes na sociedade americana não eram iguais às da maioria (BRANDÃO, 2005, p.05).

Domingues (2005, p.3) informa que a expressão “ação afirmativa” foi criada pelo presidente dos Estados Unidos J. F. Kennedy em 1963, significando um

conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate da discriminação de raça, gênero etc, bem como para corrigir os efeitos presentes da discriminação praticadas no passado.

Segundo Melo (2003, p.8), dois meses depois da sua posse, Kennedy expediu a *Executive Order* no. 10.925 em que utilizou pela primeira vez o termo ação afirmativa, em inglês, *affirmative action*. Essa norma se dirigia às relações de trabalho, obrigando os empregadores a tratar igualmente todos os seus empregados e os proibia de impor restrições de cunho racial para a sua contratação. A *Executive Order* obrigava os contratantes do governo federal a não discriminar nenhum funcionário ou candidato a emprego devido à raça. Desde então, surgiram diversos textos legais incentivando a *affirmative action* nas relações empregatícias e na área da educação.

Desta forma, a primeira iniciativa oficial nos Estados Unidos de política de ação afirmativa, segundo Brandão (2005, p.6), ocorreu em 1972, na presidência de Richard Nixon, quando a idéia se oficializou na forma de lei, sancionada como emenda à Lei dos Direitos Civis em 1964. A Lei da Oportunidade Igual do Emprego estabelecia que os órgãos públicos federais e as instituições financiadas pelo governo deveriam implementar metas e prazos específicos para admitir pessoas de minorias raciais e mulheres. O estabelecimento de metas e prazos específicos seria baseado na relação entre a população da cidade e a proporção de negros na força de trabalho dos projetos que recebiam financiamento do governo federal e de acordo com o cronograma proposto para que se atingisse esse objetivo. Segundo analistas americanos, “objetivos e cronogramas” são um eufemismo para “cotas”, termo que não pôde ser utilizado por ferir as leis americanas, pois um objetivo pode não ser atingido em determinado prazo, já uma cota deve ser obrigatoriamente preenchida.

Um ponto importante a ser destacado é que tais ações, determinadas por decreto, foram fruto de conquista do movimento negro norte-americano, que lutou muito por seus direitos. As ações afirmativas, originariamente implementadas nos EUA a partir de meados do século XX, contaram com reforço da sociedade civil, expressa sobretudo no movimento negro liderado por Marthin Luther King e de grupos como os

Pantera Negras⁴, que lutaram pelos direitos civis dos afro-americanos, promovendo o conceito que influenciou outros países na Europa.

Portanto, nos EUA, as políticas de ação afirmativa surgiram no âmbito do mercado de trabalho, em contratos governamentais e posteriormente na área educacional. Ações afirmativas significam a concretização de políticas que tenham como objetivo promover a discriminação positiva e aplicá-la na sociedade.

Segundo Brandão (2005, p.17), os princípios da ação afirmativa são teoricamente baseados nas idéias de John Rawls, expostas no livro “Uma teoria da justiça”, publicado pela primeira vez em 1971, que se tornou um clássico da Filosofia e do Direito. Rawls apud Brandão, foi um defensor da igualdade entre os indivíduos, entendendo que mesmo a defesa dessa igualdade permite exceções se essas exceções beneficiarem justamente os indivíduos que se encontram nas posições socialmente inferiores. O que Rawls objetivava era compreender como se pode chegar a uma sociedade justa baseando-se em dois princípios fundamentais: o de que cada indivíduo tem direito à maior liberdade possível (desde que essa liberdade seja compatível com a maior liberdade possível dos outros indivíduos da mesma sociedade), e o de que as desigualdades sociais e econômicas apenas são aceitáveis se servirem para promover o bem-estar dos indivíduos menos favorecidos. E mais: que a desigualdade é inadmissível sendo condenável qualquer tipo de desigualdade, étnica, religiosa ou econômica que, para possuírem algum grau de legitimidade, devem vir acompanhadas de medidas compensatórias. Essas medidas compensatórias podem levar ao que se denomina ação afirmativa.

Segundo o professor Gary Orfield, da Universidade de Harvard (EUA), as políticas de ação afirmativa se inserem no quadro das políticas concebidas nas décadas de 1960 e 1970, que “buscavam resultados concretos para melhorar as condições de vida das minorias”, não visando apenas à igualdade individual (BRANDÃO, 2005, p.6).

⁴ O Partido dos Panteras Negras tratava-se de um grupo político-social que visava proteger e ajudar a comunidade negra, seus membros patrulhavam ruas armados, vestiam jaquetas de couro e boinas pretas, amparados por uma lei estadual que dizia que todo cidadão que tivesse sua integridade física ameaçada poderia portar arma e empregar o uso da força. Os Panteras Negras também distribuíam café da manhã para crianças carentes, comida e roupa para os desabrigados (Site Mundo Negro – Os Panteras Negras, p.1)

Contudo, nos últimos 30 anos, vem ocorrendo nos EUA o estabelecimento e a consolidação de políticas de ação afirmativa em meio a muitos debates, entre posições favoráveis e contrárias às mesmas. O processo de admissão no ensino universitário e a experiência educacional são os temas que mais recentemente envolveram debates sobre o uso da raça como critério de ingresso, fazendo com que surgissem questões como mérito bem como dificuldades em definir as normas de admissão raciais.

Para entendermos um pouco mais a respeito dessa dimensão de ações afirmativas nos EUA, vamos nos apoiar na obra de Bowen (2004, p.9). Para esse autor, a trajetória de alunos, principalmente negros, em busca do ensino superior, pode ser comparada com o curso do rio Mississippi, que serpenteia por quase mil quilômetros em meio a corredeiras, redemoinhos, bancos de areia e ribanceiras camufladas e é de grande importância para o progresso dos EUA. O curso do rio diz respeito, simbolicamente, ao fluxo do talento de negros na busca pelo sistema de ensino e pelo mercado de trabalho de maneira geral. A imagem mais comumente evocada nas discussões sobre o processo de busca é a de “canalizar” os jovens pela trajetória que começa na escola primária, vai para a secundária, segue em direção ao curso de graduação, avança para a pós-graduação e prossegue em direção ao mercado de trabalho.

Considera, ainda, o autor, que essa é uma imagem enganosa, que possui conotação de passagem tranqüila e que é melhor pensar nesse processo como a descida de um rio sinuoso, com corredeiras ora pardacentas ora cristalinas, principalmente no que diz respeito à questão dos negros, pois não há nada de simples, tranqüilo ou previsível na educação desses jovens.

No Brasil, a situação não é diferente, nada é tranqüilo quando falamos de educação; existem problemas de discriminação desde a educação infantil até o ensino superior. Mas, ao trabalharmos com uma política de admissão ao ensino superior sensível à raça, percebemos que ela firma-se no princípio de igualdade jurídica e possui dois sentidos: o formal e o material, que implicam em oportunidades de acesso com a interferência de políticas públicas.

Segundo Almeida (2005, p.2), ao considerarmos o sentido formal, devemos atentar para a nossa Constituição que proclama que somos todos iguais perante a lei. No que diz respeito ao sentido material, o autor afirma que a igualdade geral precisa ser buscada, pois ainda está em processo. Para Melo (2003, p.2), a igualdade formal é dirigida ao Estado, como forma de vedar o tratamento desigual às pessoas, baseado, por exemplo, em sexo, raça, religião e em outros critérios. Desta forma, o princípio da igualdade formal está positivado no caput do art. 5^o da Carta Magna de 1988, onde se afirma que todos são iguais perante a lei sem distinção de qualquer natureza.

O desenvolvimento econômico cria um grande abismo entre ricos e pobres e, considerando que no princípio da igualdade está implícito o princípio da dignidade do qual todos os indivíduos são sujeitos de direito, fica então positivado o princípio da igualdade na sua acepção formal. Historicamente, logo após a abolição, não houve preocupações com a igualdade material, ou seja, em dar a “todos” as mesmas condições. Nem aos ex-escravos e nem à população branca pobre; o grande problema foi a manutenção do tratamento desigual. Percebemos, ao longo da história que determinados grupos sociais não conseguiram atingir patamares sociais relevantes; um bom exemplo disso é a situação dos negros no Brasil.

Desta forma, fica explícito que o princípio da igualdade formal pode não se efetivar, não basta o aparato legal, mais que isso é necessário para que se promova uma verdadeira igualdade material.

O conceito jurídico de igualdade deixou de ser um conceito meramente passivo, para abarcar também uma face ativa, ou seja, saímos de um conceito negativo de atitudes discriminatórias, passamos a um conceito jurídico de igualdade positiva, que culmina com o surgimento das ações afirmativas (MELO, 2003, p.5).

Podemos concluir que as ações afirmativas nada mais são do que um conjunto de ações que concentram suas forças na tentativa de correção da situação de desvantagem sofrida por qualquer grupo alvo de preconceitos e na promoção de uma sociedade democrática.

Ação afirmativa é um conceito que indica que, a fim de compensar os negros e outras minorias (...) pela discriminação sofrida no passado, devem ser distribuídos recursos sociais como empregos, educação, moradias, etc. de forma tal a promover o objetivo social final da igualdade (WALTERS, 1995, apud VIEIRA, p.86, 2003).

Nesse sentido podemos supor que ações afirmativas promovem a discriminação positiva, vinculada ao princípio material de igualdade. Mas o que é discriminação positiva? É quando o tratamento discriminatório é diferenciado, a discriminação positiva é fundamentada na intenção de tornar viável o princípio de igualdade e a discriminação negativa é baseada no desrespeito a essa “igualdade”.

Tal entendimento (de discriminação negativa) implica na orientação do Estado para condutas que visem suprir tais desigualdades, através de políticas públicas voltadas a essa possibilidade, que contemplem os sujeitos que foram historicamente prejudicados.

A elaboração de políticas de ação afirmativa prevê, além da tentativa de garantir igualdade, o enfrentamento dos problemas de discriminação, beneficiando membros de grupos alvo de preconceitos. Em todos os espaços sociais em que se constatem obstáculos de ajuste de igualdade entre brancos e negros como as universidades, mercado de trabalho, qualidade de vida e outros, tornaram-se necessárias políticas específicas.

Em documento publicado em 1996, a primeira definição oficial dessas políticas no Brasil foi a seguinte:

Ações afirmativas são medidas especiais e temporárias tomadas pelo estado e/ou iniciativa privada, espontânea ou compulsória, com o objetivo de eliminar desigualdades historicamente acumuladas, garantindo a igualdade de oportunidade e tratamento, bem como compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização por motivos raciais, étnicos, religiosos, de gênero e outros (GTI/População Negra, 1996, apud BERNARDINO, 2004 p. 30).

Segundo Gomes (2001, p.6-7; apud Domingues 2005, p.4), os objetivos das ações afirmativas são: induzir transformações de ordem cultural, pedagógica e psicológica, visando a tirar do imaginário coletivo a idéia de supremacia racial versus subordinação racial e/ou de gênero; coibir a discriminação do presente; eliminar os efeitos persistentes (psicológicos, culturais e comportamentais) da discriminação do passado que tendem a se perpetuar e que se revelam na discriminação estrutural; implantar a diversidade e ampliar a representatividade dos grupos minoritários nos diversos setores; criar as chamadas personalidades emblemáticas para servirem de exemplo às gerações mais jovens e mostrar a elas que podem investir em educação porque teriam espaço.

Muitas análises já foram feitas sobre os princípios de igualdade necessários para uma sociedade democrática. No âmbito oficial, as políticas de ação afirmativa são consideradas como estratégias para atingir transformações culturais relativas ao preconceito em âmbito municipal, estadual e federal, em forma de leis, decretos e projetos, como veremos a seguir.

2.1 ALGUMAS MODALIDADES DE POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA

As políticas de ação afirmativa têm sido objeto de diversas iniciativas, tanto da parte do Poder Executivo quanto do Legislativo, em âmbito federal, estadual e municipal, como se constata no conjunto de dispositivos legais elencados a seguir.

- O art. 67 das Disposições Transitórias da Constituição Federal de 1988 estabelece que: “A União concluirá a demarcação das terras indígenas no prazo de cinco anos a partir da promulgação da Constituição”.
- Decreto-Lei 5.452/43 (CLT) que estabelece, em seu art. 373-A, a adoção de políticas destinadas a corrigir as distorções responsáveis pela desigualdade de direitos entre homens e mulheres.

- Lei 8.213/91 que fixou, em seu art. 93, cotas para os portadores de deficiência no setor privado.
- Lei 8.666/93 que preceitua, em art. 24, inc. XX, a inexigibilidade de licitação para contratação de associações filantrópicas de portadores de deficiência.
- Lei 9.504/97 que preconiza, em seu art. 10, 2º, cotas para mulheres nas candidaturas partidárias.
- Lei 8.112/90 que prescreve, em art. 5º, cotas até 20% para portadores de deficiência no serviço público civil da União.
- Lei Estadual número 3.708, que institui cota de até 40% para as populações negra e parda no acesso à Universidade do Estado do Rio de Janeiro e à Universidade Estadual do Norte Fluminense.
- Projeto de Lei No. 4 370, de 1998, do deputado federal Paulo Paim (PT/RS), segundo o qual os afro-descendentes devem compor pelo menos 25% do total de atores e figurantes em filmes e programas veiculados pelas emissoras de televisão, e um mínimo de 40% nas peças publicitárias para TV e cinemas.
- Lei Municipal No. 2.325, dos vereadores Jurema Batista e Antônio Pitanga, ambos do PT do Rio de Janeiro, que obriga as agências de publicidade e produtores independentes, quando contratados pela Prefeitura do Rio de Janeiro, a incluir, no mínimo, 40% de artistas e modelos negros na idealização e realização de comerciais e anúncios.
- No âmbito federal, o Ministério do Desenvolvimento Agrário criou, em setembro de 2001, cotas de 20% para negros em empresas contratadas em licitações públicas.
- Em 19 de dezembro de 2001, o presidente Fernando Henrique Cardoso anunciou a criação de cotas de 20% para negros, 20% para mulheres e 5% para portadores de deficiência em cargos de confiança no Ministério da Justiça, em empresas terceirizadas e em entidades conveniadas.

- Lei 10.639/03 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que pretende estruturar os currículos escolares visando agregar a história e a cultura negra como uma estratégia de combate ao preconceito, buscando mudanças futuras na sociedade através da valorização da identidade negra.

Percebemos, diante deste quadro, que no Brasil existe uma legislação baseada no princípio das ações afirmativas, beneficiando índios, mulheres e deficientes físicos, mas quando foram propostos os primeiros programas em benefício da população negra, como o de cotas nas Universidades, houve resistência por parte de vários segmentos. Mas a grande questão a se pensar é: por que políticas afirmativas voltadas para a população negra fomentam tanta resistência?

A nossa Constituição também trata de ação afirmativa, como consta dos incisos do art. 3º, ao estabelecer que se busque construir uma sociedade livre, justa e solidária, garantir o desenvolvimento nacional, erradicar a pobreza e a marginalização, reduzir as desigualdades sociais e regionais e promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade, e quaisquer outras formas de discriminação.

A partir da garantia legal comentada anteriormente, tanto pela Constituição como por legislações e concordando com Vieira (2003), é possível compreender as propostas de implantação de cotas para negros nas universidades como uma das formas de buscar a igualdade.

Diante de um quadro que evidencia a desigualdade racial, e ao mesmo tempo a reproduz, adquire-se a certeza de que devem ser tomadas medidas voltadas para sua reversão. Essas medidas, chamadas ações afirmativas, cada vez mais aparecem no debate político e intelectual brasileiro como formas privilegiadas para a promoção da população negra (VIEIRA, 2003, p. 88).

Além disso, a implantação do sistema de cotas, muito debatida atualmente, no contexto das políticas de ação afirmativa, é uma discussão permeada por questões como: qual o seu poder de possibilitar a integração entre os projetos de acesso e permanência daqueles que sentem – literalmente - na pele, a discriminação?

A democracia política leva à democracia econômica? A desigualdade entre brancos e negros ou afro-descendentes é apenas educacional? Mesmo concluindo um curso superior, há possibilidades de emprego para todos?

Os mais pobres continuam relegados e, se forem pobres e negros, enfrentarão muito mais barreiras e exclusões. Acontece que o princípio de igualdade, na realidade, implica que “todos” tenham os mesmos direitos de forma que possam ter uma vida justa e digna. Será mesmo que políticas pensadas em instâncias superiores podem dar conta de transformar a realidade?

No período pós-abolição, os negros não encontraram nenhum tipo de oportunidade e, sujeitos à própria sorte, foram trocados pelos imigrantes brancos, o que dificultou a sua incorporação no mercado de trabalho. E hoje? Qual é a situação da população afro-descendente no Brasil, seja no mercado de trabalho ou no campo educacional?

O processo de exclusão do negro que, como vimos, é histórico, vem se arrastando ao longo do tempo; sem nos darmos conta naturalizamos alguns pensamentos que nos contaminaram por herança histórica como a inferioridade do negro, sua pouca inteligência e capacidade. Percebemos isso em brincadeiras de pessoas que se dizem não-racistas, mas que consideram normal dizer que “negro bom é negro de alma branca”.

Tal quadro configura o que estudiosos definem como discriminação, preconceito e racismo, cuja conceituação é necessária para a discussão sobre cotas para negros na universidade.

2.2 PRESSUPOSTOS DAS COTAS: DISCRIMINAÇÃO, PRECONCEITO E O RACISMO

Na discussão do sistema de cotas nas universidades, os argumentos mais frequentemente apresentados em sua defesa referem-se à necessidade de democratizar o acesso ao ensino superior garantindo vagas para as minorias não privilegiadas com uma educação de base condizente com o nível de competitividade da

maioria dos candidatos aos vestibulares. Termos como discriminação, preconceito e racismo vêm sendo recorrentemente utilizados nessa discussão, com múltiplas e contraditórias interpretações, o que justifica uma breve análise desses diferentes significados.

Discriminação - que significa separação, ou seja, perceber o outro como o diferente - é definida por Skiliar (2004, p.76) como um tipo de tratamento diferencialista aos que recebem o eufemismo de “minorias”. A discriminação é a manifestação do preconceito, sua materialização em atitudes que impedem ou limitam o grupo que sofre com o mesmo.

A operação de discriminação consiste, primeiramente, na diminuição ou na redução do outro e, em segundo lugar, em dotar esse outro, assim diminuído, de uma única possibilidade de interpretação; haveria, assim, uma única forma fixa permitida, possível, de pensar, olhar, perceber, julgar, nomear esse outro.

O preconceito pode ser entendido como um conceito antecipado, opinião formada sem reflexão. Pode-se definir preconceito como uma indisposição, um julgamento prévio negativo que se faz de pessoas estigmatizadas por estereótipos, formando julgamento a priori, um carimbo que se coloca em indivíduos ou grupos que, uma vez carimbados, ficam marcados e passam a ser avaliados não pelas suas reais qualidades, mas pelo rótulo que receberam.

Preconceito é um julgamento que formulamos a propósito de uma pessoa, grupo de indivíduos ou povo que ainda não conhecemos. Trata-se, portanto, de uma opinião ou sentimento que adotamos irrefletidamente, sem fundamento ou razão. Os preconceitos fazem parte de nosso processo de socialização e é extremamente difícil erradicá-los do pensamento, pois a perspectiva crítica exige mais esforço do que a simples aceitação de idéias falsas, mas às quais estamos acostumados e que nos favorecem. Além disso, os preconceitos estão enraizados em todas as culturas, balizando as relações que cada uma delas estabelece com as outras e muitas vezes justificando o tratamento desigual e a discriminação de indivíduos ou grupos (BORGES, 2002, p. 53).

Para Skiliar (2004, p.75), o preconceito conferiria aos seus portadores, aos seus donos, isto é, aos membros de um grupo dominante, uma forma de serem

autores, trata-se de uma forma rudimentar de xenofobia ligada à defesa de uma identidade coletiva e/ou comunitária. Preconceito é colocado, estabelecido e determinado no discurso como uma maneira de não “ferir” e sim “proteger” as identidades consideradas apropriadas, quer dizer, as identidades próprias, inventadas, produzidas, fabricadas como normais.

O preconceito é uma atitude negativa com relação a um outro grupo ou pessoa, baseando-se num processo de comparação social em que o grupo da pessoa preconceituosa é considerado como ponto positivo de referência (LUSCI/ARAÚJO, 2005, p. 4).

Já o termo racismo é uma expressão mais ampla e abrangente, inclui o preconceito, a hostilidade, a discriminação e outras ações negativas em relação a um grupo racial ou étnico.

Outro ponto a se pensar é que o conceito de racismo distingue-se do conceito de raça. Este é um conceito biológico, que envolve um conjunto de aspectos que diferenciam pessoas da mesma espécie (que experimentou crescentes críticas e reformulações no século XIX), seria a teoria da pureza da raça ou da separação das mesmas, segregacionismo.

Raça é uma divisão física da humanidade, cujos membros se distinguem por possuírem uma combinação similar de características anatômicas devido a uma hereditariedade comum. Não existe um critério físico único para distinguir as raças, as mesmas são delimitadas pela associação nos grupos humanos de múltiplas variações no formato e estrutura do corpo, tal como a quantidade de pigmento no cabelo, na pele e nos olhos; tipo de cabelo; formato de nariz; variação em estatura; relação entre comprimento e largura da cabeça, etc (HOOTON, 1936, apud SANTOS, 1996, p.128).

Mas, ao longo do tempo, o termo “raça” sofreu transformações e críticas, muitos autores atacavam o conceito “raça” e as ideologias racistas. No Brasil, a classificação das pessoas se dá pela cor da pele e não por sua origem racial, o que acarreta uma diferenciação entre negros e pardos, como se tratassem de naturezas

raciais diferentes. Esta diferenciação entre pretos e pardos tem sido questionada por vários estudiosos e por militantes do Movimento Negro, pois separar pretos e pardos significaria, de certa forma, subdividir uma população que, na verdade, apresenta trajetória e destino sociais bastante semelhantes, apesar dos pardos usufruírem, muitas vezes, de condições de vida melhores que as dos negros.

Sabe-se, hoje, que o conceito de raça não tem sustentação científico-biológica, mas tem significado histórico e sociológico, já que não podemos negar as desigualdades raciais produzidas pelo racismo e pela discriminação racial.

Negros, brancos, índios e mulatos e quaisquer outros grupos de seres humanos formam uma única raça, a raça humana, pois “todos os seres humanos, apesar das inúmeras diferenças biológicas e culturais que os distinguem entre si, merecem igual respeito, como únicos entes no mundo capazes de amar, descobrir a verdade e criar a beleza. É o reconhecimento universal de que, em razão dessa radical igualdade, ninguém – nenhum indivíduo, gênero, etnia, classe social, grupo religioso ou nação – pode afirmar-se superior aos demais”(COMPARATO, 2001, p.1).

Segundo Borges (2002, p. 48), a palavra racismo designa um comportamento de hostilidade e menosprezo em relação a pessoas ou grupos humanos cujas características intelectuais ou morais seriam consideradas inferiores. E estariam diretamente relacionadas às características raciais, isto é, físicas ou biológicas. Surgiu no âmbito da sociedade ocidental do século XVIII, quando esta se apoiou em supostas bases científicas para explicar as diferenças entre os seres humanos e justificar a dominação exercida pelos europeus sobre os povos colonizados durante a expansão colonial.

O argumento consistia em considerar que o poder de uns sobre outros não era fruto do acaso, mas resultado de um processo que se podia explicar por meio da ciência. O autor coloca que, nos séculos XVI e XVII, a situação de supremacia dos europeus em relação aos povos colonizados e escravizados justificava-se essencialmente em termos culturais e religiosos. Os traços físicos, com raras exceções, não eram tidos como responsáveis por qualidades particulares. Seus teóricos desenvolveram um modelo de representação do gênero humano que dava

preeminência absoluta ao conceito de raça e reinterpretava toda a história à luz dessa perspectiva, reduzindo a aventura humana ao encadeamento de pretensos processos das “leis da natureza”.

O determinismo de cunho racial teve o seu momento de força, entendia a miscigenação como um erro, além de compreender a mestiçagem como sinônimo de degeneração não só racial como social. Foi somente no final do século XIX que começou a esboçar-se, com base em conhecimentos antropológicos, uma visão crítica geral sobre esse determinismo que constitui uma das características do racismo. Mas, tal visão crítica não conseguiu impor-se de imediato, e assim o mundo teve que assistir à perseguição e ao massacre de judeus e ciganos pela Alemanha nazista, durante a Segunda Guerra Mundial, antes que o racismo fosse universalmente repudiado.

Entretanto, o racismo não desapareceu; hoje se expressa de duas formas interligadas: individualmente e institucionalmente. No primeiro caso, manifesta-se por meio de atos discriminatórios perpetrados por indivíduos contra indivíduos, podendo atingir níveis extremos de violência, como agressões, destruição de bens ou propriedades e assassinatos.

A segunda forma implica práticas discriminatórias sistemáticas fomentadas pelo Estado ou com o seu apoio implícito. Elas se manifestam sob a forma de segregação no espaço urbano, particularmente na escola e no mercado de trabalho. Manifestam-se também em manuais escolares, livros, filmes e novelas de televisão que retratam de maneira inadequada as minorias étnicas ou os grupos raciais menosprezados. Sem dúvida, os mais terríveis atos de racismo institucionalizado são a perseguição sistemática e extermínio físico (genocídio, “limpeza étnica” e tortura), como ocorreu na Alemanha nazista e, mais recentemente, na antiga Iugoslávia e em Ruanda, entre outros países (BORGES, 2002, p. 48).

Segundo Skiliar (2004, p.72), as respostas que temos encontrado para a pergunta “o que é o racismo?” parecem indicar para preconceito, segregação, discriminação e violência racial. Mas não é só isso, esses fenômenos vão se estendendo, se disseminando, vão ocupando cada vez mais as espacialidades e as temporalidades da prática social, cultural, política, pedagógica, etc. Contudo, eles são o

que são: conceitos que descrevem o racismo, níveis de perigo que podem ser contabilizados, medidos, quantificados, mas não são o racismo, não explicam como uma questão racial acaba se tornando uma questão racista.

Ainda segundo o mesmo autor, enquanto o preconceito e a discriminação ficam apenas no nível discursivo, o ato racista é o racismo manifesto, uma ação violenta e perigosa.

Precisamos enfrentar que o racismo, o preconceito e a discriminação estão embutidos no nosso ideário e são fenômenos sociais. Parece que a sociedade brasileira sempre se caracterizou pela negação das diferenças através do silêncio, como se o não falar significasse a não existência das diferenças raciais o que, ao longo do tempo, acabou criando o "mito" de que vivemos numa democracia racial. O fato de a Constituição do País, em seu artigo primeiro, constar que somos iguais perante a lei, independentemente de sexo, classe social, etnia, religião, etc, contribui para que esse mito se perpetue.

Segundo Ianni (1966), no caso do negro, a situação existente é explicada, em grande parte, pelo fato da desigualdade racial ser percebida, explicada e aceita socialmente como algo natural, justo e inevitável, como se a ordem social competitiva não alterasse o antigo padrão de relação entre o negro e o branco. Assim, as representações ideológicas surgem nitidamente como técnicas de dominação, ou seja, de preservação de estruturas estabelecidas e geralmente arcaicas. Mas, o que se vê é um disfarce das desigualdades raciais, onde a população branca possui privilégios em detrimento da população negra.

De acordo com Fernandes (1965), o negro jamais encontrou no branco um ponto de apoio efetivo às suas tentativas de tomadas de consciência e de melhoria de sua situação histórica social.

Enfim, racismo são brancos contra negros, negros contra amarelos, amarelos contra brancos, todos contra todos. Pode aparecer em forma de anedotas ou mesmo em uma não contratação de trabalho devido à cor do candidato. Sabemos que a discriminação, o preconceito e o racismo não ocorrem apenas contra os negros ou afro-descendentes, mas sabemos que estes sofrem com os mesmos, ainda mais se o

seu poder aquisitivo for baixo. As oportunidades, sejam elas culturais, políticas, sociais, mas principalmente econômicas, não são as mesmas para brancos e negros.

Os princípios mais importantes da democracia racial são a ausência de preconceito e discriminação racial no Brasil e, conseqüentemente, a existência de oportunidades econômicas e sociais iguais para brancos e negros (HASENBALG, 1970, p. 242).

O movimento pelas cotas tem sua base social na percepção de que, nas últimas décadas, acabou se formando uma camada de classe média que vem se incorporando, aos poucos, aos valores capitalistas. Tal quadro, segundo Oliveira (2006), não expressa as reivindicações da imensa massa de operários e camponeses negros que vivem miseravelmente e sobre a qual recai a opressão de classe e a racial.

As cotas são um meio ou uma estratégia com o intuito de minimizar a discriminação, o preconceito e o racismo?

Podemos analisar que políticas pensadas no âmbito de ações afirmativas, como cotas para negros nas universidades, apostam na possibilidade de amenizar as desigualdades entre as chamadas “minorias” que sofrem com a exclusão, visam diminuir a discriminação, o preconceito e o racismo, buscando minimizar estigmas como o de inferioridade, de incapacidade, os quais, ao lado de diferenças econômicas, sociais, políticas, culturais e outras, impedem essas minorias de progredirem socialmente.

3 COTAS PARA AFRO-DESCENDENTES NAS UNIVERSIDADES

Em 1996, o então presidente Fernando Henrique Cardoso passou a dar mais espaço para as políticas de ação afirmativa, formuladas pelo Movimento Negro⁵ brasileiro. Guimarães (2003, p.4) argumenta que a razão para tal abertura deveu-se não apenas à sensibilidade sociológica do presidente, mas também à doutrina democrática do país, que se vangloriava de não ter questões raciais, desmascaradas pelas estatísticas oficiais. O Brasil não poderia apresentar, em sua defesa, políticas de combate a essas desigualdades em fóruns internacionais. O diagnóstico sobre as desigualdades brasileiras já era internacionalmente conhecido desde os anos de 1980, inclusive o acesso restrito de negros ao ensino superior, a má qualidade da escola pública e a grande desigualdade racial em todos os níveis de ensino. Essas questões já eram discutidas quando o governo social-democrata de Fernando Henrique começou a dar espaço para as políticas de ação afirmativas, apesar de não haver registro de nenhuma proposta concreta.

Em 2001, quando ocorreu a Conferência Internacional de Durban (África do Sul), promovida pela ONU, as ações sociais brasileiras restringiam-se ao combate à pobreza. Poucos programas do Governo tratavam especificamente da identidade racial, mas nessa Conferência, o Brasil definitivamente aposenta a doutrina da “democracia racial” e reconhece, em fórum mundial, as desigualdades raciais do país, comprometendo-se a reverter esse quadro adotando políticas de ação afirmativas, entre as quais o sistema de cotas nas universidades.

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), no ano de 2000, os debates sobre as desigualdades raciais, após um período de relativo refluxo, recrudesceram no âmbito do governo federal. Um ponto a ser destacado, que

⁵ Movimento Negro: antigas lideranças do Movimento Negro datam do início do século XX, em São Paulo, que se empenhavam para a criação, em escolas, de um projeto de conscientização das populações negras, mas as primeiras entidades organizam-se como sociedades recreativas e a iniciativa vai se firmar nas escolas apenas nos fins da década de 1920. Em 1978, diversas organizações políticas e culturais negras se reuniram também em São Paulo para fundar o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (as suas bandeiras de luta já não eram as mesmas herdadas da tradição das organizações negras anteriores), já não era o “preconceito racial” a ênfase, mas a “discriminação racial”, a pobreza negra passou a ser tributada às desigualdades de tratamento e de oportunidades de cunho “racial” (e não apenas de cor). (HILSDORF, 2006, P.77/ IPEA, 2003).

interferiu nesse processo, foi a preparação da participação do Brasil para a citada Conferência de Durban, que originou uma série de eventos no biênio 2000-2001, o que reavivou a temática racial na agenda nacional.

No período de 31 de agosto a 7 de setembro de 2001 foi realizada, também em Durban, a III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, que contou com cerca de 600 participantes brasileiros, representantes de instituições governamentais e não-governamentais. Criado em 8 de setembro de 2000, o Comitê Nacional para a Preparação da Participação Brasileira em Durban, tinha o objetivo de subsidiar os trabalhos dos participantes que representariam o país neste evento. No segundo semestre de 2000, pré-conferências e encontros, promovidos tanto pela Fundação Cultural Palmares como pela Secretaria de Estado dos Direitos Humanos. Tal processo de preparação propiciou a realização da I Conferência Nacional contra o Racismo e a Intolerância, que aconteceu no Rio de Janeiro, em julho de 2001, da qual participaram cerca de 1.700 delegados oriundos de todas as regiões do país.

Todo o processo preparatório para a realização da Conferência de Durban contou com a ativa participação do IPEA, que forneceu dados diagnósticos sobre a dimensão das desigualdades raciais no Brasil. O governo federal passa a reconhecer, mediante números oficiais, a grande distância entre negros e brancos. O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) também criou, em 2001, o Programa de Ações Afirmativas voltado tanto para o público interno como para beneficiários das políticas e ações sob sua responsabilidade. O MDA, juntamente com o IPEA, deu início a um diálogo com o setor empresarial, visando à promoção de debates sobre a diversidade de mão-de-obra utilizada no setor privado. Diante do exposto, o MDA e outros Ministérios como o da Justiça, Cultura, Educação e Relações Exteriores desencadeiam uma série de medidas específicas voltadas para os afro-descendentes.

Se a questão racial ainda não ocupava o espaço merecido na agenda governamental, após a realização da Conferência de Durban, foi criado por decreto presidencial, o Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD), no âmbito da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, então vinculada ao Ministério da Justiça. Tal Conselho tem como um de seus objetivos a criação de políticas públicas afirmativas

de promoção da igualdade e da proteção dos direitos de indivíduos e de grupos sociais, raciais e étnicos que sejam objeto de discriminação racial ou de outras formas de intolerância. A Declaração e o Plano de Ações de Durban possibilitaram diversos momentos de reflexão sobre a questão dos negros, além de consagrar o termo “afro-descendente”.

Em 13 de maio de 2002, data das comemorações do aniversário da Abolição, foi criado, também por decreto presidencial, o Programa Nacional de Ações Afirmativas sob a coordenação da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, programa este com o objetivo de implementar uma série de medidas na administração pública federal que privilegiassem a participação dos afro-descendentes, mulheres e pessoas portadoras de deficiência. Tais atribuições passam, a partir de 2003, a ser responsabilidade da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir).

A Conferência de Durban possibilitou uma mudança no compromisso do governo federal, com a constatação de que o racismo é uma realidade em todas as sociedades e que constitui grave ameaça para a segurança e estabilidade dos países. Mas, segundo Sané (2002), enfrentar tal realidade nos conduz a examinar causas históricas, socioeconômicas e culturais do racismo. Por isso a inclusão da escravidão e do tráfico negreiro na agenda da Conferência, pois esses crimes eram justificados devido à raça das vítimas. É importante destacar que o grande avanço do encontro foi ter reconhecido que a escravidão é um crime contra a humanidade.

Apresentaremos, a seguir, alguns itens da Declaração de Durban que são relevantes para este trabalho:

Declaração e Programa de Ação da Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata. Adotada em 8 de setembro de 2001 em Durban, África do Sul.

Em consonância com os itens II e III do Programa de Ação aprovado na Conferência de Durban, temos as seguintes recomendações em relação aos africanos e afro-descendentes:

4 – Insta os Estados a facilitarem a participação de pessoas de descendência africana em todos os aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais da sociedade, no avanço e no desenvolvimento econômico de seus países e a promoverem um maior conhecimento e um maior respeito pela sua herança e cultura;

9 – Solicita que os Estados reforcem as medidas e políticas públicas em favor das mulheres e jovens de origem africana, dado que o racismo os afeta de forma mais profunda, colocando-os numa condição de maior marginalidade e situação de desvantagem;

10 – Insta os Estados a assegurarem o acesso à educação e a promoverem o acesso a novas tecnologias que ofereçam aos africanos e afro-descendentes, em particular a mulheres e crianças, recursos adequados à educação, ao desenvolvimento tecnológico e ao ensino a distância em comunidades locais; ainda, insta os Estados a promoverem a plena e exata inclusão da história e da contribuição dos africanos e afro-descendentes no currículo educacional.

11 – Incentiva os Estados a identificarem os fatores que impedem o igual acesso e a presença eqüitativa de afro-descendentes em todos os níveis do setor público, incluindo os serviços públicos, em particular a administração da justiça; e a tomarem medidas apropriadas à remoção dos obstáculos identificados e, também, a incentivar o setor privado a promover o igual acesso e a presença eqüitativa de afro-descendentes em todos os níveis dentro de suas organizações.

94 – Reconhece que as políticas e programas que visam o combate ao racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata devem estar baseados em pesquisas qualitativas e quantitativas, às quais se incorpore uma perspectiva de gênero. Tais políticas e programas devem levar em conta as prioridades definidas pelos indivíduos e grupos que são vítimas ou que estão sujeitos ao racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata;

99 – Reconhece que o combate ao racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata é responsabilidade primordial dos Estados. Portanto, incentiva os Estados a desenvolverem e elaborarem planos de ação nacionais para promoverem a diversidade, igualdade, equidade, justiça social, igualdade de oportunidades e participação para todos. Através, entre outras coisas, de ações e de estratégias afirmativas ou positivas estes planos devem visar à criação de condições necessárias para a participação efetiva de todos nas tomadas de decisão e o exercício dos direitos civis, econômicos, políticos e sociais em todas as esferas da vida com base na não-discriminação. (PACHECO/SILVA, 2007, p.44).

3.1 O BRASIL NA CONFERÊNCIA DE DURBAN

A participação do Brasil na III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata de Durban foi antecedida por um histórico de preocupações internacionais e nacionais relativos à temática. Algumas iniciativas são aqui citadas:

Declaração Universal dos Direitos Humanos, que aconteceu em Assembléia da ONU em 10/12/1948, influenciou a Constituição de inúmeros países, inclusive a brasileira em 1988. Foi a partir dessa Declaração que diversos instrumentos internacionais de proteção dos direitos humanos surgiram.

Convenção sobre a eliminação de todas as formas de Discriminação Racial (ONU, 21/12/1965), que gerou um documento internacional, adotado por vários países, o Brasil o aprovou em 27/03/1968. O objetivo é proibir a discriminação racial e promover a igualdade.

Convenção Americana de Direitos Humanos, de 22/11/1969, aprovada pelo Brasil em 25/12/1992, é um dos principais documentos adotados pelo sistema interamericano de proteção dos direitos humanos, também conhecida como Pacto de San José da Costa Rica.

Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Protocolo de San Salvador de 01/11/1999), aprovado pelo Brasil em 30/12/1999.

Conferência de Durban de 31/08/2001 a 07/09/2001 – III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, reuniu diversos países e demonstrou o quanto as discussões sobre tolerância e discriminação ainda estão presentes em todas as sociedades do mundo. Resultou, no Brasil, no Plano Nacional de Combate ao Racismo e à Intolerância.

Percebemos que questões relativas à ação afirmativa e às cotas são pensadas em âmbito internacional e já ocorrem há algum tempo. Já o tema cotas para afro-descendentes nas instituições de ensino superior nos remete a questões históricas sobre a universidade que sempre foi pensada para a população branca elitizada. Pobres, sobretudo pobres e negros, não tiveram acesso a ela. Pinto (1986), referindo-se à universidade, afirma que:

Não sendo do povo, nem feita para o povo, nada tem a ver com aquilo que define por excelência o povo – trabalho social útil. Não estando ligada às massas trabalhadoras, estas não tomam conhecimento dela (PINTO, 1986, p. 27).

Partindo de um histórico escravocrata, hierarquizado, marcado pela separação de classes, o Brasil se tornou discriminatório, preconceituoso e racista. De acordo com Arroyo (2001, p.48), os preconceitos de classes são muito grandes entre nós, os preconceitos de gênero também e os preconceitos de raça são ainda maiores, sobretudo quando coincidem características como pobreza, classe trabalhadora, cor da pele e gênero mulher.

A universidade consoma, assim, grave delito contra os interesses da nação, ao corromper a essência da cultura, fazendo-se passar de principal instrumento com que o povo devia contar para realizar seu destino humano, a instrumento que mais contribui para mantê-lo escravizado, abandonado ao trabalho insuficientemente pago (PINTO, 1986, p. 33).

Entre os problemas relativos ao acesso do negro brasileiro ao ensino superior, destaca-se a sua ausência nas estatísticas universitárias. Até o ano de 2000 não havia a preocupação de se registrar a identidade racial dos alunos, mas com a anteriormente referida abertura para as discussões sobre as ações afirmativas relativas às cotas raciais, efetivaram-se os registros desses alunos.

A adoção do sistema de cotas para ingresso nas universidades públicas brasileiras, segundo Brandão (2005, p.51), teve início no meio da década de 1990; desde então surgiram as primeiras iniciativas de ação afirmativa ligadas à educação, promovidas por organizações não-governamentais (ONGs), através de oferecimentos de cursinhos pré-vestibulares para alunos carentes e/ou afro-descendentes. No âmbito da legislação, um bom exemplo foi a aprovação pelo Senado Nacional, em 1999, do projeto de lei n. 298/99, que destinava 50% do total das vagas nas universidades públicas para estudantes que tivessem cursado todo o ensino fundamental e médio em escolas públicas. Tal atitude política contribuiu para o reinício do debate sobre a implementação de cotas específicas para a admissão de estudantes nas universidades públicas brasileiras, não concentrando o debate apenas na questão racial, mas também na questão da origem escolar dos vestibulandos.

Esse projeto, segundo o autor, que poderia ser considerado uma medida de ação afirmativa, possuía alguns problemas, sendo o principal deles o fato de que essa reserva de vagas se destinava unicamente aos alunos que tivessem cursado integralmente os níveis de ensino fundamental e médio em escolas públicas, excluindo desse contingente de vestibulandos todos que tivessem freqüentado escola privada por algum período. Por outro lado, a intenção era criar maiores possibilidades de acesso para os alunos carentes às universidades públicas, através da implantação de um sistema de cotas válido para todas as universidades públicas brasileiras, por intermédio da ação direta do Estado na forma de aprovação de uma legislação federal. Um outro problema dessa proposta era a valorização da questão social, exposta anteriormente, em detrimento do caráter meritocrático do acesso às universidades, visto que as mesmas se constituem, em todos os países do mundo, em centros de excelência de produção e divulgação de conhecimentos, sendo também o *lócus* onde são formados os melhores e mais capacitados quadros do país.

Ao aprovar um projeto dessa natureza, o autor argumenta que o poder público, no caso o Senado Federal, procurou, na verdade, atacar a conseqüência de uma omissão histórica do Estado brasileiro, ou seja, o descaso e a ausência, nos últimos 30 anos, de investimentos públicos para melhorar as condições das escolas públicas de ensino fundamental e médio no Brasil.

A questão das cotas, tema recente e polêmico, tem suscitado argumentos nem sempre verdadeiros, que apontam para suas conseqüências nocivas, de acordo com Brandão (2005, p.57-58). Alguns efeitos, possivelmente danosos, das cotas em sua aplicação imediata seriam:

- A provável queda do padrão de qualidade das universidades públicas em decorrência do ingresso de estudantes com formação educacional deficiente;
- A constituição de classes heterogêneas, formadas por alunos de nível intelectual e preparo acadêmico muito distintos;
- Um possível nivelamento por baixo do curso a ser ministrado;
- A possibilidade de marginalização e segregação dentro da própria instituição, com a formação de grupos de alunos inseridos e excluídos;

- A invalidação do grande esforço que muitas famílias de baixa renda realizaram para garantir a seus filhos um ensino fundamental e médio de qualidade, que lhes assegure o acesso à universidade, através da manutenção dos seus filhos em escolas privadas de ensino fundamental e/ou médio (Macedo, 1999 apud Brandão).

Brandão (2005, p.58) informa ainda que a solução para igualar as oportunidades de acesso ao ensino superior público brasileiro, ou pelo menos diminuir a desigualdade de possível acesso, seria a adoção de duas medidas básicas: um maior “investimento na rede pública de ensino fundamental e médio” e a modificação dos processos seletivos atuais de ingresso no ensino superior público brasileiro. Esta última passaria pela adoção de novos modelos de seleção “capazes de tornar a universidade pública o abrigo dos jovens de melhor potencial e mais bem preparados, sem depender de sua origem socioeconômica ou mesmo da escola de procedência”. E acrescenta que qualquer “atitude diferente dessa é tratar a consequência e não a causa”, transferindo os problemas decorrentes da baixa qualidade de ensino que se constata na grande maioria das escolas públicas de ensino fundamental e médio para a universidade.

Prossegue o autor abordando a questão das cotas raciais nas universidades, lembrando que, em março de 2002, o debate sobre cotas para negros voltou à tona dentro dessas instituições com a criação da Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares, que previa a implantação de um curso superior de graduação em administração de empresa, oferecendo inicialmente 100 vagas, das quais 40 seriam destinadas a negros. Pouco mais de um ano depois, em maio de 2003, essa universidade mudou sua proposta e decidiu que os negros seriam a maioria e que os brancos teriam que se submeter “a critérios especiais para serem admitidos”. Após alguns dias, a universidade mudou novamente sua proposta e anunciou que destinaria 45% das vagas para os afro-descendentes e 55% para outras categorias.

Algumas universidades saíram na vanguarda e adotaram o sistema de cotas antes mesmo de se tornar uma exigência do Governo, entre elas a Universidade Federal da Bahia (UFBA) em 2002, a Universidade de Brasília (UNB) em 2003, a Universidade Federal do Paraná (UFPR) em 2004 e a Universidade Estadual de Londrina (UEL) em 2005.

De acordo com o Conselho Regional de Serviço Social (www.cressrs.org.br acesso em 15/01/2008), das 57 universidades federais espalhadas pelo território nacional, 16 já implantaram o sistema de cotas, além de 18 universidades estaduais e uma escola técnica federal de ensino. Assim, podemos afirmar que a política de cotas já é realidade em 35 instituições públicas. Estima-se que o número de estudantes cotistas no país passe a somar 14 mil, enquanto o projeto de lei que institui a reserva de vagas, ou cotas, nas universidades está parado na pauta do Congresso por falta de acordo entre as lideranças partidárias.

O que levou as primeiras universidades a adotarem o sistema de cotas?

A Universidade do Estado da Bahia (UFBA), em julho de 2002, anunciou que em seus exames vestibulares para os cursos que se iniciariam em 2003, reservaria 40% das vagas de cada curso para candidatos negros. A UFBA, em seu site, analisa que sempre foi comum, no âmbito da sociedade baiana, a afirmação de que fosse uma instituição elitizada, que não atendia sua verdadeira demanda, e ainda, que na condição de universidade pública e gratuita deveria prover acesso aos alunos oriundos das escolas públicas. Aponta também que, sendo a Bahia um estado formado por uma população de maioria afro-descendente, seria de fundamental importância que essa universidade criasse mecanismos visando propiciar maiores condições de acesso e permanência dessas pessoas na Instituição com a adoção de políticas afirmativas que contemplassem a equalização do acesso de negros e brancos.

O tema vinha sendo discutido desde 1998; em 2001, o debate tomou corpo e, em maio de 2004, o Conselho Universitário aprovou uma proposta que gerou a implantação do sistema de cotas no vestibular da UFBA no ano seguinte.

Na Universidade de Brasília (UNB), o sistema de cotas para negros foi aprovado em 6 de junho de 2003, quando o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) aprovou a política afirmativa por 24 votos a favor, 1 contrário e uma abstenção. Antes dessa data, porém, a UNB foi palco de intenso debate interno que envolveu a participação de outras instituições e movimentos sociais.

De acordo com o sociólogo Ernandes Belchior⁶, a aprovação do sistema de cotas para negros na UNB foi resultado do esforço de alguns professores, estudantes, movimentos sociais e da própria administração da universidade. O projeto de ação afirmativa (para negros e índios) foi apresentado em julho de 2002 aos conselheiros do CEPE e, durante os debates na universidade, representantes das secretarias de governo e de institutos públicos de pesquisa apresentaram levantamentos que evidenciaram a necessidade de ações afirmativas no ensino superior e a urgência do assunto para os movimentos negros. Na UNB, as cotas foram consideradas como uma oportunidade de, com o ingresso de um novo perfil de alunos, possibilitar a diversificação da produção de conhecimentos.

Já na Universidade Federal do Paraná (UFPR), o debate sobre a implementação de ações afirmativas, segundo Souza (2004), vinha acontecendo pelo menos dois anos antes de ser implantado em 2004; em vários momentos representantes de organizações negras de Curitiba e o governo estadual estiveram presentes em reuniões e debates sobre a necessidade da inclusão de uma política de cotas que permitisse um acesso maior de afro-descendentes naquela universidade.

Após a Conferência Mundial de Combate ao Racismo e Discriminação e outras formas de Intolerância realizada em Durban em 2001, e com a mudança de gestão da Reitoria, a UFPR começou a debater o tema “cotas” de forma mais comprometida. Em 2002 e 2003 foi realizado o curso pré-vestibular para negros, o que intensificou os debates. Em 6 de maio de 2004 deu-se início à votação pelos conselhos superiores da universidade que levou à implantação do sistema de cotas para negros na UFPR.

Nesse contexto, a Universidade Estadual de Londrina (UEL), a partir do Concurso Vestibular de 2005, passa a adotar o sistema de cotas para alunos negros e para alunos oriundos de escolas públicas. A discussão, que segundo o depoimento da professora Lúcia Helena Oliveira Silva, já vinha acontecendo na UEL desde 2002 com uma série de palestras, também foi pautada pela percepção de que a implantação das cotas nas universidades brasileiras tem como objetivo minimizar a discriminação, o

⁶ Apresenta resultados da sua pesquisa de mestrado no site da UNB, na qual estudou os fatos e os atores que transformaram a universidade na primeira instituição federal de ensino superior a reservar vagas para estudantes negros,

preconceito e o racismo. É uma, entre outras estratégias, na busca de alternativas para a solução dos problemas da exclusão social. A educação universalista, pensada para todos, com o decorrer do tempo, mostrou não atender este princípio democrático e a escola, que deveria formar todos os cidadãos, ficou reservada a um seleto círculo de pessoas.

A situação do ensino superior no Brasil, de tradição “aristocrática” e sua relação com a possibilidade de acesso a um mercado de trabalho de melhores remunerações, explica a existência do “mito” da importância que se dá ao ensino superior, gerando constante necessidade de ampliação de oportunidades. Nesse sentido, a questão das cotas parece pretender resolver problemas específicos de uma população que historicamente foi deixada à própria sorte, mas parece não resolver as questões sociais que são a raiz de tais dificuldades, enfrentadas pela sociedade como um todo.

O entendimento que a Diretoria de Avaliação e Acompanhamento (PROPLAN) tem da UEL (que consta no site: www.uel.br/proplan), é uma das bases de sustentação para a defesa da implantação do sistema de cotas. Segundo esse setor, a instituição é compreendida como uma entidade pública gratuita, democrática, com plena autonomia didático-científica, comprometida com o desenvolvimento e a transformação social, econômica, política e cultural do estado do Paraná e do Brasil. Orienta-se pelos princípios da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, da igualdade de condições para o acesso e permanência discente, da liberdade e respeito ao pluralismo de idéias, tendo por missão a produção e disseminação do conhecimento, formação de cidadãos e profissionais com competência técnica e humanística preservando valores éticos de liberdade, igualdade e justiça social.

Esse é o contexto no qual se insere esta pesquisa cujo objetivo é debater um período da história da instituição em que o sistema de cotas para negros foi implantado, tomando como fontes documentos e depoimentos.

4 REGISTRANDO A TRAJETÓRIA: DAS PRIMEIRAS DISCUSSÕES À IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE COTAS NA UEL

O sistema de cotas na UEL chega neste ano (2008) ao seu quarto aniversário. Criado em 2004 através da Resolução no. 78/2004 do Conselho Universitário e implantado no Concurso Vestibular de 2005, contou para sua criação e efetivação com a participação de pessoas que objetivavam propiciar mudanças nas estruturas mentais, visando a quebra de preconceito e maior oportunidade de acesso ao ensino superior, promovendo transformações em relação às oportunidades para a população negra que, no Brasil, sofre com as desvantagens, seja no âmbito da educação ou do mercado de trabalho, decorrências de uma provável herança segregadora e escravocrata.

Muito embora a busca de soluções para a desigual situação entre brancos e negros no Brasil não seja uma novidade para o movimento social, a emergência de uma discussão mais ampliada, em torno da necessidade de medidas voltadas para corrigir a histórica situação de exclusão a que foi relegada a população negra, bem como a iniciativa do Estado brasileiro, pelo menos no plano formal, de adotar políticas de corte racial, são recentes no país. A instauração deste debate é significativa, na medida em que representa o reconhecimento do Brasil como uma sociedade racialmente desigual, e evidenciando a necessidade de combater o tratamento diferenciado dispensado aos segmentos raciais, camuflado pela idéia de “democracia racial” (QUEIROZ, 2002, p.16).

O Brasil, passando a descortinar sua falsa democracia racial, movimenta alguns espaços, incentivando um processo de implantação de cotas para negros. No caso da UEL, objeto desta dissertação, as discussões a respeito da implantação de cotas para negros têm início em 2002, chegando ao seu ápice em 2004, com a resolução que define a implantação do sistema de cotas e sua efetivação a partir do Concurso Vestibular de 2005.

Considerando os objetivos deste trabalho de recolher indícios sobre a história da implantação do sistema de cotas para negros na UEL a partir de

documentos e depoimentos e de esclarecer os motivos que levaram a essa iniciativa na UEL, foram coletados dados em fontes documentais e depoimentos, cuja análise é feita a partir das seguintes categorias:

- a) Os antecedentes da implantação do sistema de cotas na UEL, a primeira reunião (2002);
- b) O processo de decisão (2004) em diferentes instâncias: Centros, Departamentos, CEPE, CU, comunidade externa;
- c) A Resolução (2004) e a implantação do sistema de cotas (2005).

A característica do ensino superior no Brasil foi, historicamente, de exclusão de diversos segmentos da população, entre eles os negros. O início do século XXI presencia a tomada de consciência do problema com as discussões a respeito do direito à inclusão através de cotas. Neste contexto está a adoção de cotas para afro-descendentes para ingresso nas universidades públicas, que pode ser entendida como uma das medidas para enfrentar o componente racial da nossa desigualdade social, como esclarece Carvalho (2002, apud Queiroz):

Apesar da universidade pública brasileira ser um dos poucos redutos de exercício do pensamento crítico em nosso país, se a observarmos a partir da perspectiva da justiça racial, impressiona a indiferença, a insensibilidade e o desconhecimento da classe universitária a respeito da exclusão racial com que, desde sua origem, convive. Desde a formação das universidades brasileiras no século dezanove, não houve jamais um projeto, nenhum plano que discutisse quem faria parte da elite que se diplomaria nas Faculdades de Direito, Medicina, Farmácia e Engenharia existentes naquela época. Quando, no início dos anos 30, foi criada a Faculdade Nacional de Filosofia (mais tarde Universidade do Brasil), a questão racial não foi discutida e confirmou-se, pela ausência de questionamento, de que estaria destinada a educar a mesma elite branca que criou, contribuindo assim para sua reprodução enquanto grupo. (CARVALHO apud QUEIROZ, 2002, p. 81).

O intuito do sistema de cotas para afro-descendentes nas universidades brasileiras é tentar amenizar a discriminação racial na educação. Os dados coletados indicam que, não sendo um processo tranqüilo, foi marcado por contradições desde seu início.

4.1 COTAS NA UEL: ANTECEDENTES – AS PRIMEIRAS REUNIÕES (2002 E 2004)

Como já foi mencionado, a necessidade de ampliação de oportunidades educacionais para negros veio à tona a partir da década de 1990. Tais reivindicações tornam-se concretas, no caso em estudo, em 2002, quando houve a apresentação da proposta do Movimento Negro de Londrina para a UEL, “a primeira vez que se apresenta a proposta de cotas para a UEL foi com o Edmundo em 2002.” (D. Vilma, 2008). Segundo a colaboradora:

Ele entrega esta proposta e fica quieto, não se discute, isso fica adormecido lá. ... A gente sabe que o Edmundo, que foi presidente do Conselho Municipal da Comunidade Negra, tinha uma forma de agir, que ele sabia que a gente queria, sabia da necessidade de discussão, mas ele fazia tudo sozinho. Ele não reuniu um grupo pra discutir. Ele sabia que todo mundo queria aquilo, mas ele não reuniu um grupo, ele resolvia lá, diretamente (D. Vilma, 2008).

Discutindo o início do processo, o professor Ricardo Ralisch, que participou de todo o processo de discussão e implantação do sistema de cotas na UEL devido aos cargos que ocupou na administração da UEL (inicialmente foi Coordenador de Colegiado e, posteriormente, Diretor de Assuntos Acadêmicos da PROGRAD), considera importante destacar que, por volta de 2000, começa a haver uma mudança no caráter do vestibular anterior à discussão de adoção das cotas, quando o concurso passa a ser mais interpretativo, denotando uma preocupação da comunidade universitária com o perfil dos alunos aprovados nos vestibulares e revelando a intenção de se alterar significativamente o mecanismo de ingresso dos calouros. De acordo com Ralisch, o que ocorreu foi um esforço conjunto visando mudanças, com o objetivo de dar oportunidades para os alunos costumeiramente discriminados pela sociedade. Depois de ampla discussão, o consenso foi de que a discriminação no Brasil é velada e refere-se à aparência das pessoas e a sua ascendência. Ou seja, discriminam-se os negros e os pobres genericamente. Portanto, deveria haver cotas socioeconômicas, optando por dirigi-las aos negros e aos alunos oriundos das escolas públicas.

Paralelamente, ainda segundo o professor, a necessidade de discussões sobre o novo regimento exigiu pensar-se uma nova universidade e possibilitou a implantação do que na época chamou-se de “sistema diferenciado de vagas” e não de cotas. As questões debatidas nos conselhos de centros eram: a sociedade local, regional e nacional estão adequadamente representadas na UEL? Ser aluno de uma universidade pública é uma questão de mérito ou de direito? A universidade tem o direito de reservar vagas? De que forma o racismo se manifesta no Brasil?

As discussões sobre a criação de cotas para alunos negros tiveram início na UEL em 25/09/2002 com uma reunião em que estiveram presentes o Conselho Municipal da Comunidade Negra de Londrina e representantes da Coordenadoria de Assuntos de Ensino de Graduação (CAE) da UEL. Em reportagem do Jornal de Londrina (26/09/2002, pg. 05), consta que a proposta apresentada era de uma cota de 20% das vagas para afro-descendentes e que a mesma foi aprovada durante a Primeira Conferência Municipal dos Afro-descendentes, realizada em novembro de 2001.

O professor Jairo Pacheco, Pró-reitor de Graduação na época, informou ao Jornal Notícia (26/09/2002) que a UEL oferecia 3.010 vagas em seu vestibular, sendo que 20% delas ou 602 vagas seriam destinadas a afro-descendentes. O Pró-reitor ressaltou, segundo a notícia, que aquele era apenas um primeiro contato com a temática, muito ainda deveria ser discutido.

De acordo com o professor Jairo Queiroz Pacheco (informação pessoal em janeiro de 2005), as primeiras discussões sobre a implantação do sistema de cotas na UEL, em 2002, foram apoiadas na crença de que tal sistema objetivaria possibilitar uma modificação social como um todo e não apenas dos cotistas, pois a partir desse sistema, valores como a quebra do preconceito, da discriminação e do racismo seriam agregados. Seria uma forma de trazer para o universo acadêmico discussões que até então passavam longe das salas de aula.

Desde o momento inicial, percebia-se, segundo o professor, que as cotas não seriam a solução para o problema, mas contribuiriam para a desconstrução racista, diminuindo a concorrência no processo seletivo de acesso ao ensino superior. Segundo o professor Pacheco, cotas significariam reservar vagas, facilitando acesso e

ajudando a minimizar a discriminação, mesmo considerando que nenhum sistema é perfeito, sempre necessita de aprimoramento.

O professor Frederico Fernandes, em seu depoimento, também argumenta que o sistema de cotas não é uma saída, não é uma solução, pode até ser considerado um erro, mas é um erro que tenta amenizar um erro muito maior, que é a discriminação racial.

Os dados levantados indicam que esta primeira proposta da UEL tem sua origem em uma solicitação do Movimento Negro, encaminhada por seu Presidente ao Pró-reitor de Graduação em 2002, segundo depoimento de D. Vilma Santos de Oliveira, atual presidente do Movimento Negro de Londrina. Ela relata, ainda, que após este primeiro contato, não se discute mais a questão até 2004, quando ocorre o Seminário “O Negro na Universidade: O Direito à Inclusão”, que incluiu o tema cotas para negros, cujas discussões foram apresentadas no livro com o mesmo título, organizado pelo professor Jairo Queiroz Pacheco e pela professora Maria Nilza da Silva. Entre os argumentos em favor das cotas, merece destaque a responsabilidade da academia no que diz respeito à história da construção de uma falsa idéia sobre democracia racial, como afirma Carvalho:

Generalizando uma tendência e salvando as poucas exceções, acredito que a academia tem uma responsabilidade direta na reprodução do imobilismo diante do racismo universitário, pelo fato de que muitos dos discursos que negam o racismo e que produziram a ideologia do convívio inter-racial harmônico no Brasil foram produzidos por acadêmicos, no interior das instituições acadêmicas (em aulas, conferências, encontros das comunidades científicas, etc.). Ou seja, afirmar que a academia não tem sido ativa, ou que tenha se omitido a opinar sobre discriminação racial é contar a história pela metade: pelo contrário, ela tem contribuído para a reprodução da exclusão racial no Brasil, simplesmente por desestimular a disseminação dos argumentos anti-racistas, seja por impedi-los de vir a público, seja por combatê-los uma vez colocados na arena institucional (CARVALHO, apud QUEIROZ, 2002, p.91).

D. Vilma (2008) relata que em 2004, depois que assumiu a presidência do Movimento Negro, foi realizado em Londrina o Fórum Nacional de Cultura onde esteve presente um “assessor da Fundação Palmares”, um rapaz, segundo ela,

“chamado Zulu Araújo”. Trata-se do Dr. Zulu Araújo, que era assessor de pesquisa e divulgação da Fundação Cultural Palmares Ministério da Cultura. A presidente do Movimento Negro apresentou, nessa ocasião, a vontade do Movimento Negro de implantar cotas raciais na UEL. A conversa a respeito da possibilidade da implantação das cotas se estendeu na sua casa, tendo como participantes o Dr. Zulu Araújo e um grupo de pessoas envolvidas com a questão. Dela resultou a proposta de promover na UEL, por intermédio da Fundação Palmares e em parceria com o Município, um seminário para aprofundar o entendimento do sistema cotas e sensibilizar a comunidade universitária a aceitá-lo.

D. Vilma conta ainda que no contato mantido com Dr. Zulu Araújo, foi informada de que a Fundação dispunha de um programa de seminário que já havia sido realizado em diversas localidades do Brasil. E era exatamente isso que o Movimento Negro precisava, um seminário para trabalhar o debate em defesa da implantação do sistema de cotas para negros na UEL. Tal proposta foi acatada pela reitoria na pessoa da Reitora Lygia Pupatto e, em a parceria com a Secretaria da Cultura, o seminário foi realizado no período de 13 a 15 de abril de 2004. O objetivo principal do evento era convencer a comunidade universitária da pertinência do sistema de cotas.

Tal seminário, apresentado a seguir, marca o início dos trabalhos de discussões sobre cotas para negros na UEL.

4.2 O PROCESSO DE DECISÃO (2004), EM DIFERENTES INSTÂNCIAS: CENTROS, DEPARTAMENTOS, CEPE, CU, COMUNIDADE EXTERNA

Nos dias 13, 14 e 15 de abril de 2004 realizou-se, no Anfiteatro do Centro de Estudos Sociais Aplicados, o Seminário: “O negro na universidade: direito à inclusão”, promovido pelo Ministério da Cultura, através da Fundação Cultural Palmares, UEL, Secretaria Municipal de Cultura e Conselho Municipal da Comunidade Negra, com apoio da Associação Afro-Brasileira de Londrina e Movimento da

Consciência Negra. Tal encontro vinha sendo realizado em todo país com o objetivo de discutir o acesso do negro à universidade através da inclusão social.

No ano de 2004, a Universidade Estadual de Londrina realizou o Seminário *O Negro na Universidade: direito à inclusão*. Este foi um evento importante no processo de discussão, iniciado em 2002, envolvendo a comunidade acadêmica e a sociedade civil, que culminou com a implantação do sistema de cotas na instituição. O evento resultou de parceria entre a Fundação Cultural Palmares, a Secretaria Municipal de Cultura, o Movimento Negro e a Universidade de Londrina.

Participaram do seminário os palestrantes Dora Lucia Lima Bertulio, da Universidade Federal do Paraná – UFPR; José Jorge de Carvalho, da Universidade de Brasília – UNB; Livaldo Brito – Promotor de Justiça em Salvador, Rubens Mendes, do Ministério das Relações Exteriores; Maria Cristina Elyote Santos da Universidade do Estado da Bahia – UNEB; Márcia Souto Maior, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ e Valter Roberto Silvério, da Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR.

Os responsáveis pela organização do evento foram o Dr. Zulu Araújo, pela Fundação Cultural Palmares/Ministério da Cultura; Jairo Queiroz Pacheco, então pró-reitor de Graduação da UEL e Vilma Santos Oliveira, liderança do Movimento Negro de Londrina.

Lygia Lumina Pupatto, como reitora da UEL e André Galvão, representando a Secretaria de Cultura do Município de Londrina, foram essenciais no processo de aprovação das cotas na UEL, tanto pelo apoio dado ao evento, como também pelas destemidas posturas assumidas ao longo dos debates (PACHECO/SILVA, 2007, p.4).

Segundo Pacheco (2007), tal seminário foi de tamanha importância que acabou resultando na implantação do sistema de cotas na UEL.

A professora Lúcia Helena Oliveira Silva, então professora do curso de História da UEL, nos informa que na UEL, desde 2002, já havia discussão sobre o tema, graças ao interesse que a reitora Lygia Lumina Pupatto demonstrou pelo mesmo.

Em 2004 os debates se intensificam, a questão é discutida nos órgãos superiores da UEL e, em 23/06/2004, através da Resolução CU Nº 78/2004, o Conselho Universitário institui o sistema de cotas na UEL.

O Jornal Notícia Digital, veículo de comunicação da própria universidade, publicou várias matérias sobre o assunto, entre elas:

- No dia 14 de junho de 2004, quando a proposta de implantação de cotas para estudantes da Escola Pública e negros na UEL foi apresentada ao CIUS – Conselho de Interação Universidade-Sociedade, reunião que aconteceu no CESA.

- No dia 30 de junho de 2004, com o objetivo de esclarecer e ouvir a opinião de alunos, professores, funcionários e pessoas da comunidade externa, a UEL realizou mais um Debate sobre Cotas no Anfiteatro Maior do CCH.

A professora Maria das Graças Ferreira que, à época das discussões sobre as cotas na UEL, era diretora do CECA, relata que participou diretamente do processo de implantação do sistema de cotas e esteve presente em todas as discussões do CU. As discussões sobre o tema “cotas”, segundo ela, foram incentivadas pela Reitora Lygia Pupatto, pois era de conhecimento geral que a Câmara Federal estava elaborando um projeto sobre o sistema de cotas, e a UEL decidiu que faria o seu próprio. Desta forma, a UEL elaborou o seu projeto instituindo o sistema de cotas via PROGRAD, da qual o professor Jairo Queiroz Pacheco era o titular. O próximo passo foi levar o projeto aos Centros de Estudos para ser discutido.

É necessário registrar, no entanto, que a iniciativa pela implantação do sistema de cotas na UEL deve-se, principalmente, ao esforço do Movimento Negro de Londrina que trouxe inicialmente o tema e o apresentou para o pró-reitor de graduação e, posteriormente, em parceria com a Fundação Palmares e com a Secretaria da Cultura, apresentou a proposta de um seminário para ampliar o debate no âmbito da UEL.

Podemos identificar uma pausa nas discussões entre a proposta inicial, ocorrida em 2002, e o processo de decisão de sua implantação em 2004. Quem confirma esta observação é o professor Ricardo Ralisch, ao admitir que de fato não houve mesmo discussão generalizada sobre o tema no Colegiado. Enfatizou que, naquele período, a Câmara de Graduação e os Conselhos de Centro estavam concluindo as diversas comissões de sindicâncias e disciplinares derivadas dos problemas administrativos da gestão anterior e tratavam da reforma regimental e estatutária da Universidade, não havendo, portanto, espaço para o debate de tema tão complexo. Somente em 2004 é que se retomam as discussões sobre as cotas, graças à percepção de que o corpo discente da UEL não representa adequadamente a

sociedade na qual UEL está inserida. As discussões estiveram amparadas pelos novos Estatuto e Regimento da UEL, pela posição brasileira assumida em Durban e pelo envio, pela administração da UEL, de uma proposta ao Conselho Universitário de implantação de sistema diferenciado de vagas.

Conta ainda que, por estar inicialmente atuando como Coordenador de Colegiado e depois como Diretor de Assuntos Acadêmicos da PROGRAD, foi possível sua participação em todo o processo de maneira intensa, exigindo sua análise aprofundada do assunto e seu posicionamento pessoal.

Considera que entre 2002 e 2004 não houve discussões nos colegiados e nos conselhos devido a um acúmulo de atividades e uma deficiência operacional desses fóruns para refletir sobre a Universidade. Institucionalmente, porém, a PROGRAD mantinha contato com o Movimento Negro através do Professor Jairo Pacheco, o que possibilitou a ampliação de subsídios que foram utilizados posteriormente nas discussões.

Acrescenta, ainda, que em 2004 o tema passa para as instâncias deliberativas, desencadeando uma série de discussões e busca por mecanismos que oportunizassem as mudanças pretendidas.

Apesar da declaração de muitos entrevistados a respeito da amplitude das discussões, os dados coletados mostram que elas ficaram restritas ao final do primeiro semestre letivo de 2004, imediatamente antes de votação da resolução pelo Conselho Universitário. A minuta de resolução do CU foi encaminhada pelo Gabinete do Reitor aos Centros de Estudos em 01/06/2004, sendo 19/06/2004 o prazo limite para manifestação da posição de cada um.

Considerando as instâncias de discussão anteriores ao Conselho de Centro, ou seja, Colegiado e Departamento, podemos considerar que o tempo a elas formalmente destinado foi de cerca de 40 dias.

O Centro de Letras e Ciências Humanas (CLCH) realizou a reunião do Conselho de Centro em 16/04/2004, visando deliberar sobre o tema "cotas". Foram 10 votos a favor e 4 abstenções. Podemos observar que a data da reunião do CLCH antecede a data da reunião dos demais centros, o que nos leva a pensar que talvez o

Centro de Letras Ciências Humanas, pela sua própria natureza, dedicou-se mais aos debates sobre a questão.

Analisando o período das reuniões e seus significados, o professor Frederico Fernandes (CLCH) relata que, na ocasião da implantação das cotas na UEL, ele era coordenador do Curso de Letras, razão pela qual participou das várias instâncias de discussão: Centro, Câmara de Graduação e no Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (CEPE).

Considerou que dos debates que participou, os mais acalorados foram no Conselho de Centro do CLCH, uma vez que a questão, pela sua complexidade, extrapolava as limites da Coordenação de Colegiado. Por envolver a universidade como um todo, era importante que fossem esgotadas todas as instâncias de discussão: os Colegiados de Curso, os Departamentos, os Centros e, finalmente, o CEPE e o CU.

Nos demais Centros, as reuniões de Conselho de Centro aconteceram após o recebimento da minuta de resolução do CU, como se observou nos registros encontrados:

Centro de Educação, Comunicação e Artes (CECA): em reunião no dia 16/06/2004, o Conselho de Centro concordou com o percentual de 50% das vagas do vestibular para candidatos oriundos de escolas públicas e solicitou um aprofundamento nas discussões sobre a reserva de vaga para os que se auto declararem negros. Sobre essa solicitação, é possível inferir que ela se deveu ao fato de que os debates não foram suficientes para mostrar a necessidade de cotas raciais pois, como se observa, as discussões se concentraram no final do primeiro semestre de 2004 e, provavelmente, não houve tempo para que os professores pudessem apreciar, assimilar e se posicionar em relação ao tema.

Segundo o depoimento da professora Maria das Graças Ferreira, não houve consenso nas posições, ainda que a maioria não tenha se posicionado de maneira contrária. A inexistência de posicionamento contrário é comentada pela professora Leoni Henning, do mesmo Centro, que afirma que ser contrário às cotas implica em ser percebido como preconceituoso por “não querer negro e pobre na universidade”. Ainda assim, reconhece que ninguém, em tese, poderia ser contrário à idéia da inclusão, pois o indivíduo teria o direito a esse espaço que lhe foi negado pela

sociedade. Na opinião da professora, deveria haver, sim, esse acolhimento educacional nas políticas públicas e as soluções deveriam ser buscadas na educação básica, não na universidade.

Centro de Ciências Biológicas (CCB): a reunião do Conselho de Centro foi realizada em 08/06/2004 e o parecer foi desfavorável à implantação do sistema de cotas na UEL. O argumento foi de que para a aprovação de cotas com princípios raciais envolvidos seria necessária uma ampla discussão e algumas mudanças na proposta inicial.

A professora Suzana Mesquita informa que era coordenadora do Colegiado do Curso de Ciências Biológicas quando as discussões sobre o sistema de cotas foram iniciadas na UEL. No CCB, elas ocorreram tanto no Colegiado como na Câmara de Graduação, em clima de grande resistência às cotas. Relata a professora ter participado de todo o processo que culminou com o posicionamento contrário do CCB à proposta de implantação do sistema de cotas.

Centro de Educação Física e Esportes (CEFE): após análises e discussões das sugestões apresentadas, o Conselho de Centro aprovou o sistema de cotas em reunião realizada no dia 15/07/2004.

Centro de Ciências Exatas (CCE): em reunião extraordinária realizada em 15/07/2004, o Conselho de Centro posicionou-se contrário à implantação das cotas por considerar necessárias algumas modificações na proposta apresentada.

Centro de Tecnologia e Urbanismo (CTU): informou que a apresentação da proposta pelo professor Jairo foi encaminhada em 29/06/2004, sendo apreciada pelo Conselho de Centro em 16/07/2007. O Conselho de Centro foi contrário à proposta em razão da forma como foi encaminhada, do caráter discriminatório da mesma, do momento político pré-eleitoral e da ausência do estudo de impacto na infra-estrutura da Instituição. Sugeriu a composição de grupos de estudos nos Centros de Estudos para apresentação de propostas de ação centrada na condição social e econômica da clientela, analisando a igualdade de oportunidade de acesso e a permanência e conclusão nos cursos para todas as etnias e camadas sociais

Centro de Ciências Agrárias (CCA): não nos foi permitido verificar diretamente nas atas de reuniões o parecer desse Centro sobre o tema “cotas”, mas a

secretária Dalva Polli se comprometeu a nos enviar por e-mail a cópia da Ata da Reunião do Conselho de Centro que deliberou sobre o assunto. Recebemos dessa funcionária a seguinte mensagem (via e-mail pessoal, o qual encontra-se sob nossa guarda): “Karen, Eu procurei nas Atas e não encontrei, porém o ex-diretor disse que o assunto foi discutido na reunião do Conselho e o CCA foi favorável ao sistema de cotas”. (Polli, 2007).

Centro de Estudos Sociais Aplicados (CESA) e Centro de Ciências da Saúde (CCS): foram procurados diversas vezes para participar deste trabalho, mas não obtivemos nenhuma informação dos mesmos.

Mesmo dentro da universidade não houve consenso, havendo registros, como relatou a professora Leoni Henning em seu depoimento, do caráter assistencialista da proposta, além do problema concreto apontado pelas professoras Suzana P. Mesquita e Lucia Helena de Oliveira a respeito das dificuldades de confirmação da autodeclaração de negro para atender às exigências da resolução, como discutiremos mais adiante.

As opiniões se dividiram interna e externamente, tanto no período de discussão e votação da Resolução, quanto no momento da sua implantação em 2005.

4.3 A RESOLUÇÃO (2004) E O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE COTAS (2005)

As reuniões do CEPE (Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão) e CU (Conselho Universitário) acabaram por encaminhar as discussões sobre o tema “cotas” e a implantação do sistema de cotas na UEL deu-se em 23/06/2004, através da Resolução do CU N° 78/2004.

A referida resolução define que até 40% das vagas de cada curso de graduação, ofertadas em Concurso Vestibular pela Universidade Estadual de Londrina, será reservado a estudantes oriundos de instituições públicas de ensino, sendo que até metade das vagas decorrentes da aplicação desse percentual deverá ser destinada a candidatos que se autodeclararem negros, além de estabelecer, também, os critérios necessários para a sua implementação.

Cabe ressaltar o teor das considerações iniciais que apresentam a exposição de motivos para a implantação do sistema de cotas para negros na UEL (em anexo) retomando os pontos centrais do aparato legal e do movimento social que fundamentam a opção por esse sistema.

De acordo com o Jornal Notícia da UEL do dia 28 de julho de 2004, dos 45 conselheiros com direito a voto, 31 votaram a favor da proposta. E o CU aprovou o projeto de cotas apresentado pela administração e discutido com a comunidade através da Resolução No. 78/2004.

A Resolução estipulou que esse percentual de reserva de vagas deveria vigorar por um período de sete anos a partir do ano letivo de 2005. Para se matricular nessas vagas, os candidatos deveriam comprovar que cursaram as quatro últimas séries do Ensino Fundamental (5^A a 8^A série) e as três séries do Ensino Médio em escolas públicas, mediante entrega, no ato da matrícula, de documentação comprobatória e que seria objeto de investigação posterior pela UEL. A homologação de matrículas dos candidatos que se autodeclarassem negros seria feita por uma Comissão Especial do CEPE que também teria por atribuição fazer o acompanhamento e a avaliação da política de cotas na UEL e apresentar relatórios anuais para o Conselho Universitário. As normas complementares que se fizessem necessárias para a implantação desse sistema seriam definidas pelo CEPE, visando adequar a nota de corte do Concurso Vestibular ao estabelecimento da política de cotas. Tal comissão seria formada por servidores da UEL, representantes da Comunidade Negra de Londrina.

A proposta de cotas para negros apresentou, na sua execução, dois complicadores: a confirmação da autodeclaração de negro ou pardo e a proporcionalidade de número de inscritos no concurso vestibular de até 20%.

Segundo o professor Ralisch, a verificação da autodeclaração esbarra na questão da identificação dos negros. Decidiu-se pela adoção do critério do IBGE, que estabelece que negros são as pessoas que possuem pele preta ou parda, o critério é o da cor da pele. Esclarece, ainda, o professor, que as cotas raciais na UEL não são para afro-descendentes; usar este termo é um erro, por não representar as deliberações do Conselho Universitário. É importante ressaltar que, além da

comprovação da cor da pele, o candidato deveria ter estudado integralmente em escola pública nos sete anos da formação básica, conforme reza a Resolução.

Relatando o trabalho da Comissão do CEPE para homologação das matrículas, a professora Lúcia Helena Oliveira Silva, que fazia parte da comissão, descreve o procedimento utilizado: os candidatos às cotas raciais tiravam foto enquanto os membros da comissão permaneciam numa sala ao lado, anexa à sala de matrícula. As fotos dos candidatos eram levadas por funcionários da UEL à comissão para serem analisadas e, em caso de dúvida, um membro da comissão, discretamente, verificava pessoalmente na sala de inscrições se o candidato estava apto a se matricular pelo sistema de cotas raciais. A comissão era formada por três integrantes; se dois deles concordassem que o candidato era pardo ou negro ou pardo ou preto, ele poderia fazer sua matrícula. Mas se dois membros da comissão discordassem, o candidato seria desclassificado, com direito a recurso, que seria uma próxima etapa com uma entrevista para avaliar mais de perto a situação.

A professora informa que as linhas de cor pardo, branco e negro são verificações específicas da UEL. O projeto original do professor Jairo Pacheco, a partir dos critérios o IBGE, como informou professor Ralisch, estabelecia que era pardo ou negro aquele que se autodeclarasse como tal. Lembra a professora Lucia Helena que tal questão se colocava para a Comissão no momento da decisão, ou seja, no processo de homologação das matrículas.

A professora Suzana P. Mesquita conta que foi convidada para fazer parte da comissão que iria participar do processo de implantação do sistema de cotas. Ela não imaginava como seria o processo de definição da cor da pelo do candidato, como alguém poderia contestar um aluno que se diz negro. A Resolução dizia que o aluno cotista deveria ser negro ou pardo e se autodeclarar como tal, o que deixava a comissão numa situação difícil, pois se o aluno se autodeclara negro ou pardo como dizer que ele não é? Por isso resolveu que pediria ajuda aos outros integrantes da comissão, caso tivesse alguma dificuldade. O processo foi tranquilo quando todos integrantes da comissão concordavam, mas quando não existia consenso e o aluno era convidado para num outro momento passar pela comissão, aí não era tão simples. A comissão passou por muitos momentos difíceis, os integrantes trabalhavam até altas

horas entrevistando todos os alunos em situação conflituosa. Foi nesse momento que a comissão percebeu o quanto era importante para esses candidatos serem admitidos na universidade. Houve depoimentos fortes, que levaram uma professora às lágrimas, pois existia uma pressão muito grande, por um lado eles deveriam seguir as normas mas, por outro, a decisão da comissão poderia modificar a vida de uma pessoa.

D. Vilma, atual presidente do Movimento Negro de Londrina, identifica dois grandes entraves na Resolução: os termos “pardos” e “até” 20%. A questão da proporcionalidade deve continuar a ser objeto de negociação entre os próximos candidatos à reitoria e o Movimento Negro. “Eu quero que tirem esse “pardo” da Resolução e esse “até” 20% das vagas”, diz ela.

Argumenta que o maior problema das cotas na UEL é a questão da proporcionalidade, é esse “até” 20%, porque mascara a situação, faz supor que nós temos 20% de negros na universidade e na verdade não temos. As vagas são proporcionais ao número de alunos inscritos no concurso vestibular de 40% das vagas, das quais 20% são para alunos oriundos de escolas públicas e “até” 20% para alunos negros. Explica D. Vilma no seu depoimento:

Por que é assim: eles não conseguem entender que quando a gente luta buscando cotas pra negros dentro da universidade, o pessoal não consegue entender que negro é o mais pobre no país, que o negro não está estudando, não está dentro da escola, ele não está no ensino médio e ele não está na universidade, ele não está. Nós não temos esse número de negros, 2%, 1% de negros é que estão. O que nós vamos fazer? Vamos preparar um material e ir para as escolas incentivar os alunos negros para virem para a universidade, porque eles têm 20% de vagas garantidas. Mas se nós encontrássemos 50% lá, seria mais fácil, mas acontece que o negro não está na escola. Mas por que ele não está na escola? Porque ele tem que trabalhar, porque ele tem que comer. E sabe por quê? Porque lá na penitenciária tem 80% das vagas reservadas pra negros, lá tem. Lá na favela tem 90% dos barracos, dos espaços de favela, são reservados pra negro, e aqui na universidade tem 1%, porque ele não vê motivo pra ele estudar. O negro ainda não está na escola, então o que eu faço, fico pregando na cabeça de todo negro que eu vejo estudando e dizendo: vai, vai tentar o vestibular (D. Vilma, 2008).

De acordo com o professor Ricardo Ralisch, em conversa pessoal, as cotas da UEL não são para afro-descendentes e sim para negros. D. Vilma confirma esta afirmação e argumenta que o problema no nosso país não é a descendência e sim a cor da pele. “As cotas na UEL não são para afro-descendentes, são cotas para negros”, diz ela.

No momento da implantação do sistema de cotas, em decorrência do Vestibular de 2005, o debate e a polêmica se estendem aos meios de comunicação da cidade. Algumas reportagens que serão apresentadas a seguir confirmam que o tema foi debatido tanto pela comunidade interna quanto externa e gerou muita polêmica e opiniões divergentes.

No jornal Folha de Londrina de 01/03/2005 foi publicada uma carta de uma vestibulanda que argumentava a favor das cotas, mas acrescentava que a UEL poderia rever algumas normas desse sistema. Nesse mesmo jornal, em 11/03/2005, um jornalista dá o seu parecer sobre o tema e diz que algumas manifestações acerca das cotas para afro-descendentes e estudantes de escolas públicas revelam o quanto de preconceito tem a elite e a classe médica; com uma visão superficial, acabam culpando as próprias vítimas, no caso os negros e seus descendentes e os pobres.

A Folha de Londrina (06/03/2005) publicou carta de uma leitora sobre as cotas na UEL. Vestibulanda, se sente prejudicada pelo sistema de cotas, por ter ficado na classificação reservada para as cotas e por isso não ter conseguido passar no vestibular e agradece ironicamente a UEL por isso. No dia 07/03/2005, o mesmo jornal traz a opinião de um médico da cidade que considera o sistema de cotas para afro-descendentes uma discriminação racial contra brancos. O mesmo veículo, em sua edição do dia 09/03/2005, publica o questionamento de um estudante: cotas seria um direito, discriminação ou uma justiça social?

A professora Elena Andrey, corroborando a postura adotada pela administração central da UEL - como pode ser percebido no discurso da Reitora transcrito ao final deste capítulo - acredita que o sistema de cotas é uma questão de justiça social, pois pessoas afro-descendentes ficam marcadas por estigmas que não se aplicam necessariamente à história delas. O negro e seus descendentes não escolheram a cor de sua pele ou a cor dos olhos; há um processo de injustiça social

que, segundo a professora, é brutal, com vieses sociais, econômicos, simbólicos, tudo isso se soma e é complexo, é uma síndrome. Na opinião da professora Elena, o que não pode acontecer é um órgão público como a universidade fazer de conta que está tudo bem, pois esta não é a realidade. “Não está tudo bem para o país e não está tudo bem para a pessoa discriminada, porque não se pode tirar o direito de uma pessoa de ter aspirações e ideais porque ela nasceu negra. Não, tudo isso se transformaria em veneno dentro de você. Ou você escolheria ser uma pessoa deprimida para o resto da vida e se você tivesse um filho inteligente, provavelmente iria inconscientemente barrá-lo dizendo: “eu também quis cursar o ensino superior, mas não deu certo, isso não é pra gente!”. Essa discriminação iria se propagar de geração em geração, em termos pessoais, mas caso você escolhesse não a depressão, mas sim a fúria, isso explicaria toda a violência que acompanhamos todos os dias pelos jornais”.

Apresentamos alguns pontos levantados por pessoas que acompanharam as discussões sobre o sistema de cotas na UEL com o intuito de oferecer um panorama do momento que antecedeu a sua implantação através da ótica de alguns de seus protagonistas.

Para finalizar, reproduzimos o pronunciamento, na íntegra, que a reitora Lygia Lumina Pupatto fez antes da aprovação da Resolução No 78/2004, de 23/06/2004, do Conselho Universitário, a fim de mostrar a versão oficial da administração da UEL sobre os motivos pelos quais o sistema de cotas deveria se adotado.

“Universidade deve cumprir sua responsabilidade”

Este é um dos momentos mais importantes que a nossa Universidade já viveu, nestes quase 33 anos de história.

Não me lembro, nestes mais de 25 anos em que estou na UEL, que nós tivéssemos pautado um tema onde houvesse envolvimento tão grande da sociedade.

Isso aconteceu também porque nos inserimos num debate que está ocorrendo nacionalmente e internacionalmente. Sete universidades brasileiras já implantaram o sistema de cotas de vagas. Várias outras estão debatendo o tema no momento.

Quarenta projetos de lei sobre o assunto estão tramitando no Congresso Nacional. Em nosso, Estado está tramitando um projeto do líder do governo Natálio Stica, também neste sentido.

Muitos países têm o sistema de cotas implantado há décadas, entre eles os Estados Unidos. A ONU apóia a tese das cotas para estudantes pobres e negros e a identifica em seu relatório de Desenvolvimento Humano de 2004 como uma das ações afirmativas para a cidadania.

Quando decidimos na nossa Administração colocar esta matéria em discussão, nos pautamos na convicção que a Universidade deve cumprir sua responsabilidade, ajudando a construir uma sociedade mais justa, igualitária e fraterna.

E com ela buscamos adicionar mais uma ação entre várias outras que já adotamos. Sempre com o objetivo de possibilitar um maior acesso da sociedade à universidade pública, bem como melhorar a qualidade do ensino fundamental e médio público; com profundo respeito a todos os cidadãos que através de seus impostos nos sustentam. Por isto, investimos em nosso curso pré-vestibular, dobrando o número de alunos de 150 para 300. Implementamos mudanças no formato do nosso vestibular.

Realizamos dois exames para o preenchimento das vagas desocupadas nestes dois anos de administração, o que beneficiou centenas de estudantes. Incentivamos a oferta de 19 cursos de especialização para professores do ensino médio e fundamental. E realizamos o Fórum de Licenciaturas.

Toda esta reflexão sobre a possibilidade de cotas nos faz pensar sobre os direitos e a cidadania, porque é fundamentalmente disto que tratam as cotas. Ela explicita um conflito cujos desdobramentos apontam para o tipo de sociedade que estamos construindo no Brasil.

Estamos também conscientes de que a elaboração de diagnósticos sobre as injustiças sociais em nosso país é o que não falta. Mas, então, quais são as ações que podemos desenvolver, qual a parcela de contribuição efetiva que nós podemos dar para alterar estes diagnósticos, dentro de nossa competência?

Acreditamos que os problemas estruturais que atingem toda a população não são desculpas para não fazer nada hoje. Devemos fazer o possível. Temos esta responsabilidade. Não é porque a ação afirmativa produz algum desconforto, tensão social ou está sujeita a críticas, que ela não deve ser discutida.

Quero dizer, também, que fizemos esta proposta com muita seriedade e responsabilidade, depois de efetuarmos um diagnóstico profundo e uma análise minuciosa do perfil dos nossos alunos que passam no vestibular; dos seus desempenhos acadêmicos relacionados com sua origem, da linha de corte de nosso vestibular, entre outros dados. Sempre com a preocupação com a qualidade dos nossos cursos.

Também estamos pensando na permanência e assistência desses futuros alunos vindos do sistema de cotas. Tanto que já protocolamos junto ao governo do Paraná uma solicitação neste sentido.

E já recebemos a resposta positiva de que o governo estadual apóia o sistema de cotas e estuda a forma de apoio financeiro a estes alunos.

Além disto, fomos nos informar com outras universidades que já implantaram o sistema de cotas há mais tempo, principalmente a UERJ. E todos os resultados apresentados até agora foram positivos. Na UERJ, todos os negros aprovados pelo programa de cotas tiveram notas suficientes para irem à segunda fase do vestibular.

Outros estudos mostram que a taxa de evasão é menor entre os alunos cotistas; que as notas de aproveitamento são similares entre os estudantes cotistas e não cotistas; e que nenhum problema de acirramento do preconceito racial foi notado em relação aos cotistas negros.

A USP divulgou pesquisa feita pelo Núcleo de Apoio a Estudante de Graduação que demonstra não haver relação mecânica entre a nota do candidato no vestibular e seu rendimento posterior no curso.

Estudo equivalente chegou ao mesmo resultado na UNICAMP, que também inferiu que os alunos que vêm da escola pública e conseguiram passar no vestibular têm melhor aprendizagem que os alunos provenientes de escola particular.

Após todas estas análises, buscamos através do debate democrático levar essa discussão para toda comunidade universitária. Fizemos ao todo oito debates internos, sendo que o primeiro ocorreu em 2002.

Agora mais recentemente, nos meses de junho e julho, foram outras dezenas de reuniões, quando os professores Jairo, Luiz Rogério, Ralisch e Inês participaram de todas as reuniões dos conselhos de centros, reuniões com alunos e os técnicos administrativos tanto no campus quanto no Hospital Universitário.

Além destas, também fizemos uma reunião extraordinária do CEPE que foi extremamente positiva, onde várias reflexões importantes foram feitas e alguns conselheiros que tinham posição contrária saíram convencidos que esta é uma boa proposta.

Conduzimos toda esta discussão com muita transparência e muita honestidade. Não nos furtamos em momento algum a qualquer tipo de debate e discussão. Também sempre tivemos a clareza e convicção que a decisão de mérito final é deste Conselho, que estatutariamente tem competência de traçar a nossa política universitária.

Mesmo este tema tendo gerado polêmica, quero dar meu testemunho que em todos os debates que realizamos predominou o espírito democrático, sempre com respeito às opiniões diferentes.

Como acredito deva ser não só no ambiente universitário, mas também em toda sociedade. E tenho a certeza que será este o espírito deste Conselho também hoje (PUPATTO, 2004/Jornal Notícia, 28/07/2004).

Enfim, após algumas discussões e esclarecimentos tanto para a comunidade interna quanto externa, o sistema de cotas “venceu” e foi implantado no vestibular de 2005 na Universidade Estadual de Londrina. Ainda polêmico, o sistema de cotas racial já está na sua quarta edição na UEL (2008), apesar de não haver lei federal que normatize tal procedimento, que busca equilibrar as oportunidades de acesso ao ensino superior, deixando o assunto a cargo de cada instituição.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O intuito deste trabalho foi apresentar o processo histórico da implantação do sistema de cotas para negros UEL, desde as primeiras discussões oficiais iniciadas em 2002 até 2005, quando ocorreu sua implantação.

A opção por trabalharmos com fontes documentais e depoimentos objetivou verificar a questão em sua amplitude, buscando perceber além do documento oficial, pois a questão do sistema de cotas raciais tem se mostrado tema polêmico e devido a isso sua análise histórica não poderia ficar restrita aos documentos oficiais.

Outro ponto importante a se levantar é o fato de se buscar perceber na fala dos professores, protagonistas do processo, dimensões que são inacessíveis de outras formas, ou seja, o cotidiano das discussões e do processo de tomada de decisões que antecederam a implantação das cotas para afro-descendentes. E esses foram os documentos orais que utilizamos.

Os enunciados das mensagens documentais e dos depoimentos foram percebidos como indicadores para tentar compreender os problemas ligados àquele momento histórico. As discussões sobre a implantação do sistema de cotas, registradas em vários documentos, foram analisadas juntamente com os depoimentos de alguns professores que estiveram presentes nos diferentes tempos e espaços desse debate.

Na seqüência, construímos as “categorias de análises” a partir das unidades de sentido, que foram as seguintes: a) antecedentes da implantação do sistema de cotas na UEL, as primeiras reuniões; b) o processo de decisão (2004), em diferentes instâncias: Centros, Departamentos, CEPE, CU, Comunidade Externa; c) a Resolução CU nº 78/2004 e a implantação do sistema de cotas (2005).

Sintetizando, os objetivos deste trabalho foram: recolher indícios sobre a história da implantação do sistema de cotas para negros na UEL, a partir de documentos e depoimentos de professores que assumiram o compromisso e ajudaram na implantação, ou seja, alguns protagonistas dessa história; esclarecer os motivos que levaram à essa iniciativa na UEL, buscando perceber no particular o global pois que

ocorreu nessa instituição também pode ser percebido em outras universidades do país que aderiram ao sistema de cotas.

O tema deste trabalho, sistema de cotas para negros na universidade, no caso específico, Universidade Estadual de Londrina, teve como pano de fundo a questão histórica das oportunidades educacionais para negros. Sendo a universidade um dos caminhos de ascensão social, ou seja, de possibilidade de transformação da condição de desvantagem a que estiveram submetidos este, entre outros, segmento da sociedade brasileira, a criação de cotas diferenciais no ensino superior pode ser entendida como uma das formas de enfrentamento do problema. Tais formas de enfrentamento, expressas em um conjunto de leis e regulamentos, ficaram conhecidas como “políticas de ação afirmativa”.

A partir de 2004, a UEL tomou providências para tentar recrutar estudantes negros através da aprovação da Resolução CU nº 78/2004, que estabeleceu implantação do sistema de cotas para os mesmos.

Sendo tema polêmico, pudemos constatar interna e externamente a existência de reservas quanto à aceitação do sistema de cotas raciais adotado pela UEL.

O processo de resistência pode ser, em parte, atribuído ao pouco tempo destinado à discussão da matéria pela comunidade universitária, ou seja, o primeiro semestre de 2004, sendo que em 23/07/2004 o Conselho Universitário deliberou sobre a questão.

O processo de decisão sobre questões tão polêmicas quanto esta, na universidade, exige que as unidades sejam representadas no debate e na votação de alterações; assim, constatamos que os debates nos Centros de Estudos ocorreram, mas podemos trabalhar com a hipótese que tais discussões tenham sido apressadas e insuficientes considerando a instituição como um todo.

Isto não significa que as decisões tenham sido tomadas sem nenhuma discussão, uma vez que alguns setores internos (como a Pró-reitoria de Graduação) e o Movimento Negro de Londrina promoveram reuniões e seminários sobre o tema.

Ao tomar como eixo da discussão a questão das desigualdades historicamente construídas, a motivação que animou os segmentos proponentes pode ser expressa por:

Não é possível pegar uma pessoa que esteve agrilhoadada durante anos, colocá-la na linha de largada de uma corrida, dizer-lhe que 'agora você está livre para competir com todos os outros' e, ainda assim, acreditar com justiça que está sendo completamente imparcial (BOWEN, 2004, p. 27).

Igualdade de oportunidades é a meta e o desejo das políticas de ação afirmativa no sistema de cotas para negros nas universidades; a UEL saiu na vanguarda e foi a quinta universidade do país a implantar tal sistema. Na voz de alguns de seus docentes que participaram de tal implantação, cota é uma maneira de se buscar corrigir injustiças raciais que historicamente afetaram e afetam a nossa sociedade.

O sistema de cotas trouxe mudanças, a ênfase no recrutamento de estudantes desfavorecidos não é uma questão simples e promove a entrada de estudantes carentes e negros no ensino superior.

Alguns debates foram realizados para tratar dos critérios de admissão e programas de apoio, visto que não basta trazer os alunos negros para ocupar os bancos das universidades, mas é importante fazer com que eles tenham condições de permanência e sucesso no desafio de concluir o curso.

Estamos (2008) no quarto concurso vestibular com o sistema de cotas, é apenas o começo, muito ainda temos que caminhar em busca da igualdade de oportunidades, mas a UEL assumiu seu compromisso social e implantou tal sistema, almejando um futuro mais equânime e justo.

Se considerarmos os argumentos contrários ao sistema de cotas, percebemos que tal medida estaria, *a priori*, fadada ao fracasso, pois segundo os mesmos, cotas não eliminam o racismo, podendo produzir efeitos contrários, visto que daria respaldo legal ao conceito de raça, podendo levar à intolerância e a conflitos maiores.

A perspectiva do sistema de cotas é minimizar o problema da desigualdade de oportunidades, haja vista seu caráter democrático e de inclusão social.

Desta forma, surge a contradição, pois é mesmo contraditório que políticas de ação afirmativa como essa se depare com um discurso totalmente adverso ao seu objetivo de justiça social.

Os discursos contrários apontam para o perigo de que tal política possa ter como conseqüência um rebaixamento de nível educacional dos alunos; entretanto, ela não exclui, em momento algum, a busca permanente pela qualidade na educação pública.

Aliás, a UEL tem, há vários anos, um curso pré-vestibular gratuito para ajudar na qualificação dos alunos carentes candidatos ao vestibular. As vagas são limitadas e é necessário fazer uma prova de conhecimentos gerais para poder ser aceito.

A utopia de transformar a nossa realidade universitária, que sempre foi elitista, em uma realidade mais abrangente a todos que desejam vivenciá-la, respirar o seu ar e por ele ser contaminado, pode tornar-se realidade, depende da nossa “práxis”, ou seja, da prática, da ação, das nossas aspirações e realizações.

Um ponto a se esclarecer é que a educação é projeto, mas também é utopia, pois busca num processo contínuo e prático, baseado nas experiências e no mundo, a formação para que as sociedades desenvolvam seu potencial. Desta forma, cada cultura, em cada sociedade, estabelece seus paradigmas de felicidade. Como dissemos, a atmosfera fica contaminada, os pensamentos ficam contaminados e, dependendo das estruturas, as conjunturas vão se alterando e alteram a idéia de formação e suas finalidades sociais.

Neste contexto, qual a finalidade das políticas de ação afirmativa? Como pode a universidade auxiliar na transformação de uma sociedade racista e preconceituosa em uma sociedade mais igualitária? Pode haver vínculo entre educação e cidadania? Qual o papel das universidades nas sociedades contemporâneas?

Este trabalho pretendeu contar a história da implantação do sistema de cotas para negros na UEL, através de análises em documentos e depoimentos de alguns protagonistas dessa mesma história. Além disso, foi também nossa intenção promover reflexões sobre as universidades públicas e seu compromisso social relativo à quebra de preconceito, discriminação e racismo, tema este que continua em aberto.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Dayse Coelho de. Ações afirmativas e políticas de cotas são expressões sinônimas? Disponível em: <<http://www.jus.com.br/doutrina/texto/htm>>. Acesso em: 23/01/2005.

ARROYO, Miguel G. Ações afirmativas para afrodescendentes nas universidades públicas. Disponível em: <<http://www.ufsc.br/htm>>. Acesso em: 09/08/2007.

BERNARDINO, Joaze. *Levando raça a sério: ação afirmativa e universidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. p. 30.

BRANDÃO, Carlos da Fonseca. *As cotas na Universidade Pública Brasileira: será esse o caminho?* Campinas: Autores Associados, 2005. p. 92.

BORGES, Edson. *Racismo, preconceito e intolerância*. São Paulo:Atual, 2002.

BOWEN, William G. *O curso do rio: um estudo sobre a ação afirmativa no acesso à universidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

CARVALHO, José Jorge de. Exclusão racial na universidade brasileira: um caso de ação negativa. In: QUEIROZ, Delcelene Mascarenhas (Org.). *O negro na universidade*. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA. Salvador: Novos Toques, 2002. p. 91.

COMPARATO, Fábio K. *A afirmação histórica dos direitos humanos*. São Paulo: Saraiva, 2001.

DOMINGUES, Petrônio. Ações afirmativas para negros no Brasil: o início de uma reparação histórica. Rio de Janeiro: *Revista Brasileira de Educação*, 2005.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Ed. Dominus, 1965.

GOMES, Joaquim B. Barbosa. *Ação afirmativa e princípio constitucional da igualdade: o direito como instrumento de transformação social*. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Acesso de negros às universidades públicas. Cadernos de Pesquisa*, n. 118, São Paulo, 2003.

Disponível em: <<http://www.sciello.com.br/htm>>. Acesso em: 30.04.2007.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. *Metodologias qualitativas na sociologia*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

HASENBALG, Carlos Alfredo. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1979.

HOOTON, E. Plain statements about race. Apud SANTOS, Ricardo Ventura. Da morfologia às moléculas, DF. Raça à população: trajetórias conceituais em antropologia física do século XX. In: MAIO, Marcos (org). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996.

IANNI, Octavio. *Raças e Classes Sociais no Brasil*. R.J., Civilização brasileira, 1966.

KAUFMAN, Ana Maria. *Escola, leitura e produção de texto*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

LUSCI, Évorah; ARAÚJO, Júlio. *Racismo e direitos humanos*. Coleção: Cartilhas sobre Direitos Humanos, 2005. Disponível em: <<http://www.cdh.org.br/htm>>. Acesso em: 14/10/2007.

MEIHY, José Carlos S. Bom. *Manual de História Oral*. São Paulo: Loyola, 1996.

MELO, Osias Tibúrcio Fernandes de. *Ação Afirmativa: o problema das cotas raciais para acesso às instituições de ensino superior da rede pública*. Enciclopédia Jurídica Solbeman, 2003. Disponível em: <<http://www.jusnavigandi.com.br/htm>>. Acesso em: 30.05.2007.

OLIVEIRA, Erson Martins de. *Estatuto da igualdade racial: como enfrentar a discriminação?* *Revista PUC*. Ano 7, número 28, 2006.

PACHECO, Jairo Queiroz; SILVA, Maria Nilza da (orgs). *O negro na universidade: o direito a inclusão*. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2007.

PINSK, Jaime (org). *O ensino de história e a educação do fato*. São Paulo: Contexto, 1994.

PINTO, Álvaro Vieira. *A questão da universidade*. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1986.

QUEIROZ, Delcele Mascarenhas (Org.). Desigualdades raciais no ensino superior no Brasil. Um estudo comparativo. In: _____. *O negro na universidade*. Publicação do Programa A Cor da Bahia / Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e ciências Humanas da UFBA. n.5. Salvador: Novos Toques, 2002.

SANÉ, Pierre. Reivindicações articuladas (e contestadas) de preparação dos crimes da história, a propósito da escravidão e do colonialismo, por ocasião da conferência de Durban, 2005.

Disponível em: <<http://www.unescobrasil.br/htm>>. Acesso em: 09/10/2007.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SKLIAR, Carlos. A materialidade da morte e o eufemismo da tolerância: duas faces, dentre as milhões de faces, desse monstro (humano) chamado racismo. In: GALLO, Silvio e SOUZA, Maria de. *Educação do preconceito: ensaios sobre poder e resistência*. SP: Ed. Alínea, 2004. p.69 – 90.

SOUZA, Marcilene. *Boletim número 14*, julho de 2004.

Disponível em: <<http://www.politicasdacor.net/boletim./htm>>. Acesso em: 30.03.07.

VIEIRA, Andréa Lopes da Costa. Políticas de educação como política: observações sobre a ação afirmativa como estratégia política. In: SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e SILVÉRIO, Valter Roberto (Orgs). *Educação e Ações Afirmativas: entre a injustiça simbólica e a justiça econômica*. MEC, 2003. p. 84 – 97.

WALTERS, Ronald. O princípio da Ação Afirmativa e o progresso racial nos Estados Unidos. Apud VIEIRA, Andréa Lopes da Costa. Políticas de educação, educação como política: observações sobre a ação afirmativa como estratégia política. In: SILVA, Petronilha Beatriz e SILVÉRIO, Valter Roberto (Orgs). *Educação e Ações Afirmativas: entre a injustiça simbólica e a justiça econômica*. MEC, 2003. p. 86.

Conselho Regional de Serviço Social <http://www.cressrs.org.br/htm>> Acesso em: 15/01/2008.

IPEA, Instituto de Pesquisa Aplicada. Políticas Sociais – acompanhamento e análise.<[http:// www.ipea.br/htm](http://www.ipea.br/htm)> Acesso em: 14/12/2007.

<<http://www.mundonegro.com.br/noticias/htm>> Acesso em: 25/05/2007.

<<http://www.ufpr.br/htm>> Acesso em:12/04/2007.

<<http://www.ufba.br/htm>>Acesso em: 12/04/2007.

<<http://www.unb.br/htm>> Acesso em: 12/04/2007.

<<http://www.uel.br/htm>> Acesso em: 05/01/2005.

<<http://www.uel.jornalnoticia.br//htm>> Acesso em: 05.01.2005.

<<http://www.uel.br/proplan.br//htm>> Acesso em: 09.11.2007.

ANEXOS

ANEXO A
Fichas Catalográficas

ANEXO A – Fichas Catalográficas:

	Ficha Catalográfica	Ficha N° 01	
Autor(es): Jornal de Londrina. 01.03.05.			
Título: 2 ^A Fase das Discussões das cotas da UEL.			
Local: Londrina	Editor(a): Jornal de Londrina	Data/Ano 2005	N° de pág.
<p>Resumo: Trata-se de uma carta que o Jornal de Londrina recebeu e publicou, na qual uma leitora vestibulanda argumenta a favor das cotas, porém acredita que a COPS poderia rever algumas normas desse sistema.</p>			

UEL Dissertação: Registro Histórico da Implantação do Sistema de Cotas na UEL	Ficha Catalográfica	Ficha N° 02	
Autor(es): Folha de Londrina. 01.03.05. Folha Cidades.			
Título: Aprovados na UEL fazem matrículas.			
Local: Londrina	Editor(a): Folha de Londrina	Data/Ano 2005	N° de pág.
<p>Resumo:15 Informa que este foi o primeiro processo seletivo da UEL com o sistema de cotas para negros e estudantes de escolas públicas. E que a homologação das matrículas depende de análises da documentação para comprovar a condição de estudante da escola pública (histórico escolar de 5^A a 8^A série e da 1^A a 3^A série do ensino médio). E também será exigida a confirmação da autodeclaração como negro, uma comissão especial, indicada pelo CEPE vai analisar casos de dúvida sobre cor da pele do candidato, o objetivo é identificar eventuais fraudes contra o sistema de cotas.</p>			

UEL Dissertação: Registro Histórico da Implantação do Sistema de Cotas na UEL	Ficha Catalográfica		Ficha N° 03
Autor(es): Folha de Londrina – 02.03.2005 Folha Cidades – Notas & Serviços Pg 2.			
Título: Sistema de cotas e a opinião pública.			
Local: Londrina	Editor(a): Folha de Londrina	Data/Ano 2005	N° de pág.
Resumo: Sistema de cotas e a opinião pública. Você é a favor ou contra cotas para estudantes negros e de escolas públicas? Trata-se de uma sondagem de opinião pública sobre cotas.			

UEL Dissertação: Registro Histórico da Implantação do Sistema de Cotas na UEL	Ficha Catalográfica		Ficha N° 04
Autor(es): Folha de Londrina 06-03-05. Primeiro Caderno – Opinião – Cartas.			
Título: Cotas na UEL			
Local: Londrina	Editor(a): Folha de Londrina	Data/Ano 2005	N° de pág.
<p>Resumo:Cotas na UEL. Trata-se de uma carta de uma vestibulanda que argumenta contra ao sistema de cotas, por ter sido, segundo ela, uma das vítimas, considera-se prejudicada pelo sistema e agradece a UEL e ao governo ironicamente por isso.</p>			

UEL Dissertação: Registro Histórico da Implantação do Sistema de Cotas na UEL	Ficha Catalográfica		Ficha N°05
Autor(es): Jornal de Londrina – Primeiro Caderno – 08/03/05			
Título: “Cotas não reduzem notas no vestibular” afirma UEL.			
Local: Londrina	Editor(a): Jornal de Londrina.	Data/Ano 2005	N° de pág.
<p>Resumo 18 “Cotas não reduzem notas no vestibular” afirma UEL.</p> <p>Nos informa que a Universidade Estadual de Londrina (UEL), fez uma análise positiva do desempenho dos alunos aprovados pelas cotas na primeira chamada.</p>			

UEL Dissertação: Registro Histórico da Implantação do Sistema de Cotas na UEL	Ficha Catalográfica		Ficha N°06
Autor(es): Folha de Londrina 07/03/05.Primeiro Caderno			
Título: “Cotas é discriminação”			
Local: Londrina	Editor(a): Folha de Londrina	Data/Ano 2005	N° de pág.
<p>Resumo: “Cotas é discriminação”.</p> <p>Aristides ^a J. Makwich (medico) diz que a questão de cotas para afro-descendentes se enquadra numa discriminação racial contra brancos.</p>			

UEL Dissertação: Registro Histórico da Implantação do Sistema de Cotas na UEL	Ficha Catalográfica		Ficha N°07
Autor(es): Folha de Londrina 09/03/05. Primeiro Caderno.			
Título: “Problemas das cotas”			
Local: Londrina	Editor(a): Folha de Londrina	Data/Ano 2005	N° de pág.
<p>Resumo: “Problemas das cotas”</p> <p>Eglair Machado Xavier (estudante), questiona se cotas seria um direito, discriminação ou uma justiça social?</p> <p>Argumenta que cotas seria “tampar o sol com a peneira” e que no lugar de melhorar a qualidade da educação o governo federal fica arrumando subterfúgios para mostrar que está fazendo algo pelo povo.</p>			

UEL Dissertação: Registro Histórico da Implantação do Sistema de Cotas na UEL	Ficha Catalográfica		Ficha N° 08
Autor(es): Folha de Londrina 11/03/05. Primeiro Caderno.			
Título: “Justiça das cotas”			
Local: Londrina	Editor(a): Folha de Londrina	Data/Ano 2005	N° de pág.
Resumo: “Justiça das cotas” Reinaldo Zanardi (jornalista) argumenta que algumas manifestações acerca das cotas para negros e estudantes de escolas públicas revelam o quanto de preconceito tem a elite e a classe média, com uma visão superficial, culpam as próprias vítimas.			

UEL Dissertação: Registro Histórico da Implantação do Sistema de Cotas na UEL	Ficha Catalográfica		Ficha N°09
Autor(es): Folha de Londrina 12/03/05. Primeiro Caderno			
Título: Cotas e racismo			
Local: Londrina	Editor(a): Folha de Londrina	Data/Ano 2005	N° de pág.
Resumo: Cotas e racismo. <p style="text-align: center;">Cecília Azem Corrêa (produtora musical) argumenta que famílias que investiram com dificuldades na educação privada de seus filhos, podem ser penalizadas pelas cotas.</p>			

UEL Dissertação: Registro Histórico da Implantação do Sistema de Cotas na UEL	Ficha Catalográfica		Ficha N° 10
Autor(es): Folha de Londrina 17/03/05. Primeiro Caderno			
Título: Ministra vê tranqüilidade na implantação das cotas.			
Local: Londrina	Editor(a): Folha de Londrina	Data/Ano 2005	N° de pág.
<p>Resumo: Ministra vê tranqüilidade na implantação das cotas.</p> <p>Matilde Ribeiro, ministra-chefe secretaria da igualdade Racial (SEPPIR), esteve em Londrina para participar de aula inaugural do ano letivo da Universidade Estadual de Londrina (UEL) e informou que, apesar dos questionamentos jurídicos registrados em várias universidades públicas brasileiras, a implantação do sistema de cotas no País está sendo tranqüila.</p>			

UEL Dissertação: Registro Histórico da Implantação do Sistema de Cotas na UEL	Ficha Catalográfica		Ficha N° 11
Autor(es): Jornal de Londrina 15/03/05. Primeiro Caderno – cidade			
Título: UEL rejeita 25 matrículas de alunos inscritos pelas cotas.			
Local: Londrina	Editor(a): Jornal de Londrina	Data/Ano 2005	N° de pág.
<p>Resumo: UEL rejeita 25 matrículas de alunos inscritos pelas cotas.</p> <p>“O quesito é a cor da pele. Se o aluno é filho de pai ou mãe negro, mas tem a pele clara, não pode concorrer pelas cotas”. (Fala de Jairo Queiroz Pacheco – pró-reitor de graduação da UEL).</p>			

UEL Dissertação: Registro Histórico da Implantação do Sistema de Cotas na UEL	Ficha Catalográfica	Ficha N° 12	
Autor(es): Jornal Notícia UEL – www.uel/noticia			
Título: UEL terá cotas para negros e escola pública em janeiro. 28/07/04 número 1.012			
Local: Londrina	Editor(a): Jornal Notícia	Data/Ano 2004	N° de pág.
<p>Resumo: UEL terá cotas para negros e escola pública em janeiro. 28/07/04 número 1.012.</p> <p>Informa que o Conselho Universitário aprovou o sistema de cotas para estudantes de escolas públicas e negros, a partir do vestibular de 2005. E que dos 45 conselheiros com direito a voto, presentes, 31 votaram a favor da proposta. E que foi estabelecido que até 40% das vagas de cada curso de graduação ofertadas no concurso vestibular, serão destinadas a estudantes oriundos de instituições públicas de ensino. E metade dessas vagas deverá ser reservada para candidatos que se autodeclararem negros.</p>			

UEL Dissertação: Registro Histórico da Implantação do Sistema de Cotas na UEL	Ficha Catalográfica		Ficha N° 13
Autor(es): Jornal Notícia UEL			
Título: Pró-reitor discute cotas em Brasília. 13/09/04.			
Local: Londrina	Editor(a): Jornal Notícia UEL	Data/Ano 2004	N° de pág.
<p>Resumo: Pró-reitor discute cotas em Brasília. 13/09/04.</p> <p>Informa que o Pró-Reitor de Graduação Jairo Queiroz Pacheco, participou de uma reunião com o Procurador Geral da República, Cláudio Lemos Fonteles. Tal encontro foi realizado na Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República e discutiu o tema: “Ação Afirmativa para População Negra”. E o procurador Geral manifestou apoio à política de cotas, que ele considera constitucional.</p>			

UEL Dissertação: Registro Histórico da Implantação do Sistema de Cotas na UEL	Ficha Catalográfica		Ficha Nº14
Autor(es): Notícia Especial junho/2004.			
Título: Centros de Estudos e CEPE discutem o tema das cotas.			
Local: Londrina	Editor(a): Jornal Notícia UEL	Data/Ano 2004	Nº de pág.
<p>Resumo: Centros de Estudos e CEPE discutem o tema das cotas.</p> <p>Notícia Especial junho/2004.</p> <p>Informa que o professor Jairo Queiroz Pacheco, pró-reitor de graduação, que dedicou-se ao tema das cotas desde o início da atual administração, compareceu a reuniões de todos os conselhos dos Centros de estudos da UEL, nas quais a questão das cotas esteve em pauta. E que tais reuniões dos Centros têm sido levantadas várias dúvidas e sugestões que serão analisadas e somente depois de tudo isso, o assunto chegará ao Conselho Universitário, para discussão e deliberação final.</p>			

UEL Dissertação: Registro Histórico da Implantação do Sistema de Cotas na UEL	Ficha Catalográfica	Ficha N° 15	
Autor(es): Jornal Notícia UEL.			
Título: Projeto foi tema de audiência Pública na Câmara Municipal.			
Local: Londrina	Editor(a): Jornal Notícia UEL	Data/Ano 2004	N° de pág.
<p>Resumo: Projeto foi tema de audiência Pública na Câmara Municipal</p> <p style="padding-left: 40px;">Notícia Especial cotas – junho/2004</p> <p style="padding-left: 40px;">Informa que a Câmara Municipal de Londrina também foi espaço para o debate sobre a política de cotas que a UEL está propondo implantar, reunindo vereadores, representantes da UEL, do Movimento Negro e de escolas e estudantes. Foram várias horas de debates com posições contrárias e favoráveis à reserva de vagas para estudantes de escolas públicas e para negros.</p>			

UEL Dissertação: Registro Histórico da Implantação do Sistema de Cotas na UEL	Ficha Catalográfica	Ficha N° 16	
Autor(es): CARVALHO, Márcia Siqueira de.			
Título: A política de Cotas: subsídios para uma discussão na UEL. Departamento de Geociências.			
Local: Londrina	Editor(a): UEL	Data/Ano 2004	N° de pág.
<p>Resumo: Discute que para a redução da disparidade ao acesso de oportunidades e para garantir direitos ao cidadão, esta deve ser feita buscando elementos da história e da geografia de um país. Considerando através da história o grau de desigualdade quanto às etnias formadas da população brasileira e da geografia as particularidade de cada região, que devem ser consideradas.</p>			

UEL Dissertação: Registro Histórico da Implantação do Sistema de Cotas na UEL	Ficha Catalográfica	Ficha N° 17	
Autor(es): Jornal Notícia UEL número 1.134 (08.08.2007)			
Título: UEL reivindica bolsa para os afrodescendentes: Governo Federal suspende bolsas de inclusão para os 50 beneficiados pelo sistema de cotas.			
Local: Londrina	Editor(a): UEL	Data/Ano 2004	N° de pág.
<p>Resumo: Um esforço que envolve a administração, professores e estudantes da UEL, tenta conseguir bolsas para apoiar os alunos que ingressaram na instituição pelo sistema de cotas para afrodescendentes.</p>			

ANEXO B
DEPOIMENTOS

ANEXO B – DEPOIMENTOS:**Deponente: Maria das Graças Ferreira
Novembro/2006**

A professora Maria das Graças nos informa, em seu depoimento, que participou diretamente do processo de discussões e implantação do sistema de cotas na Universidade Estadual de Londrina (UEL), devido ao cargo que ocupava de diretora do Centro (CECA).

Essa temática, segundo ela, foi viabilizada na UEL pela Reitora Lygia Pupatto, devido ao fato de ser de conhecimento geral que a Câmara Federal estava elaborando uma lei que obrigaria as universidades a instituírem o sistema de cotas.

A UEL tomou a iniciativa, a questão era a seguinte: se as universidades não tomassem a iniciativa por conta própria, o Governo Federal faria uma medida que se chamava, naquela época, “de cima para baixo”, institucionalizaria a lei e as universidades teriam que cumprir. E na Câmara Estadual também, a Assembléia Legislativa também tinha uma iniciativa, eu não lembro de qual deputado estadual.

Desta forma, a UEL se envolveu com a questão via PROGRAD, cujo representante era o professor Jairo Pacheco, pró-reitor de graduação que criou o projeto, trouxe para ser discutido nos Centros de Estudo e o instituiu. Os representantes dos Centros foram chamados. Como diretora do Centro, Maria das Graças teria que obter uma posição dos professores; foram realizadas discussões, mas não houve consenso nas reuniões.

Na verdade, a posição do Departamento foi uma posição mais ou menos parecida na universidade como um todo, uma posição das pessoas que eram contrárias, mas não tinham coragem de declarar tal posição. Isso ficou muito evidente inclusive na reunião do Conselho Universitário que instituiu o sistema de cotas. Isso ocorreu no CECA também, as pessoas vieram pra discussão, inclusive o professor Jairo veio participar das reuniões, mas percebia-se que alguns professores presentes não queriam se posicionar, dizer assim: eu sou a favor ou contra, por tais motivos.

Considera a depoente que a estratégia era fazer uma discussão perimetral, analisando questões como o papel da escola pública, jogando a responsabilidade para escola, que era de má qualidade e deixando a decisão para o Conselho Universitário. No começo, quando iniciaram as discussões, Maria das Graças tinha uma série de críticas, inclusive pela forma de encaminhamento. Argumenta que o projeto pelas cotas nasceu de “cima pra baixo” e não de “baixo pra cima”, embora reconheça que, naquele momento, se o processo não tivesse sido conduzido daquela maneira, o sistema não teria sido implantado. “Foi a única maneira, caso fosse feito de outra forma, não teria sido implantada”.

Eu dizia pro Jairo que eu era contrária, que eu achava que aquela não era a melhor forma e a minha posição contrária era pelo seguinte: que a discussão das cotas, ela não poderia se suplantar à discussão da qualidade da escola pública, ou seja, você não pode tentar ou querer resolver que um problema social que é o da escola, porque a criança que é discriminada, ou a criança negra que é discriminada, ela é discriminada desde a creche, desde a pré-escola, este processo acompanha o sujeito desde que ele nasce, é uma questão de origem, da cultura de origem dele.

Apesar de considerar que o encaminhamento que estava sendo dado não era o ideal, conversando com Jairo Pacheco, percebeu que não haveria outra maneira de encaminhar a discussão e que alguma coisa teria que ser feita.

Aí eu disse: “tudo bem”, comecei meio assim com o pé atrás e tal, meio resistida, mas depois percebi que ele tinha razão, que se no Brasil se quisermos fazer alguma coisa, tem que ser assim, não tem outro jeito.

Decorrido o processo de discussão interna, lembra-se que houve algumas reuniões públicas, “me lembro que teve uma reunião no CCH que veio a comunidade externa pra discutir com os cursos interessados aqui dentro”. Houve uma discussão no anfiteatro do CESA, depois o Jairo e a Lygia foram convidados para dizer algumas falas fora da universidade, como na Câmara dos Vereadores. “E o posicionamento, as manifestações eram muito mais favoráveis do que contrárias”.

Quando houve a reunião do Conselho Universitário, na qual foi aprovado o sistema de cotas, lembra-se que os conselheiros não votaram contra a implantação do sistema de cotas, mas houve abstenção. E isso, para Maria das Graças, demonstra muito claramente a posição da universidade como um todo.

Eu acho que isto é coerente com a característica da universidade, a universidade não a de Londrina, mas toda universidade, ela é absolutamente elitista, ninguém pode se esquecer disso e ter ilusões que a universidade é democrática, quem está aqui dentro, com raras exceções, são aqueles que tiveram melhores condições financeiras historicamente de família e tudo mais. Não é qualquer pessoa que está aqui dentro, pessoas que tiveram determinados privilégios, é só você pensar na peneira do ensino fundamental, na educação básica. Agora, este mês passado, saiu uma reportagem, uma publicação dizendo que hoje em 2007 a população universitária é formada por 11 alunos dos 100 que entraram na 1^A série da educação básica, 11 chegam no ensino superior. Quando eu entrei na universidade, eu era uma das 100, entendeu?

Nenhuma pessoa de bom senso, segundo Maria das Graças, que conhece esses dados e que acredita na sua veracidade, sabe que é preciso tomar medidas que possibilitem reversão deste quadro.

Considera natural a pessoa ser contra e, depois de um conhecimento mais profundo, tornar-se favorável, pois a mudança de opinião ocorre exatamente por esta tomada de consciência sobre as desigualdades. Na opinião da depoente, o que incomoda muito as pessoas é exatamente tornar esses dados explícitos, mostrar esses dados.

A pessoa que tem um pouco de consciência, a cara dela cai no chão, porque ela sustenta uma posição a vida inteira que ignora estas questões. É como se de fato todas as pessoas fossem iguais, esse é um discurso ótimo. E tem mais um detalhe, o negro que entra pelas cotas, ele concorre duas vezes, porque concorre com os outros, se ele tiver nota boa, pontuação suficiente para entrar pela universal, então ele concorre duas vezes.

De acordo com Maria das Graças, depois da implantação do sistema, levantaram-se alguns dados que desmistificaram algumas crenças. Por exemplo, no final do ano letivo de 2007, a PROGRAD demonstrou que os alunos que desistiram de seus cursos não foram os que entraram pelas cotas, a desistência foi de estudantes que ingressaram pelo sistema universal. Outra informação importante que se levantou foi a de que as notas dos alunos originários da escola pública (que ingressam na UEL antes da implantação do sistema), em dois ou três cursos, eram superiores a dos alunos vindos da escola privada.

Considera que é exatamente isto que faz com que os alunos que não passaram pelos cursinhos fiquem de fora da universidade, porque em termos de capacidade de desenvolvimento intelectual, tanto os alunos da escola pública quanto da escola privada são iguais. E mais, que as pessoas que entram pelo sistema de cotas dão um valor absolutamente diferente do valor que dá uma outra que entrou na universidade de outras formas. Estar na universidade para os que ingressaram pelo sistema de cotas é uma questão de vitória, é uma questão de honra, é uma questão de brio, sentem que não podem falhar, que precisam ir até o fim.

É uma questão de valor, qual o significado que tem para uma criança, pra um estudante que é pobre, originariamente pobre, filho de operários, que é negro, que morava na periferia, o que significa pra ele estar na universidade hoje? O sistema de cotas quebra barreiras, eu não tenho nenhuma dúvida disso. Os críticos dizem que não vai resolver, não vai mesmo, porque não pode parar nisso. A minha grande preocupação daquele momento era o seguinte: olha, só vai ser válido se junto com a cota vier a discussão da qualidade do ensino da escola pública, o papel da escola pública. O ensino de nove anos, o investimento na pré-escola, projeto do Ministério da Educação, que não é isolado, obrigatório, agora não se pode ter um depósito de criança, mas ainda falta muita coisa, por exemplo, não há vagas para todos. O sistema de governo precisa se integrar, o municipal e estadual, pra poder dar conta de resolver essas demandas, agora que é uma solução, é uma solução.

É preciso que se discuta o papel da escola pública, da qualidade do ensino da mesma, pois com uma escola pública de qualidade não precisamos nos

preocupar com os alunos da escola privada. Já está mais do que comprovado que não existe diferença de conhecimento, de inteligência, de questão de nota, em muitos momentos a escola pública se sobrepõe.

Precisamos de escola para todos e de qualidade, afirma Maria das Graças.

O pessoal do curso de Medicina, porque eles são contra? São contra porque acreditam que alunos cotistas são menos inteligentes, não conseguem aprender. Eles dizem isso: “os alunos fracos são os alunos que entram pelas cotas”. Daí tem que montar todo um sistema de acompanhamento, uma equipe de monitoria, de acompanhamento.

Finalizando, Maria das Graças nos informa que, internamente, o Conselho Universitário pode acabar com as cotas, já que o prazo das mesmas é de sete anos ao final do qual haverá uma avaliação desse Conselho que poderá reverter a decisão anterior.

Deponente: Lúcia Helena Oliveira Silva

Novembro/2006

De acordo com a professora Lúcia Helena, o processo de ações afirmativas se iniciou em 1994, mas desde 2002 vinham ocorrendo trabalhos na UEL, uma série de mais ou menos 12 palestras, visando esclarecer o tema. Segundo a depoente, com a entrada da reitora Lygia Pupatto, que se interessou pelo assunto, e devido ao fato do Governo Federal estar fazendo um trabalho de sensibilização em torno do mesmo, a UEL passou a promover debates nos Centros de Estudos sobre o tema. Houve também um seminário no campus ao qual compareceram pessoas do Governo para discutir, mostrar validade e trazer a experiência das primeiras universidades que haviam implantado as cotas.

A primeira no Brasil foi a Universidade Federal de Brasília. Então houve todo um trabalho pra poder mostrar a importância e explicar com dados, e isso foi muito importante porque foi através desses dados que eu fui

convencida, porque em princípio eu também era contra, pela minha própria história. Eu dizia: olha, sou negra, fui pobre e consegui vencer, eu reconheço que na minha casa de seis, três estudaram e três não deram conta. Então há problemas mesmo, estruturais que você herda querendo ou não. Existe na população branca, os brancos e pobres que também sofrem, mas se você pegar os brancos e pobres ainda há um diferencial muito grande.

Essa série de palestras foi levantando discussões, informa Lúcia Helena, e que foi devido às mesmas que ela se interessou pelo assunto e acabou participando de algumas das palestras. Participou também de uma audiência pública muito importante que aconteceu em 2004, na Câmara dos Vereadores. Nessa ocasião, houve um enfrentamento das escolas particulares de ensino fundamental e médio com D. Vilma, que era representante da comunidade negra. Essa audiência aconteceu das duas horas às quatro horas da tarde, o que impediu que trabalhadores interessados pudessem participar, mas as escolas encheram ônibus e pode ser percebido um momento de pressão muito grande: “eu pude sentir todo o enfrentamento”.

Foi impressionante, a escola particular até aceitava as cotas para negros, porque quando eles olham o público deles e quase não vêem negros, disseram: isso na verdade não mexe comigo.

Houve uma série de debates, segundo Lúcia Helena, que foram muito importantes e envolveram muita gente. Depois de toda essa sensibilização, foi criado um projeto que foi encaminhado para votação no Conselho Universitário. Nesta votação aconteceu um grande embate entre as pessoas da universidade e o representante da sociedade rural, portanto da elite local, mas este se sensibilizou e disse: “eu vou votar contra porque eu já acordei isso”. Depois da argumentação ele ficou bastante emocionado.

Aí finalmente passou, mas não passou como nós queríamos, e eu não soube disso num primeiro momento, porque assim que passou, nós iniciamos um trabalho de ir às escolas falar sobre as cotas, da importância das cotas e de que os alunos então viessem porque eles teriam uma oportunidade. Mas o que nós não sabíamos é que foi

negociado que passava 20% do total de inscritos, não de vagas. Então, por exemplo, você pega as vagas da Medicina, Medicina tem 60 vagas, por exemplo, não são 12 vagas 20% das vagas. Mas, 20% do total de inscritos dá uma diminuição. Isso foi muito frustrante e ficamos muito zangados com o Jairo, com o Luiz Rogério e eles disseram que foi o que eles conseguiram negociar, que era isso ou nada.

Mas, o mais importante era tentar criar condições de permanência. Foi quando apareceu o edital do Uniafro, que dispunha sobre a destinação de recursos para as universidades que estavam realizando ações afirmativas, não necessariamente cotas, mas, por exemplo, auxiliando alunos pobres a permanecerem na universidade já que o grande problema não era a entrada desses alunos, mas sim a sua permanência, em especial nos cursos mais concorridos e de período integral.

Então essa era a nossa grande expectativa e pra isso nós fizemos um projeto. No primeiro momento foi aprovado - eu tenho os dados - agora 60.000,00 e, na segunda, 42.000,00. Pra que serve esse dinheiro? Pra poder sensibilizar a comunidade, pra trazer recursos pra você desenvolver cursos sobre a história afro-brasileira, então esse trabalho todo, ele visava sensibilizar a comunidade pra isso. As nossas cotas, elas foram legais porque 20% da população aqui em Londrina é negra, então ela atingiu exatamente o percentual, este aqui é o projeto das ações afirmativas: foi passado olha aqui, 50.000,00. Eram pra quê? Pra oferecer bolsas pra esses alunos. Pra poder desenvolver cursos junto aos professores da rede pública, pra poder fazer sensibilização, pra compra de livros, pra projetos. Então nós fizemos várias dessas atividades.

Nesse primeiro tempo, a partir de 2004 e durante 2005, por um ano e meio mais ou menos, a Maria Nilza que era Coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-Asiático (NEAA), esteve à frente da questão das cotas. Como foi esse processo?

A primeira universidade a implantar cotas foi Brasília e a segunda foi Rio de Janeiro, mas no Rio de Janeiro não foi como a UEL e Brasília, foi por canetada, foi por decreto, os professores sentiram uma rejeição muito grande. Então, o que aconteceu? Houve problemas, passou gente que não tinha condição pra quem queria ações afirmativas e principalmente cotas que passasse a pessoa pelo mérito, eu não quero

passar a pessoa que não tem condições, eu quero passar quem merece passar. Então ele faz o vestibular igualzinho, só que ele tem uma pontuação a mais, mais ele faz o vestibular igual, lá eu não sei exatamente o que acontece é que grande parte dos professores se posicionou contra. E o dinheiro que ia do governo pra lá era desviado pela própria universidade, então foi uma exigência do governo, que cada lugar tivesse um núcleo de estudos afro-brasileiros pra poder receber este recurso, porque esse órgão fiscalizaria e não aconteceria, por isso a presença da Nilza nesse núcleo e o professor Eduardo ele realmente faz um trabalho de chancelaria, ele trabalha com relações públicas, ele não tinha esse perfil, então ela foi pra lá e ela começou a gerenciar.

Os recursos esperados vieram mas, como tudo na universidade, vieram virtualmente. Com tais recursos, a professora Maria Nilza providenciou a compra de livros que a professora Lúcia Helena finalizou, além de cursos que foram montados para professores da rede pública estadual e municipal, mas também abertos para particulares. Foram oferecidas bolsas para alunos negros que já estavam na UEL para participarem de projetos, visando à sua permanência.

Então eu consegui alguns dados que eu tenho e uma pessoa muito importante pra você conversar é a Isabel, porque era a Isabel, ela trabalhou quando teve a mudança, ela trabalhou no setor de matrícula e ela ficou encarregada dos dados sobre cotas. Eu fui pra um encontro e eu pedi a ela se ela poderia me passar os dados. Então esses aqui são os dados sobre evasão, e daí eles faziam os retidos e os promovidos da universal, da escola pública e das cotas, então, por exemplo, não há evasão num monte de cursos, a gente percebe com relação, eu vou te emprestar pra xerocar. A evasão dos cotistas é menor e as notas deles são excelentes. Então isso pra quem é favorável às cotas é fantástico, comprova que eles só precisavam mesmo de um impulso. Que eles são capazes de andar por si, mesmo aqueles que não têm bolsa.

A professora Lucia Helena continua lembrando que o que se pretendia era que as pessoas percebessem que os alunos cotistas eram capazes, porque havia uma crença de que eles eram incompetentes. Muita gente não tinha condições mesmo, argumenta Lúcia Helena, mas as notas comprovaram que, de maneira geral, eles possuíam capacidade. As médias levantadas foram 8,11 universal e 7,95 pardos e escola pública, uma diferença pequena em favor do sistema universal.

O que comprova que a questão não é a falta de capacidade, eu anotei exatamente os cursos onde eles mais ficavam, então isso aqui são as médias dos alunos ingressantes pra poder mostrar que a diferença não era tão grande. Outra coisa, a origem dos alunos matriculados nas cotas, olha aqui, escola pública, então do concurso no vestibular, universal, escola pública, preto e pardo depois a origem dos matriculados 2004 através do vestibular. Quem era de Londrina? Que também era uma pergunta legal, porque muita gente se posicionou, sou contra porque o pessoal de Londrina não vai entrar. Olha aqui, 52% são de Londrina, esse aqui é o questionário que eu não sei se foi finalizado, que a gente ia investigar depois de dois anos, que os meninos estavam, a presença deles, como eles estavam, isso deve estar sendo feito, porque é parte do projeto Uniafro1, tudo que a gente elenca como meta, você sabe, a gente tem que cumprir, senão...

Mas, no primeiro ano, comenta a depoente, a grande alegria foi perceber que eles estavam se saindo bem. A dificuldade maior - mas essa era a dificuldade de todos – era a questão da permanência.

A não ser quando o curso é muito hostil, por exemplo, eu ouvi falar não sei se é verdade, que no curso de Química, uma parte dos professores era muito hostil à presença dos cotistas, faziam que os alunos ficassem em pé, perguntando: quem são os alunos? E tem alguns alunos que têm dificuldade mesmo, como outros também têm. A nossa preocupação era exatamente esta, como é que podemos apoiar esses meninos? Mas eles se mostraram bem mais tranquilos do que imaginávamos, e percebemos que, como na cidade de Londrina as coisas são relativamente baratas, isso eu pude perceber em relação, quando nós tivemos um encontro agora dia 28 de agosto e o reitor não foi e me enviou. Nesse encontro do dia 28 de agosto, cada universidade que tinha ações afirmativas levou, pra nós uma bolsa de 300,00 de 200,00 é excelente, que a bolsa de IC equivale a 120,00. Mas pra alguns lugares essa bolsa é pequena. Então a gente percebeu que tem uma situação bastante privilegiada, sabe, 300,00 é salário de pai de família. Bom, o que a gente percebeu depois de passar tudo, é que nós tínhamos que criar uma grande comunidade para ajudar, nós precisamos de pessoas para fazer a seleção. Como é feita a seleção do cotista? Em Brasília é assim: tira a foto na hora pra evitar plágio ou coisas assim. No primeiro ano que houve aqui, eu participei do grupo que fez a seleção, então cada pessoa tira a foto e, quando chega um cotista, nós ficamos numa sala ao lado, anexa à matrícula, eles levam a foto lá pra gente ver a pessoa e se a gente tem dúvida. Então sabemos que é muita gente, e imaginávamos que isso seria uma situação constrangedora, mas não é, porque tem muita gente, ou às vezes a gente vai lá, vê a pessoa. Então é assim, são sempre três pessoas, então dois concordam que a pessoa é parda ou negra ou parda ou preta, tudo bem, se uma não concordar tudo bem, mas se duas não

concordarem, daí a gente vota para o não e essa pessoa pode recorrer, daí a gente faz uma entrevista com ela. Porque essas linhas de cor, a gente só se dá conta na seleção, que essas linhas de cor de pardo, branco e negro elas são muito mais na nossa universidade, isso foi muito interessante que o Jairo fez, é quem se assume como pardo ou negro, é a autodeclaração. E aí, às vezes, quando você chama a pessoa ela fala na hora: olha, sim o meu pai é negro, é muito difícil. Ou a pessoa começa a enrolar, é muito simples. Mas a gente dá oportunidade, pra que a pessoa possa vir. Nós tivemos um aluno descendente de japonês de Okinawa que são aqueles mais morenos, então quando ele disse que era negro e nós dissemos que não, ele teve direito de recorrer. Daí a gente perguntava: você é negro? E ele dizia: bom, alemão é que eu não sou. Ele ia pela negativa, loiro é que eu não sou. Não, mas a gente quer saber, você é negro? Ah! Não sei, eu acho que eu sou pardo, então ele próprio admitiu que não era.

Isso foi no primeiro ano e a professora Lúcia Helena acredita que, naquele momento, muitos acharam que não iria haver verificação. Contudo, o processo foi muito importante e muito sofrido também: “às vezes a gente falava: não essa pessoa não é negra, e depois vinha outra e a gente ficava sensibilizada e dizia, essa é negra”. O grande problema, segundo a depoente, é o pardo pois, em um país miscigenado como o Brasil, “a nossa linha é aquilo que você parece ser”.

Porque, no Brasil, o grande problema é você parecer ser. Eu por exemplo sou negra de olhos puxados e a minha bisavó era índia. E ninguém, só eu e um primo em São Paulo que saímos com o olho puxado. E eu dizia: é mãe eu sou japonesa preta, pode me contar, fazia todo um drama.

Prossegue a professora relatando que o grande trabalho foi o de sensibilização e que este foi bem sucedido. “Nós não queremos que eles sejam super alunos, queremos que eles sejam bons alunos e que eles possam ter condições”, conclui Lúcia Helena.

Por conta dessa inscrição dos 20%, a gente só tem dois alunos pardos no curso de Odontologia e uma aluna no curso de Medicina. Então nós tínhamos uma expectativa, eu, por exemplo, participando desse grupo, aprendi que o curso mais caro não é Medicina e sim Odonto, porque Medicina se você não tiver dinheiro pra montar o seu consultório você

consulta em outro consultório, na saúde pública, agora o dentista ele tem que ter o seu próprio equipamento e o equipamento pra trabalhar o básico custa 3.000,00. E pra montar o consultório são 30.000,00, então é um curso mais caro. Então essa era a nossa preocupação.

A depoente lamenta que o número de candidatos que passaram foi muito inferior ao que se supunha. Os cursos também não variaram, eram praticamente os mesmos onde já havia alunos afro-descendentes, como Pedagogia, História, Geografia, a Educação com bastante força e a Educação Física. Ao todo, eram mais de 20 alunos distribuídos nesses cursos.

É interessante pensar como na seleção natural, na área que a gente chama de linha branca, que são os cursos integrais, os mais difíceis. Esses alunos têm conseguido, e os que têm bolsas se revelam melhores, agora, também tem um outro processo que é assim, o cara entra mais ele não tem o tempo todo que ficar com um auto de fé, porque eu sou negro, eu sou negro, mas por receberem bolsa eles são muito cobrados, não por parte também sim, da parte acadêmica, mas principalmente por aqueles que não recebem. Então, eles o tempo todo, tem uns que têm um discurso muito pronto e eles sentem a necessidade de ter um apoio de entender, por exemplo, muita gente era negra, mas nunca teve discussão de ser negro ou não ser, de racismo dentro de casa e esse apoio quem tem que dar é a universidade e alguns sofrem algumas dificuldades.

“Tem sido bastante interessante perceber como os alunos cotistas estão se saindo”, considera a depoente que saiu em 25 de agosto de 2005 da UEL, mas que continua participando dos projetos do NEAA, do qual era Coordenadora, inclusive porque foi ela que indicou uma colega, Elena Andrey para este cargo que deixou vago. Antropóloga que já trabalhava há mais de quinze anos com a questão cultural, com a questão da religiosidade, da mitologia africana, Elena Andrey é a atual Coordenadora do NEAA.

Quando a Maria Nilza saiu e quando eu saí, a Elena Andrey me disse que o NEAA deveria ser coordenado por alguém negro, mas como as duas negras habilitadas, a Maria Nilza e eu, saímos, então ela aceitaria o desafio.

As primeiras universidades brasileiras que implantaram o sistema de cotas foram: saindo na frente, a Federal de Brasília; a segunda foi a Estadual do Rio de Janeiro; a terceira foi a Federal da Bahia; a quarta foi a Federal de Mato Grosso e depois a UEL e, em seguida, a Federal do Paraná. No total são 17 instituições de ensino superior que implantaram o sistema de cotas, até o momento (novembro/2006).

E, agora tem essa lei que saiu em março exigindo, só que as universidades públicas e escolas particulares brigaram, então essa lei que já estava programada está enrolando. Mas, por exemplo, eu acabei de vir de um encontro onde eu fui banca pra professor de História da África na Unifesp que já vai ter cotas. 50% da cotas, muito bacana, 25% pra negros e 25% para escola pública. Então significa que se os negros não quiserem entrar pela cota da etnia, pela cor, pode entrar pela cota da escola pública, essa é uma lei ou projeto de lei o sistema de cotas, só que ela já estava pra ser aprovada quando houve uma grita por parte das entidades privadas e acabou retardando o processo. Mas, por exemplo, a Unifesp já assumiu. Tem lugares que depende muito, por exemplo, a Ufiscar Universidade Federal de São Carlos, acabou de ligar, eu estive lá num evento também, porque é assim, é muito interessante, à medida que você tem alguma informação e uma universidade quer isto, eles ligam desesperados, você pode vir aqui falar como é? Explicar pra gente, então eu fui à Ufiscar, era um grande processo e eles conseguiram aprovar. É significativo, porque São Paulo é um lugar rançoso, difícil, onde as elites estão muito colocadas. Historicamente é difícil, então, conseguir isso lá é significativo, são duas já: a Unifesp e agora a Federal de São Carlos. Então, com isso eram 17 agora são 19. E, parece-me que Belém do Pará também aprovou e daí à medida que você aprova você cria novas demandas, e as pessoas diziam isso, você vai por pobre e depois como é que vai fazer pra ele se manter no curso? Primeiro vamos criar, depois vamos ver como faz. A Uerj não apresentou positividade desde o início, sempre foi contra, eles não gostam, eles não têm interesse, é bem difícil, e o próprio professor que foi no evento foi contra, nós chegamos a pensar: o que ele está fazendo aqui?

O que é preciso daqui para frente é uma avaliação do sistema, que já está acontecendo, que já era previsto.

É ver onde os alunos estão bem, onde não estão, está havendo evasão? Porque não está havendo. Então, eu acho que nesse sentido ele é vitorioso. Ele não vem pra ficar, ninguém quer, tanto é que ele tem um prazo, ele tem sete anos. É uma forma de levantar pra poder pelo

menos equilibrar a quantidade de pessoas, as cotas não vieram pra corrigir o mundo, e de fato nós desejamos que esses meninos passem bem, que eles possam fazer parte de um grupo que tenha melhores condições de vida e você tem todo um imaginário que está povoado na figura do negro sempre como miserável. Se você não criar políticas públicas que interfiram nisso, isso não vai mudar nunca. Foi isso que me convenceu, daí eu pensei: Puxa, eu sou a Lúcia, quantas vezes eu parei e quantas dificuldades eu tive. Então, isso é muito importante, eu acho que isso acaba sendo mais importante do que todo o resto.

Na opinião da professora Lúcia Helena, um dos fatos mais eloqüentes é a questão das notas. Diz ela: “quando a gente mostra: olha no 1^o bimestre ele às vezes não está muito bem, no 2^o bimestre, olha aqui ele está igualzinho, que é a Escola Paulista de Medicina, você não sabe quem é cotista e quem não é, a nota é igual. Isso é fantástico, a gente fica arrepiada de ver”.

O trabalho foi muito grande e um trabalho que exigiu muita gente, inclusive quem não tinha especialidade com raça nem nada disso. E a experiência para essa comissão de seleção para cotas me mostrou que às vezes aqueles que não estudam são os mais sensíveis. Tem uma professora chamada Suzana Mesquita, do Departamento de Biologia, que era coordenadora do colegiado de Biologia e uma pessoa fantástica, que maravilha de pessoa, ela foi, e ela via a gente falando da questão e ela nos ajudou e no outro ano ela estava super empenhada. Então a gente percebia a importância disso, mesmo quando você conversa, quando ela vê, daí ela percebe algumas coisas que ela nunca tinha se dado conta, daí ela percebe as sutilezas da discriminação e a perversidade disso no Brasil, porque algumas pessoas acham que não tem e ficam nesse discurso e depois quando a gente vai mostrando pra ela determinadas situações, ela vai se dando conta: não, existe sim.

Nem todo mundo age de má fé; às vezes as pessoas estão agindo na pura ignorância. Então, é muito importante que a informação seja disseminada e que se esclareçam os equívocos, ainda de acordo com a depoente.

Eu fui então cada vez mais levada a isto até chegar à condição de coordenadora do Núcleo onde eu permaneci. Daí eu saí por motivos pessoais, porque este concurso tinha muito a ver com a minha cara; era entre a realização profissional e pessoal e o trabalho coletivo, e eu julguei melhor ir. Uma grande contribuição hoje é o Frederico Fernandes que é coordenador do Afro-atitude. Foi o seguinte: assim que nós conseguimos passar as cotas, houve um evento que eu

particpei e todos os ministérios deveriam se empenhar e ajudar, dar bolsas pra esses meninos poder desenvolver pesquisas, porque a idéia é a seguinte: a gente dá bolsas não porque eles são cotistas, não. Damos bolsas pra eles desenvolverem pesquisas e pra eles sobreviverem. Tem que participar, isso é obrigatório. E daí o ministério da saúde deu 50 bolsas no valor de 200,00 acho que agora subiu pra 300,00 que era pra esses meninos de cotas, negros ou pardos que deveriam fazer pesquisas ligadas a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, aids ou periculosidade social, que é assim que estão as pessoas em situação de risco social, muito pobres, ligadas à marginalidade, então você tem que estar desenvolvendo uma pesquisa sobre isso. E tem que ter um coordenador, um tutor que acompanhe isso, então num primeiro momento foi a Ana Maria de Almeida, das Ciências Sociais, atualmente é o Frederico Fernandes, ele é uma pessoa maravilhosa, amigo meu, quando eu entrei nisso eu sugeri que ele entrasse, eu falei: não, eu só vou entrar no núcleo se tiver alguém que seja meu amigo porque esses dois coordenadores trabalham muito próximos. E ele foi assim muito legal, nós fizemos uma publicação deste trabalho que a gente desenvolveu, ele estava no Afro-atitude eu no Uniafro. No Uniafro estava previsto que a gente iria fazer apostilas para os professores e tal. Mas o Fred participou, até a gente publicou uma apostila, nós fizemos este trabalho. Eu e ele organizamos, cada um fez um trabalho; a Helena não está neste, mas vai estar no próximo. O próximo já deve ser ela que vai coordenar. Então, foi muito bacana, isso era um trabalho gratuito, para que os professores pudessem ter subsídios quando eles quisessem trabalhar com História Africana e Afro-brasileira, pra eles terem um lugar pra começar. O que nós colocamos nesse edital, que a gente iria ajudar no acesso e na permanência dos meninos cotistas, e íamos fazer junto com eles atividades para os professores da rede. Já sensibiliza para as questões, quando nós fazíamos esses encontros esses meninos participavam, ajudavam na inscrição, ajudavam na monitoria, então foi muito importante. E o Fred era de um outro programa, mas ajudava do mesmo modo. Então esse trabalho foi bem legal, bem bacana mesmo. Mas eu fiquei pouco tempo. Mas foi isso, o Ricardo ficou quatro anos, destes quatro anos foi aprovado em 2004, 2005 ele ficou inteirinho, de 2005 para 2006 ele esteve também, ele deve ter os dados inclusive. Eu peguei esses dados porque a menina não está mais trabalhando com isso, a Isabel, e eu peguei porque quero escrever um artigo com ele, mas você deve aproveitar porque eles vão te ajudar.

**Depoente: Frederico Fernandes
Fevereiro/2007**

Na ocasião da implantação do sistema de cotas, o depoente Frederico Fernandes era coordenador do colegiado do curso de Letras e, como tal, debateu o assunto na Câmara de Graduação. Por indicação dessa Câmara, também

desempenhou funções de suplente do representante do seu Centro no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, onde o debate foi mais intenso.

Acompanhei em três esferas, acompanhei no conselho de centro, onde o debate foi mais acalorado. Na Câmara de Graduação e um pouco no CECA. Por que um pouco? Porque eu não fui a todas as reuniões porque eu era suplente, então ia quando a titular faltava. Bom, o debate que eu senti mais polarizado, acabou sendo no Conselho de Centro. Por quê? Nós deliberamos na Câmara de Graduação que a questão do sistema de cotas era algo muito mais complexo do que uma representação de coordenadores de colegiado que, por envolver a universidade como um todo, ela deveria ter um parecer dos centros. E, conseqüentemente, ser aprovada pelo CEPE e CU. Então, nos Conselhos de Centro foi onde os debates foram mais acalorados. Esses debates no caso do CCH eles foram mais amenos, amenos em que sentido? O CCH por ser um centro que oferece licenciaturas, todos os cursos do CCH tem um ingresso de 70% dos alunos do CCH eram oriundos de escolas públicas, que eram os dados estatísticos que nós tínhamos na época, de 70% de ingressos de alunos de escola pública. Então o que acontecia, os professores do CCH entendiam a questão das cotas como mais ou menos um direito que deveria ser dado aos negros e aos alunos oriundos de escola pública. Entendiam assim em partes, deixa eu tentar te explicar porque entendiam em partes. Quando a discussão do sistema de cotas veio à baila, e isso não foi uma discussão em nível federal, você lembra que primeiro de tudo teve o projeto de Reforma do Ensino Superior que o MEC começou a circular entre as universidades pra ser discutido e esse projeto de reforma do ensino superior previa o sistema de cotas para as IES públicas federais. Inclusive está em trâmite ainda, não sei se já foi aprovado. Acho que ainda não foi aprovado, está no Senado, até onde eu saiba. Bom, então este debate começou a vir à tona com a própria instituição, então a gente mais ou menos já estava sabendo, os professores já estavam sabendo que haveria uma possibilidade de haver o sistema de cotas.

Segundo o depoente, entendia-se que, por serem professores da área de Ciências Humanas, eles tinham uma visão mais sensível do processo histórico, da exclusão desses sujeitos e tudo mais, e nesse sentido não havia tanta resistência ao sistema de cotas, mas havia uma discussão, um debate forte sobre qual modelo de sistema de cotas seria melhor. Enfim, eram cotas pra negros e alunos oriundos de escolas públicas; nos debates essas questões vinham mais à tona.

Um outro dado era que havia também uma reflexão de alguns professores, lembro eu, de questionarem se o sistema de cotas realmente funcionava. Então vinham algumas perguntas, o sistema de cotas funciona? Adianta colocar esses alunos na universidade e eles não terem condições de acompanhar o curso? Outra pergunta: adianta colocar esses alunos na universidade e eles não terem condições de se manterem na instituição? Essas eram perguntas que todo o grupo, tanto os que apoiavam quanto os que não apoiavam levantavam, então eram argumentos que surgiram ali em torno desse debate. A reunião que nós aprovamos essa questão do sistema de cotas no centro foi uma reunião que contou com convidados externos, na época a professora Maria Nilza, que era coordenadora do NEEA, foi participar dessa reunião, outros representantes também vieram, eu não lembro, seria importante você dar uma mapeada nas atas dos conselhos de centro pra ver como essas discussões foram feitas, porque ali é que está o foco do debate, eu me lembro que no CCH era mais ou menos isso daí. Bom, a discussão que eu lembro mais polêmica era se o aluno precisava ter da 1^A série a 8^A série e o ensino médio em escola pública, ou se contava a partir da 4^A série em diante em escola pública pra ele ter direito à cota ou não. Então, este foi um dos debates mais acalorados na ocasião dentro do CCH. A questão dos 20%, sendo destes 20%, 20 reservados para negros foi meio que unanimidade e meio que pacífico, não houve discussão. Houve abstenção na hora do voto, se eu não me engano um ou dois, muito poucos se manifestaram desfavoráveis. Agora, pra mim, pra eu chegar nesse processo de ser favorável ao sistema de cotas, eu, no início, tinha uma perspectiva que ao longo do debate eu fui modificando, de que o sistema de cotas colocaria a questão desse sujeito, a universidade incorporaria um problema do ensino público fundamental, ou seja, ela traria pra si um grande problema maior que é a questão da má formação do ensino público e não dar condições pra este sujeito disputar uma vaga com aquele sujeito que faz cursinho, que faz uma escola particular, não resolvendo na raiz e a universidade estaria atraindo este problema para si. E eu acreditava muito sobretudo em relação aos negros, que deveria haver uma articulação desse movimento, nesse sentido de criar instituições, universidades com as suas preocupações com as suas inquietações, que é mais ou menos uma idealização minha no sentido de que você pegava a história dos direitos civis nos Estados Unidos e você vê o que eram os negros antes e depois da década de 50. Eu tive uma oportunidade de ir pra Atlanta conhecer os Colleges, onde só estudavam negros e eu vi toda a organização, toda a estrutura deles, e eram Colleges que falavam assim: aqui estudam os negros, os brancos não estudam e nós temos museus de pintores negros, então era toda uma sociedade civil organizada que apostava na comunidade, apostava no seu representante, não apenas uma identidade forte, mas uma intervenção política forte. Então o meu representante, eu não voto nele só porque ele é negro, mas porque ele é negro e porque ele está ligado à comunidade e ele vai fazer algo pela comunidade. Por exemplo, você tem casos de alguns negros que dão bolsas pra esses estudantes, é uma viúva muito rica que deixou todo o pecúlio dela pra custear estudante que seja negro na faixa etária de tal a tal e que tenha filho ou

que seja casado. Então eles vão colocando essas especificidades que é toda uma construção mesmo, desse sujeito que se sentiu marginalizado num determinado momento, que eram frutos de um processo escravocrata, cidadãos de segunda classe, que num determinado momento da história deles pra acompanhar essa sociedade branca privilegiada eles se organizaram e fizeram uma intervenção política, econômica, social e cultural, principalmente começando do sul para o norte que eles se projetaram como cidadãos e falaram: não, a gente quer participar, quer formar e quer ter quadros de advogados, médicos pra negros. Então, aqui a visão é completamente dissociada do que se passava lá, então na minha cabeça, naquela ocasião que eu estava vindo de Atlanta, eu pensava: por que não há uma organização, por que o movimento negro aqui não se organiza? E é claro que você vai pensando historicamente como é que era a questão do preconceito racial nos Estados Unidos e como a gente é democracia falsa, a falsa democracia brasileira em que a gente fala não tem o racismo, mas tem o preto de alma branco como se isso fosse a coisa mais simples do mundo. Então são processos históricos diferenciados, mas naquele debate, a minha visão de ideal seria essa construção social e essa intervenção política. E aí é que eu fui reparar que o nosso processo histórico também deveria prever o sistema de ação afirmativa ou discriminação positiva, diferenciado do que foi o processo deles, porque na década de 50 você tem grandes líderes que são líderes políticos Martin Luther King, ou até milícias como as Panteras Negras, em que eles realmente estão lá pra fazer uma revolução, fazer uma transformação e tem conflitos inclusive armados pra poder se projetar socialmente e aqui não, aqui você tem alguns levantes, mas estes levantes não são entendidos como uma identidade étnica, como uma identidade do problema do negro na sociedade. Quando eu falo de levante você pode pensar, por exemplo, o que diferencia uma rebelião num presídio em que a maioria é de negros, de um conflito entre as Panteras Negras e o FBI ou os traficantes locais? Você tem um conflito armado, mais ali você tinha toda uma perspectiva de identidade em jogo. Aqui não, a sociedade não vê isso como identidade e os negros dentro da cadeia também não se vêem como uma identidade dos negros, eles se veem como uma identidade do crime organizado, um sistema de poder carcerário e tudo mais, então são muito diferentes essas representações. Por conta dessas diferenças de representações o processo também vai ser diferente, o processo de inclusão desse sujeito também vai ser diferente, então meio que a sociedade toda tem que abraçar a causa, a causa funciona se a sociedade toda abraçar ou não. Então aí pesa a questão do processo histórico nosso, o sistema escravocrata aqui no Brasil como é que foi, essa relação entre brancos e negros, a construção do mulato, que é preconceituoso falar mulato porque vem da palavra de mula mesmo, é um híbrido ali entre burro e a égua, que foi a construção desse sujeito miscigenado. O nome favela é muito significativo porque favela é onde os soldados que foram lutar na Guerra de Canudos, que era a maioria de negros, porque eles eram recém saídos de um sistema escravocrata e a perspectiva deles era o que oferecesse de melhor, então pra ter um par de sapatos eles preferiam ir pro exército, então eles se alistavam, aí esses soldados que

foram lutar em Canudos ficavam num morro onde havia uma árvore que se chamava favela e aí esses soldados foram com a idéia de que quando eles retornassem teriam uma casa pra eles. Como quando eles retornaram o governo brasileiro não fez nada, eles acamparam num morro e começaram a construir suas habitações e deram o nome de favela porque o morro em Canudos onde eles estavam também era favela, aí que surge a perspectiva dos favelados. E aí, o que acontece? Esses sujeitos foram sujeitos que acabaram sendo meio que enganados pelo Estado ao longo desse processo. Então havia essa necessidade de ter uma intervenção que fosse também uma intervenção do Estado no sentido de tentar incluir esse sujeito socialmente. E aí o sistema de cotas ameniza isso daí, ele não é uma saída, não é uma solução, ela é um erro, mas é um erro que tenta amenizar um erro muito maior. Porque o ideal era que o sujeito não precisasse de cotas, o ideal era que o sujeito fosse já um sujeito incluído socialmente, o ideal não é isso, mas quando você vê, por exemplo, uma coisa que me indigna muito, todo final de ano os cursinhos começam a fazer propagandas dos seus aprovados, então um cursinho aqui da cidade aprovou acho que 18% das vagas da UEL, lá na Federal do Paraná tinha um cursinho que aprovou 42%, aí tem um outro que quatro anos consecutivos faz o primeiro lugar de Medicina, então quando você vê esses índices de aprovação de cursinho, eu paro e penso: eu acho que você não tem que ter cotas pra negros, você tem que ter cotas é pra cursinho, sabe, porque eles estão pensando que todas as vagas são deles. Então, que democratização que é essa é uma democracia de quem pode pagar o cursinho pode ingressar na universidade? Agora o que é interessante, que a gente nota principalmente nas entrevistas que nós fizemos com alunos de cotas e aí que está, só retomando aquela questão do CCH, nós aprovamos isso daí, aprovamos que 20% das reservas de cada curso fosse de cotas, o CCH aprovou isso, então se você tem 100 vagas, 20 são reservadas e nós aprovamos que a partir da primeira série ele deveria estudar sempre em escola pública, desde a primeira série, embora eu entendia que alguns municípios não oferecem ensino básico público, que geralmente são dados pelas prefeituras e alguns municípios são muito pobres e as prefeituras não bancam isso aí. E aí a mãe desse sujeito se esmera lá, paga uma taxa e depois não vai poder usufruir o sistema de cotas, mas eu fui voto vencido na coisa. Bom, nós aprovamos isso no CCH e nessa aprovação eu fui convidado pra compor a primeira comissão de avaliação e de acompanhamento dos cotistas na universidade, então foram montadas duas comissões uma de acompanhamento e uma de averiguação se esse sujeito que se inscreveu pelo exame de cotas se ele estaria enquadrado no quesito cor da pele, que fala que tem a cor da pele preta ou parda e se ele se autodeclara negro. Então, a função dessa comissão era verificar, no ato da matrícula, se realmente ele é negro mesmo, se tem a pele parda ou preta. Bom, então na comissão é que eu fiquei sabendo que a aprovação, nós tínhamos apenas um candidato de Medicina aprovado, no primeiro ano, porque um aluno aprovado pelas cotas em Medicina se nós tínhamos uma reserva de 20%? Ah, porque é 20% do número de inscritos, totalizando até 20% do número de vagas. Foi um paliativo,

uma distorção que eles encontraram, então se o curso tem 100 vagas você precisa ter 100 cotistas inscritos pra poder ocupar esse número de reservas. Então na Medicina, o que acontecia? O pessoal tinha uma auto-estima muito baixa, o cara nem se inscrevia, porque ele achava: imagina que vou ser médico sendo aluno de escola pública? isso o impedia de se inscrever. Aí se entendeu que deveria ser feito um trabalho nas escolas públicas de divulgação disso daí. Foi feito este trabalho no segundo ano e houve um acréscimo do número de alunos cotistas, e nesse terceiro ano houve também um acréscimo um pouco maior de alunos cotistas, ainda não estamos atingindo os 20% em tudo, mas a coisa está sendo melhorada de ano em ano, há um trabalho junto à comunidade externa nesse sentido, para que o cotista venha a se inscrever no vestibular, pra você aumentar as chances destes 20% serem preenchidos. Paralelo a este processo das comissões que eu trabalhava, houve em junho deste ano, quando a Lúcia Helena assumiu os Estudos Afro-asiáticos, sabendo que eu trabalho com projeto que envolve cultura afro-brasileira, que eu trabalho com a poética do Hip Hop em Londrina e sabendo que eu oriento alunos cotistas, enfim que eu tenho envolvimento com essa questão, a Lúcia Helena me convidou pra coordenar o Afro-atitude, UEL Afro-atitude que é um projeto via Ministério da Saúde com verba da Unesco que tem 50 bolsas para alunos cotistas que se autodeclaram negros, pra trabalhar com temas como vulnerabilidade social, direitos humanos, culturas de populações negras e prevenção da ST Aids, então tem que trabalhar com projetos dentro dessa temática. Fora isso, nós criamos, neste último ano, um projeto de formação complementar em que esse aluno tem que ter uma intervenção prática junto à comunidade acadêmica ou à comunidade externa, então, por exemplo, o ano passado nós fizemos intervenção no RU, no dia Internacional de Luta Contra a Aids, os alunos saíram fazendo panfletagem, orientação. Tem um serviço no CEBEC que nós vamos disponibilizar para orientação e prevenção da ST Aids feito por esses alunos, a gente está pensando num programa de rádio sobre a prevenção. Agora, junto com a Helena, que ela assumiu o Núcleo, os alunos vão trabalhar os projetos ligados ao NEAA, os cotistas e tudo mais. Este projeto Afro-atitude acaba se tornando uma gota no oceano, porque se nós somarmos o Afro-atitude e o Uniafro, que são dois projetos que tem verbas para alunos cotistas negros, fora isso que você tem um outro projeto de assistência ao cotista que é da Fundação Araucária, bolsa de inclusão social, que esse entram tanto negros como os não negros desde que sejam alunos cotistas para trabalharem em projetos e receberem bolsas, acho que 120 bolsas foram distribuídas. Enfim, estes programas atendem cerca de 10% desse universo de alunos negros, que é muito pouco, mas vai atender os mais necessitados. O mais importante é que eles trabalham, não recebem a bolsa sem um envolvimento com pesquisa ou extensão e sim se capacitar para um mestrado, doutorado e não apenas uma bolsa auxílio.

Depoente: Elena Andrey
Fevereiro/2007

O sistema de cotas da UEL possui especificidades na questão da proporcionalidade, que divide opiniões, há quem a aprove e quem a rejeite. A proporcionalidade do sistema de cotas na UEL estabelece a reserva de até 20% de vagas para negros, não se trata de 20% das vagas reservadas para alunos negros, mas sim até 20%. E um total de 40% das vagas para alunos de escola pública, independente de serem negros ou não nos informa Elena Andrey, e continua:

Então eu sempre explico para os alunos que o sistema de cotas não funciona em termos do indivíduo, funciona como? Imagine uma piscina na qual você tenha raias, mas a obrigação do aluno em qualquer uma das raias é que ele vai ter nadar até ao final da piscina, bater e voltar. Então não ter como dizer que o sistema de cotas foi uma facilidade, aí eu pergunto: por que você fez uma prova diferente? Não. Sua correção foi diferente? Não. Seu curso vai ser diferente? Não. Então, facilidade de quê? Só o que foi feito é evitar que uma pessoa com um histórico X se visse obrigado a concorrer com alguém com um histórico Y. Porque nenhuma pessoa é responsável pelo seu histórico, quando a gente nasce a cultura e a sociedade já estão aí. A gente é que se adapta a ela. Então, o que a gente tem percebido é que as diferenças máximas de pontuação de cotas e das universais dificilmente chegam a um ponto, geralmente ficam em torno de 0.7, 0.8, então entram os melhores negros, os melhores de escola pública e os melhores da universal. Isso é uma coisa que tem que ficar muito clara, este é o problema do sistema de proporcionalidade porque se estes 20% equivalem a 10 vagas e eu tenho a inscrição de 30 pessoas pelo sistema de cotas, entrarão os 10 melhores, mas se eu tenho a inscrição de apenas cinco pessoas, eu não vou completar as minhas 10 vagas, porque não vão entrar todos os cinco, vão entrar os melhores. Vai entrar quem fizer a piscina bater e voltar, se forem dois, eu vou ter 10 vagas e vou ter apenas dois alunos cotistas negros, então há uma necessidade que a sociedade perceba que o sistema de cotas existe, perceba que o sistema de cotas é uma das viabilidades pra se entrar na universidade e que realmente se aproveite deste recurso. Isso é um dos problemas do sistema de cotas. Mas, a meu ver, algumas pessoas não concordam com isso, são posições diferentes, a meu ver o sistema de proporcionalidade responde a uma das críticas mais cruéis que tem sido feita ao sistema de cotas que é: o sistema de cotas, ao permitir a entrada de pessoas que teoricamente não teriam uma formação condizente com as exigências universitárias, obrigaria uma diminuição de nível. Então, na realidade, o sistema de proporcionalidade responde: não! Nós queremos as melhores pessoas porque a proposta do sistema de cotas, isso é uma coisa que precisa ficar muito clara, as pessoas fazem uma leitura afetiva, e que é uma leitura, a meu ver,

extremamente equivocada e perigosa. O sistema de cotas não é pra colocar negros na universidade, o problema não é esse, não é que alguém olhou e disse: ah, tá faltando crioulinho na universidade, vamos dar uma garibada estética aqui e colocar mais crioulinho na universidade. A função do sistema de cotas não é essa, a função do sistema de cotas é eminentemente social e política. De uma forma aparente muito cínica, nenhum país do mundo, especialmente o Brasil, na crise em está passando, pode se dar ao luxo de entrar no século XXI abrindo mão de 50% dos seus médicos, dos seus engenheiros, dos seus advogados, dos seus políticos simplesmente porque essas pessoas nasceram com melanina a mais na pele, ou nasceram com o cabelo mais crespo ou tiveram como seus ancestrais alguém que veio aqui como escravo. Pessoas que ficam marcadas por estigmas que não têm nada a ver com ela como pessoa, têm a ver com a história dos seus ancestrais, uma história secular, terrível, assustadora, mas, em suma, não é necessariamente a história daquela pessoa. Têm a ver com a questão da pele, você não escolhe a cor da pele com a qual você nasce, a cor dos olhos com a qual você nasce. Há um processo de injustiça social brutal nessa discriminação, se essa discriminação tem vieses sociais, tem vieses econômicos, tem vieses simbólicos, tudo isso soma é um complexo, é uma síndrome, sem dúvida nenhuma. O que não pode acontecer é um órgão público como a universidade, um órgão que pertence ao poder público, fazer de conta que está tudo bem, está bom 50% da população brasileira está fora do mundo e está tudo bem. Não, não está tudo bem. Não está tudo bem para o país e não está tudo bem para pessoa, porque imagina se você tivesse nascido negra. Os seus sonhos deixariam de existir? Suas vontades, suas ambições? Não. Tudo isso se transformaria em veneno dentro de você. Das duas, uma: ou você escolheria ser uma pessoa deprimida pro resto da sua vida e se você tivesse um filho inteligente provavelmente você iria inconscientemente barrar: não, eu também quis e não deu certo, isso não é pra gente. Essa discriminação iria se propagar de geração a geração, em termos pessoais, mas caso você escolhesse não a depressão mas a fúria, nós temos o Marcola, porque que nós temos o sistema de cotas, por causa do Marcola. O Marcola é um pardo claro, que aos 14 anos tinha saído da escola, aos 15 anos estava na primeira prisão e o ano passado colocou simplesmente a terceira cidade do planeta de joelhos de dentro de uma prisão com o celular. Esse cara é obviamente o maior administrador que o Brasil tem no momento. Se ele tivesse tido acesso a uma universidade, seria eventualmente o presidente que a gente está querendo, porque ele tem uma visão geral, consegue organizar o que ele não está vendo. Não no ponto de vista moral, mas técnico, o sujeito é extremamente inteligente, deveria estar dando aula na Fundação Getúlio Vargas e não estar dentro da cadeia, pra isso é que tem que ter sistema de cotas. O sistema de cotas não é porque a gente acha que aquele menino ou aquela menina é um coitadinho, não é paternalismo. Porque quando a gente deixa passar a idéia do paternalismo, diminui a pessoa ao invés de engrandecer, nós não vamos pra lugar nenhum, é literalmente picar energia simbólica e jogar pela janela. Por quê? Esse aluno que entra por cotas na universidade pra se formar como profissional e, portanto, fazer a

diferença lá fora, porque a nossa idéia é que cada aluno de cotas funcione como semente de feijão: eu planto uma e você me dá uma porção de viagens. Eu coloco aqui um pedagogo negro e quando ele for trabalhar numa escola, aquela menina negra que achava que tinha que ser empregada doméstica igual à mãe vai dizer: se ele pode ser pedagogo, por que eu não posso? A idéia é que cada aluno funcione como uma sementeira, com mais militância, com menos militância, não importa, mas que funcione dessa maneira.

Depoente: Suzana de Fátima Pacolla Mesquita
Março/2007

Quando o sistema de cotas começou a ser discutido na UEL, Suzana Mesquita era coordenadora de colegiado do curso de Ciências Biológicas, estava iniciando o seu mandato, e nos conta:

As discussões se iniciaram tanto no colegiado quanto na Câmara de Graduação da qual o coordenador faz parte. Naquela época, nós encontramos uma resistência muito grande aqui no Centro de Ciências Biológicas, inclusive foi um dos centros que foi contrário ao processo de implantação do sistema de cotas. Eu, pessoalmente, fiquei numa situação muito delicada porque eu acreditava, eu acredito no processo de implantação de sistema de cotas, mas o meu Centro era contrário, o meu colegiado era contrário, então, em alguns momentos, se houvesse necessidade de uma votação, coisa que não aconteceu, eu teria que, como representante, acompanhar o meu Centro, especialmente o meu colegiado. Mas, na época, houve a discussão e eu participei de todos os seminários, houve vários seminários no CCH, no CECA, nós tivemos uma reunião no CEPE informal em que houve um debate bastante amplo com pessoas que defendiam, pessoas que eram contrárias, mas em momento nenhum houve um processo de votação, então eu me senti bastante tranqüila de me posicionar como pessoa, como a Suzana. Quando nós aprovamos, eu fazia parte do CEPE, quando houve a aprovação no Conselho Universitário, não pelo CEPE, no CEPE nós apenas discutimos o processo, quem aprovou foi o Conselho Universitário, houve a aprovação, o sistema foi implantado e eu fui participar da comissão de acompanhamento e avaliação dos alunos cotistas como representante do CEPE, eu fui indicada pelo CEPE pra fazer parte dessa comissão. Então, quando nós fomos, eu me lembro muito bem, eu estava retornando de férias em janeiro, e casualmente alguém me ligou, não conhecia a pessoa que estava me ligando, era a professora Maria Nilza lá do CCH, não nos conhecíamos e ela falou: “ah, professora nós precisamos de alguém que nos auxilie a receber os

alunos que fizeram o vestibular pelo sistema de cotas, é uma coisa tranqüila, fácil”, tal. E eu falei: “tudo bem, eu posso fazer parte dessa comissão”, e eu iria então fazer entrevista ou conversar com esses alunos cotistas. Então, um dia, nós fomos chamados no final da tarde, toda a comissão, e no dia seguinte esses alunos já viriam fazer sua matrícula, quer dizer ninguém tinha idéia de como é que seria esse processo, como você dizer que um aluno é negro? Como você dizer que ele não é negro? Porque a resolução dizia o seguinte: que era o aluno negro ou pardo. Para mim era muito difícil, era uma situação que eu dizia assim, bom eu acho que eu vou ter que conversar, me interar com o pessoal, a gente não tinha um sistema, como é que nós vamos fazer? Quais vão ser os nossos critérios? Cor de pele? O que nós vamos olhar? Porque eu não tinha experiência, eu sou uma bióloga, eu trabalho com reprodução, não tinha nenhum envolvimento com a questão de raça. Então, nós nos reunimos, felizmente estava a Lúcia, estava a Maria Nilza, estava o professor...não me lembro agora o nome dele, estavam vários representantes da comunidade negra. Então, eu me senti até certo ponto tranqüila em dizer assim: olho eu preciso de ajuda de vocês, que vocês na hora me ajudem a dizer. Mas como é que nós vamos fazer, vai ser aluno por aluno...era primeira vez e nós tínhamos que seguir uma resolução determinada pelo Conselho Universitário. Aí na resolução dizia assim, que o aluno tinha que ser pardo, negro ou pardo e que ele tinha que se autodeclarar negro, que dizer complicava mais ainda pra nós da comissão, porque o aluno dizia: não, eu sou negro! Eu me autodeclaro negro. Como contestar isso? Então, foi assim o primeiro ano nosso, foi terrível e naquele momento nós entendemos a política de implantação de cotas, porque até aquele momento o que todos nós da comissão entendíamos que 50% das vagas eram destinadas a alunos oriundos de escola pública e os outros 50% eram para os alunos que se autodeclaravam negros e não afrodescendentes, ele tinham que ser negros, era a cor da pele, era esse o critério que rezava a resolução. Quando nós chegamos ali, eu comecei, eu falei, eu não estou entendendo, porque o coordenador da PROGRAD, na época o professor Jairo, nos disse: “olha, o número de cotistas, de vagas foi tanto”. Aí eu disse: “mas como assim? Na Biologia, na época, nós tínhamos 60 vagas, e nós tínhamos acho que 15 alunos cotistas entre negros e alunos oriundos de escola pública. Aí eu disse: “mas eu não estou entendendo, tinha que ser 30, 15 pra negros e 15 pra escola pública”. E ele disse : “não, é proporcional ao número de inscritos. Então, pra mim foi um choque, porque eu também não havia entendido isso, como, aliás, ninguém da comissão havia entendido isso. Nós fomos até certo ponto despreparados, para aquela primeira avaliação. Mas nós seguimos o seguinte critério: nós nunca estávamos sozinhos, sempre eram três docentes da comissão, que na época foi interessante porque a gente não entrevistava o aluno, num primeiro momento, ele estava fazendo a sua matrícula, nós tínhamos um código que um funcionário da PROGRAD nos chamava e dizia: “olha, aquele aluno do guichê tal é um aluno que se autodeclarou negro”, então nós íamos, cada membro da comissão, os três iam, olhávamos, não ficávamos olhando assim, éramos muito discretos, tanto é que os alunos não percebiam. Quando não havia dúvidas,

normalmente os três da comissão concordavam e os três assinavam uma folha dizendo, realmente o aluno é negro, não havia problema nenhum e a matrícula dele era automaticamente efetuada no momento. Quando um dos membros dizia: “não, eu não acho que este aluno seja pardo”, esse era o grande problema, o que é que nós fazíamos, esse aluno era convidado a voltar num outro momento pra passar pela comissão, ali com toda a comissão presente fazíamos uma entrevista com esse aluno. Então, tivemos situações assim, ao mesmo tempo hilárias a gente via a tentativa de fraude mesmo por parte dos alunos, alunos brancos de pele clara tanto quanto eu, ou até japoneses se autodeclarando negros. Observávamos fotos, até tendenciosas, pela foto você não tinha noção realmente de como aquele aluno era. Então, no momento que ele vinha fazer a entrevista a gente percebia que ele não era pardo ou negro. E foi um momento muito triste para comissão, foi um momento que nós sofremos muito, nós trabalhávamos até altas horas das 23:30 e 24 horas entrevistando todos esses alunos que geravam dúvidas e nesse momento é que nós percebemos o quanto é importante pra esses alunos oriundos de escola pública estarem aqui dentro, houve depoimentos que foram assim, nós tivemos professora que chegou às lágrimas e assim a ponto de ela ter uma crise, da gente ter que interromper os trabalhos porque ela teve uma crise de choro, porque era uma pressão muito grande, era uma pressão da gente seguir uma norma e modificar a vida de uma família, porque atrás dela vinha a família. Então, você tinha depoimentos de pessoas que estavam há cinco anos tentando, com dificuldade, então ela havia conseguido e naquele momento você dizia: “não, você não é um aluno da UEL”. Nossa foi muito difícil pra nós, foi muito, muito, muito difícil mesmo, mas nós seguimos, nós tivemos muitos processos eu não sei o desfecho, alguns conseguiram a matrícula por liminares, eu soube de alguns que foram cassados. Mas independente do grau de envolvimento emocional que nós tivemos ali, nós tentamos ser os mais honestos e criteriosos. Porque nós não achávamos justo ter essa possibilidade e você abrir, porque a gente sabia que os próprios alunos não acreditavam neles mesmos, tanto é que os números baixos de vagas foram exatamente pela falta de informação que os alunos tinham sobre o sistema, eles não haviam entendido que precisava se cadastrar. Houve até situações que a gente se sentiu muito mal, depois tentamos melhorar num segundo momento da implantação das cotas, foi que havia alunos, porque o sistema é cota universal, alunos negros e alunos oriundos de escola pública, o negro necessariamente tem que ser oriundo de escola pública. Então muitos alunos passam pela pontuação do sistema universal, ele não precisaria ter utilizado o sistema de cotas, então naquele momento a resolução dizia assim: se o aluno fez a opção pelo sistema de cotas ele tem que entrar pelo sistema de cotas, mesmo que ele tenha tido pontuação igual ou superior aos alunos não cotistas. Nós tivemos situações que o aluno teve uma pontuação tão alta e optou pelo sistema de cotas, mas ele não era negro ou pardo, então ele perdeu a sua vaga, mesmo tendo passado pelo sistema universal. E aí que gerou uma série de reivindicações, porque isto deu apoio, alguns deles que conseguiram liminar por isso. Porque eles haviam sido aprovados e o grande erro na

época da universidade foi que saiu publicado o quanto ele havia feito, então ele sabia que ele havia passado pelo sistema universal, sem utilizar o sistema de cotas, mas como ele havia feito a opção, isso aconteceu, esse foi um problema que a própria comissão diagnosticou na época, então nós fizemos todo um relatório para o CEPE, logo após o término deste momento, isso não foi um dia, nós passamos janeiro, fevereiro e março, porque nós tínhamos segunda, terceira a quarta, quinta, então todas as chamadas nós tínhamos que estar ali, a comissão. Foi extremamente trabalhoso, desgastante, nós não tínhamos sequer carga horária pra isso, nós fazíamos isso mesmo sem nenhuma vantagem, nem em termos de recurso, porque todo mundo que trabalhou no vestibular tinha na época um pró-labore e a comissão não, nunca tiveram absolutamente nada, nem sequer carga horária destinada a este tipo de atividade. A gente se sentiu, até certo ponto, desprezados, me lembro muito bem, a importância da coisa e também por ser a primeira, então nós levamos ao CEPE este problema e nós tínhamos o pessoal da comunidade negra, a D Vilma, então eles também vinham aqui, eram três os representantes da comunidade negra voluntariamente, a universidade não custeava nada. Então, este tipo de problema nós levamos ao CEPE também, quando nós terminamos, fizemos uma reunião para discutir todos os problemas que surgiram. Tudo o que a gente sentiu colocamos no papel e fomos ao CEPE e sugerimos ao CEPE que se retirasse o termo pardo, mas não conseguimos que isso acontecesse, pelo menos no segundo momento continuou a situação da pele preta ou parda, continuou, e não conseguimos aumentar esse percentual que hoje é mantido ainda até 40% do número de inscritos, isso até hoje e foi uma reivindicação da própria comunidade negra, achava que não tinha que ser assim, a própria comissão, mas o Conselho universitário não voltou a fazer nenhuma discussão até hoje sobre o sistema de cotas, nem mesmo a discussão daquela resolução. Parece-me que foi mantido o mesmo critério, agora 2007 eu não sei como funcionou porque eu não trabalhei na comissão, direto com os alunos ingressantes. Em 2006, no segundo vestibular do sistema de cotas, aí nós optamos em entrevistar todos os alunos, independente dele ser negro, de gerar dúvidas. A comissão, nós tínhamos um horário, por exemplo, naquela manhã ficavam três docentes, porque não era todo dia que a gente podia ir. Então, ficávamos em três membros pela manhã, três membros à tarde e daí entrevistamos todos os alunos, eles eram obrigados a passar pela comissão, ali foi legal porque a gente conversava com eles e nós falávamos dos programas de apoio, que foi uma coisa bacana que eu achei da universidade, ela buscou recursos, buscou bolsas, tanto na bolsa Araucária como no governo federal, não só os alunos entraram aqui não, não era um número suficiente, eram bolsas pequenas, mas ajudavam na permanência, e existia uma preocupação por parte da PROGRAD, eu me lembro de estar acompanhando esses alunos e estar me reunindo com eles. Nesse segundo momento, em 2006, nós participamos dessa forma mais diretamente, um contato direto com esses alunos e era bacana porque depois, eu mesma, encontrava esses alunos aqui na Biologia e era uma emoção grande quando, por exemplo, eu sou docente aqui da UEL há 26 anos, 27 anos vai fazer

agora, e eu sei o nome dos três alunos negros que eu tive durante esse 27 anos de tão raro, eu me lembro do nome deles, eram no máximo quatro alunos negros nesses 27 anos, e hoje, no ano passado, eu tive 12 ou 13 numa série, então é muito gratificante e o mais bacana que eu vejo é assim: muitos são cotistas e têm bolsa do governo federal e eu tenho acompanhado os alunos, os que entraram no primeiro ano já estão no terceiro e eles são excelentes alunos, eles têm dificuldades: Têm, mas as mesmas dificuldades que os outros alunos têm. Pelo menos, no meu curso de Ciências Biológicas, eu não sinto diferença. Entre eles e os outros não há dificuldade de relacionamento, não há essa coisa de “ah ele é cotista”. Não tem, eu acho que o próprio curso tem esse espírito de não fazer diferença, tanto os docentes, pelo menos da área biológica. E eles são excelentes alunos, os do Afro-atitude têm se destacado como estagiários, tenho ouvido elogios, então você não sente a dificuldade. Tem dificuldade? Tem, qual a dificuldade de aprendizagem, Biologia é um curso difícil, é um curso integral, o aluno tem que estudar muito e o problema é tanto de escola pública quanto de escolas particulares, é a base que esses alunos chegam até a gente, mas nada que impeça os alunos de acompanhar. Todo aluno de primeiro ano tem dificuldade de adaptação, é uma mudança, tem que crescer rapidamente, tem que se tornar adultos, tem responsabilidades, muitos vêm pela primeira vez, vêm de fora e isso a gente sente em todas as primeiras séries, em todos os cursos tanto na Veterinária, Zootecnia, na Farmácia, a gente sente essa adaptação do aluno, não é porque ele é cotista não, eu percebo isso e é isso que eu acho bacana na universidade, pelo menos aqui nos nossos cursos da área básica, nas disciplinas da área básica não tem essa diferença, talvez a diferença esteja na cabeça deles num primeiro momento, mas eles se integram com muita facilidade, não tenho grandes dificuldades. O que eu achei uma das coisas muito importantes no processo foi o colegiado, o colegiado de curso tem que estar acompanhando de perto esses alunos e tem que sentir as dificuldades e, se sentir alguma diferença, algum problema, ele tem que ir até o foco. Por exemplo, na minha época eu tive denúncias de alunos de escolas públicas que chegaram na escola e uma professora, não era da área biológica, era de outro Centro, e pediu que os alunos que fossem oriundos de escola pública levantassem a mão. E eles com aquele orgulho de estarem aqui sendo alunos de escola pública levantaram a mão e essa docente na época falou que era por isso que eles tinham que estudar muito, porque ela não iria baixar o nível das aulas dela, porque ela sabia que isso iria cair o nível do curso. Então, eles chegaram assim muito chateados comigo, e eu levei a questão para a comissão do sistema de cotas. E eu falei pra ele: “olha, nós precisamos que vocês façam uma denúncia para a comissão, para que a comissão chame esta docente e coloque pra ela o quanto foi difícil pra nós conseguirmos e o que ela está fazendo com vocês”. Mas é aquele medo dos alunos, ela vai me perseguir, ela vai... Mas eu sei que o colegiado fez um trabalho de conscientização, fizemos uma reunião e falamos indiretamente, convidamos essa pessoa, pelo menos não teve nenhuma repercussão, acompanhamos esses alunos e eles foram realmente aprovados, não tiveram problema nenhum. A importância do colegiado é essa de diagnosticar esses focos

de resistência, mas num sentido de não causar problemas pra esses alunos, porque aqui eles são universitários, independente da origem, se são bolsistas ou não, e é assim que nós temos que ajudá-los, mas foi um despreparo, pra começar da própria universidade. Hoje não, porque nenhum docente sabe quem é de escola pública, o negro é lógico, mas mesmo assim, você não sabe se ele é cotista. Isso a comissão conseguiu mudar, porque no segundo vestibular, a primeira classificação eram os melhores alunos independente deles serem cotistas ou não, então aquele aluno que foi aprovado no universal já entrava no universal, então ele liberava a vaga pra um outro aluno de escola pública, isso a comissão conseguiu aprovar no CEPE, então já aumentou um pouquinho e achamos que isso não gerou tanta injustiça, porque se o aluno foi aprovado ele tem o direito de estar ali, independente do sistema que ele havia optado, então isso foi um avanço, um resultado da comissão. Essa comissão, um outro papel importante dela, foi o acompanhamento do professor Ralisch, que era o diretor pedagógico na época da PROGRAD. Ele fez todo um estudo de acompanhamento das notas dos alunos ingressantes da primeira série, curso por curso, ele acompanhou, isso tudo tem na PROGRAD, ou já deve estar na internet, tanto os alunos ingressantes e suas médias, evasão, quantos ao final da primeira série trancaram matrícula, e foi muito bacana e nós percebemos que o aluno cotista pode até ter uma média um pouco menor em alguns cursos, mas não é significativa. Mas a evasão dos alunos cotistas é muito menor do que a dos alunos que ingressaram pelo sistema universal. Isso foi muito bacana, porque nós percebemos o quanto é importante pra eles conseguirem essa vaga. Este estudo foi assim uma glória pra gente, quando nós, que apoiamos tudo isso, vimos o resultado no papel. Em alguns cursos, que tradicionalmente pra eles não houve diferença o número de cotistas, que são os cursos das áreas humanas, História, Pedagogia, Geografia, então pra eles, os próprios docentes não viram o sistema de cotas como uma novidade, porque são cursos que tradicionalmente têm uma procura maior pelos alunos da escola pública e pelos negros, pra nós não da área da saúde, talvez por serem cursos integrais, a procura era menor, os alunos das escolas públicas não acreditavam que eles tinham capacidade pra entrar. Aí pra nós era novidade, e este tipo de estudo foi muito interessante, a gente percebeu isso, que não havia diferença e que realmente abriu espaço e foi efetivo e é por isso que eu acredito, talvez tivéssemos que aperfeiçoar essa resolução, não sei se aumentar, eu ainda não tenho uma opinião pessoal, eu não sei se nós teríamos que fazer como as outras escolas 50% , 50%, talvez a demanda aqui na nossa região...eu não sei, é um estudo a se fazer, pegar todos os dados e levar pra discussão. Eu sinto uma tendência que os alunos de escola pública não são problema pra comunidade, é fácil de aceitar, o grande problema é se fazer reserva pra aluno negro, porque entra a questão: pra que reservar pra negro? Então temos que reservar pra amarelos, aí vem uma discussão toda. Interessante que nós tivemos depoimentos de alunos nossos que apesar de terem entrado pelo sistema de cotas pra negros, eles eram contrários, quer dizer eles usaram o sistema, mas eles eram contrários. Eles achavam que era uma oportunidade que eles utilizaram, mas eram contrários.

Falta um trabalho de conscientização, quem participou como eu participei, a gente ouve os depoimentos e passa a entender o problema, mas eu não estou vendo mais esses trabalhos de conscientização aqui na região, o que a universidade está fazendo pra explicar isso aí? Eu noto que, no ano passado, nós fizemos um trabalho de formiguinha, essa comissão, nós éramos em 9 ou 10, a comissão é grande, mas poucos se envolvem, o representante dos alunos, eu acho que eu o vi uma vez só. A própria comissão acaba não se envolvendo, mas os que se envolveram, o ano passado, nós fomos tentar cobrir todas as escolas de Londrina, cursinhos pré-vestibular também, eu fui a escola públicas de Cambé, por que eu sou de Cambé, pra explicar o sistema de cotas, e pra dizer: “olha, vocês podem! Vocês têm condições, vocês podem se inscrever! Vocês têm chance!” Porque, na cabeça deles, ainda era difícil, então eles não conhecem o processo, que quanto mais gente se inscrever maior vai ser o número de vagas. Então nós fizemos isso, eu mesma fui a mais de 20 escolas, mas foi um trabalho pequeno, porque éramos poucos docentes, mas mesmo assim valeu muito a pena, porque houve até alunos, que nós ficamos sabendo depois, que decidiram fazer o vestibular depois da nossa visita, então valeu muito a pena. Nós tentamos no final do ano retrasado, os colegiados, nós fizemos uma feira aqui na universidade com todos os cursos, pra explicar ao aluno o que era o curso e era ali que nós aproveitávamos pra falar sobre o sistema de cotas, era aberta pra todos os alunos do ensino médio, tínhamos alunos nossos ali que participavam pra explicar o seu curso, porque o que a gente nota é que os alunos de escolas particulares têm acesso a esta discussão, as escolas particulares, como o Maxi e o Universitário, fazem mesa redonda, fazem este tipo de debate, chamam os coordenadores de colegiado, ou fazem uma semana cada curso, com apresentações no Maxi, e o Universitário, isso eles fazem, eles têm esta preocupação, mas as escolas públicas não. Então, eu achei fantástico, deu trabalho porque nós chegávamos a atender 2.000 alunos por período, imagina, falando, falando, falando, mas foi fantástico, valeu muito a pena, porque o aluno vinha aqui em loco conhecer o curso e depois eles diziam: “oh, professora eu estou aqui porque eu fui lá conhecer o curso, vi as disciplinas achei interessante”, porque eles não têm noção do que são os cursos, o que é Biologia, com o que eles vão trabalhar, muitos acham que aqui eles vão trabalhar com oceanografia, não olha o perfil do nosso curso, da UEL tem outro perfil, existem cursos que têm este perfil, mas o da UEL não tem este perfil. Este ano eu acho que não teve este evento, mas é interessante porque é mais um momento que a gente aproveita pra falar do sistema de cotas. Eu acredito no sistema de cotas, ver o quanto é importante pra esses alunos, pra família, porque vem a família inteira fazer a matrícula é um orgulho porque, às vezes, é o primeiro membro daquela família a entrar pra universidade, então foram depoimentos e uma experiência fantásticos, eu acho que todo docente deveria passar por esta experiência pra entender como é importante, entender melhor e pra aceitar melhor esses alunos aqui dentro. Eu acredito que hoje este problema de professores contrários não exista mais, eu acho. Entre os alunos não existe problema nenhum, os alunos não fazem diferença nenhuma, pelo menos aqui na nossa área biológica. Eu

acredito que vale a pena esses alunos aqui dentro. No começo eu tinha as minhas dúvidas também, eu concordo que o governo tem que investir no ensino fundamental e médio, mas você mostrar que o aluno de escola pública é um aluno bem formado, a universidade mostrar isso que está acompanhando, isso faz com que o próprio pai comece exigir do ensino fundamental e médio, que ele seja uma pessoa mais atuante, para que seu filho seja bem formado e possa daí estar competindo aqui na universidade. E eu penso que isso pode fazer com que muitos pais que colocam filhos na escola particular digam: “não, ele tem uma chance de entrar através da escola pública, eu vou colocar meu filho numa escola pública”, aí esse pai vai exigir da escola pública, sabe, uma corrente. A universidade está influenciando, nós temos que fazer alguma coisa. Outro dia, nós estávamos num processo de discussão, e tinha alguns funcionários que diziam: “não, porque reservar vaga? Eu sou contra”. E eu digo assim: “olha, interessante, você é contra alguém que fez alguma coisa, você está sendo contra a universidade que teve a coragem de tentar mudar, porque você não é contra o ensino fundamental e médio que até hoje não fizeram nada, se nós não tivéssemos feito nada, você não estaria dizendo que era contra, porque nós não fizemos nada, agora você está sendo contra porque nós tentamos uma mudança, você está sendo contra a uma mudança”. A pessoa está sendo incoerente, a pessoa está sendo contra, porque imagina, mas enquanto não se mexe, enquanto não se faz uma política maior no ensino fundamental e médio nós que estamos tentando mudar, por que nós não podemos? Então é isso que me convence. Eu aprendi muito com a comissão, a respeitar muito as pessoas, aprendi muito com as pessoas, aprendi muito com a Lúcia Helena, com a Maria Nilza, com a D Vilma, membros da comunidade negra, aprendi como dói a discriminação, uma coisa que eu nunca senti por ser clara, por ser loira, mas como a discriminação dói, depoimentos que me faziam não dormir à noite, porque eu ouvi jovens que choravam, não era discriminação de recursos, por serem pobres, muitos eram de classe média, mas discriminação por serem negros. Aqui dentro não, eram depoimentos fora da universidade, eram coisas que você dizia: “não é possível que alguém faça isso, é muito cruel é chocante”, a gente fica chocada mesmo com o que acontece por aí, porque é muito distante, pra mim, por exemplo, que nunca passei por isso, eu não tinha noção da dimensão da questão, e de como isso dói e, principalmente, como isso marca a pessoa. Por isso que eu acredito, eu acho que nós temos que acabar com isso, temos que fazer alguma coisa, me sinto bem de ter feito, de ter participado do processo ativamente, em momento nenhum eu me arrependo, continuo na comissão de avaliação e acompanhamento. A gente vai se reunir agora daqui a alguns dias, pra ter noção do que está acontecendo. E eu acho que a universidade tem que buscar continuar com a política e buscar recursos pra manter esses alunos, tanto os que entraram quanto os que estão entrando, este é um grande problema buscar recursos pra bolsas, cada ano aumenta o número de bolsas, de carentes, a gente não tem idéia de como os nossos alunos são carentes, mesmo os que entraram pelo sistema universal quanto os de escola pública. Todos precisariam de um apoio,

são poucos os que têm condições de viver sem problema, e a gente faz o que pode. É o momento de deixar de não enxergar.

Depoente: Leoni Maria Padilha Henning
Mai/2007

Leoni Padilha Henning nos informa que a sua participação nas reuniões e debates foi sempre com a intenção de ser muito sensível às opiniões, porque ela sempre busca fazer o seu processo de contradição e construção, mas que ainda não conseguiu ser convencida da positividade do sistema de cotas.

Conta que na viagem que fez para participar de um evento na área da Educação, conversou com um professor a respeito do sistema de cotas, do qual ele era simpatizante, mas que não se convenceu com os argumentos do colega e manteve sua posição contrária.

Outro momento que Leoni diz ter pensado sobre a questão das cotas foi em uma conferência realizada no Centro de Educação, Comunicação e Artes da UEL, cuja convidada, Iria Brezinsk, falou da história brasileira, da nossa cultura, muito contaminada pelo assistencialismo, pelo clientelismo.

Veio-me o sistema de cotas, não sei se ela concordaria como isso como exemplo. Pelo menos nessa visão assistencialista, mas para mim, esse é mais um exemplo, porque, primeiro, é um problema tão complexo, veja que nós estamos aí numa situação extremamente difícil de nos posicionar porque se nós nos posicionamos contrários, logo nos vem o apelo de sermos preconceituosos, de não querer o negro, enfim, não querer o pobre na Universidade. Então, ninguém em sã consciência, em tese, não aceitaria políticas inclusivas, eu acho que nós não poderíamos ser jamais contra a idéia da inclusão de alguém em algum lugar. Quer dizer, esse retorno do indivíduo que por direito teria seu espaço na sociedade que foi excluído, deveria sim haver esse acolhimento por parte das políticas públicas, mas eu não vejo que seja só assim, dentro da Universidade, que se resolve via educação, porque nós estamos falando de educação, aí você pode até dizer: “ah, mas está havendo outras ações também”. Mas, eu estou falando da Educação, primeiro porque a Universidade não vai resolver esse problema de marginalidade dessas pessoas, eu vejo que em primeiro lugar precisaria um emprego garantido para essas pessoas, essas pessoas precisam sobreviver decentemente, dignamente. Vindo para Universidade não vai garantir, em primeiro lugar isso, que ele vai ter uma vida com emprego garantido, um emprego que vai lhe dar todas

essas condições. Segundo, que esses saltos na cultura são extremamente trágicos até, eu imagino assim, hoje eu pensei um pouco sobre esse assunto, até para me clarear, para me tornar mais clara para você, caso você me perguntasse, estava imaginando que se eu fosse uma dessas pessoas, e aí ao cabo de um curso superior eu me tornaria, todo mundo muito ansioso, a família, os amigos, a comunidade na qual eu pertenceria hipoteticamente e, ao retornar, a ansiedade das pessoas levariam a dizer: voltou uma pessoa vitoriosa, e aí nada dá certo. Porque é verdade que a Universidade não garante, aí a pessoa se culpa, eu sou burra mesmo, sou eu o problema, porque as condições me foram dadas e eu não consegui transpor obstáculos e esse não é o problema, o problema do emprego, eu acho um problema extremamente primário na nossa sociedade que é a sociedade do consumo, uma sociedade que você para sair de casa você precisa de dinheiro, você vive ainda mais nas zonas urbanas, você precisa de transporte, você precisa das coisas mínimas que exigem dinheiro. Então, primeiro você precisa de emprego, vir à Universidade indivíduos que não podem comparar, muito mal, um caderno para fazer um rabisco. Aí, vem a bolsa, entende, esse assistencialismo, eu penso assim, e como que eu interpreto esse assistencialismo? Essas pessoas vão ficando quietinhas, cinco anos garantidamente elas vão ficar quietinhas lá, esperando o grande dia que elas vão se formar, vai ser o coroamento de um sonho, não só para elas, mas para toda uma família, enfim, uma comunidade toda que se envolve com a questão. Cinco anos a pessoa vai ficar sonhando, então eu vejo riscos muito sérios, frustrações, estou muito mais certa que vai ter mais frustrações do que outra coisa. Então veja, é um assistencialismo muito grande isso aí.

Num universo de pessoas das quais estamos falando, pergunta a depoente, num universo grande, quantas que seriam beneficiadas? É um percentual pequeno, se nós formos ver, responde ela própria.

Eu não duvido que isso possa acontecer, mas em termos de uma população que se fala em nome dos negros, dos pobres, é um percentual muito pequeno que vai ter essa condição de sucesso. Por quê? Porque primeiro são necessárias condições de infra-estrutura indispensável para ir numa Universidade. Os estudantes aqui, na nossa área, sofrem com a precariedade da biblioteca, precisam comparar livros, ou conseguir emprestado, não é fácil, nós não temos uma infra-estrutura de apoio que garanta que pelo menos esses que entraram tenham condição igual, começa aí o problema. Isso desmotiva, todos nós professores tivemos e temos alunos nessas condições dentro da sala de aula, é uma questão humanamente difícil de se lidar porque você é obrigado, evidentemente não obrigado por lei, mas obrigado por ser humano mesmo, por profissional, você deve atendê-los de maneira

igualitária, mas você vê o desnível da discussão, você vê que existem pessoas em sala de aula que ficam revoltadas, porque queriam mais e mais, mas tinha pessoas participando com perguntas muito básicas, então emperrando a aula, aquelas pessoas que estavam mais ansiosas reclamando, porque elas queriam crescer, não queriam ser puxadas para baixo, então uma aula que às vezes poderia ir muito mais para frente você fica patinando. E, muitas vezes, pessoas desmotivadas, saindo da sala, parece que tudo aquilo não está ao alcance dela. Um exemplo é uma aluna que sempre tinha muitas desculpas para sair da sala de aula, ou para fazer alguma coisa, ou para falar com alguém, ou para ir a um evento. Eu a chamei quando eu percebi essas questões e disse: “olha, eu te aconselho, se é que conselho é bom de ser dado, eu te diria o seguinte, que você deveria se dedicar mais a essa disciplina porque eu estou percebendo que você vai mal, em termos de avaliação, você está desmotivando-se cada vez mais, justamente por isso, chega um momento que o assunto vai ficando tão alheio aos seus interesses, ao seu alcance que você começa a se incomodar, fica instável, quer sair. Deixe os projetos por enquanto, outros compromissos, que até te interessem, o Centro Acadêmico, pare com isso por enquanto e mergulhe nos estudos até você se sentir confortável, aí sim você começa a fazer isso. Mas isto a motivava muito mais, estar no Centro Acadêmico discutindo questões sociais, e a disciplina se tornava um obstáculo para pessoa. Na verdade, qual é o motivo pelo qual ela entrou? Formar-se e ser um profissional que participa politicamente, socialmente, mas cadê o conteúdo? Que é o primário nessa situação? Então, esse é um ponto, estrutura, que essas pessoas tenham condições para, pelo menos, tirar o prejuízo de condições mais próximas de poder crescer rapidamente, para poder interagir, para não ficar à margem depois os colegas, olhando meio atravessado porque eles passam a ser até um empecilho, muitas vezes, em sala de aula. Bom esse é um ponto, outro ponto que eu vejo em termos de política, eu não vejo se falar com tanta (...), já houve no Brasil, poucas décadas atrás, quando se falava muito em escola básica, em escola pública, pública porque, naquele momento, se falava em escola pública, mas vamos falar em uma escola básica forte, com público e privado, porque hoje é uma realidade. Mas uma escola básica de fato, forte, inclusiva ou que pelo menos ela produza a exclusão. Cada setor da educação tem uma finalidade, a finalidade justamente de oferecer as ferramentas indispensáveis para que as pessoas sejam inseridas na sociedade, é a escola básica. É aí que está a origem e o grande motor de uma sociedade que se desenvolve, que progride culturalmente, que cria melhores condições dos diferentes setores para todos, mobiliza todos a participarem das decisões mais importantes da sociedade, sem essas ferramentas básicas isso não pode acontecer, que é a escola básica que oferece.

Jogar essa responsabilidade para Universidade é muito ilusório, é aquela coisa que finge que aprendeu, aprende mais ou menos, vai ser um profissional que vai reproduzir essas imperfeições, essas lacunas, ou se frustra, o que eu acho um perigo,

todo mundo se frustra, professor se frustra porque não deu conta de incluir aquela pessoa efetivamente, conclui Leoni.

Então, eu penso, como eu disse no início, sistema de cotas e todas as políticas de inclusão nós deveríamos apoiar, em tese, mas a forma que estão sendo apresentadas não me parece algo realista, então eu acho que a universidade não é o lugar primeiro disso. Se for considerado assim, ela exige que outras ações com a mesma grandeza, com a mesma força sejam também desenvolvidas, que é o fortalecimento da escola básica de fato. Existe naquele livro “Cuidar da Escola”, teve aquela época, acho que nos anos 80, que saíam muitos livros com gráficos, com figuras, então eu lembro que tinha uma que mostrava um desenho de muitas pessoas entrando na escola e mostrando todas as comportas por onde saíam, que eram jogadas para fora, só uma minoria saía lá em cima, e os demais eram jogados por várias comportas em diferentes lugares. Então, seria bom que todos que entrassem na escola básica, conseguissem sair da mesma, aí sim eu acho que o sistema de cotas, acompanhando aqueles que já estão fora, seria talvez uma parte dessa inclusão real. Outra coisa: eu não vejo também, então eu vejo assim, educacionalmente, nós falamos da questão do emprego, falamos da infra-estrutura e tal, mas se nos focalizarmos na educação, na qual nós estamos interessados, eu acho que seria então uma exigência dessa ação, o sistema de cotas na universidade, o fortalecimento das ações, mas efetivo, não de conversa que a gente ouve na televisão, nem nos discursos políticos, o fortalecimento da escola pública, é claro que da particular também, mas eu vejo a escola pública uma responsabilidade muito maior, na escola básica, fundamental e médio, hoje não mais se entende uma educação necessária apenas de oito anos do fundamental, a base é o fundamental e médio, mais completo, mais geral, em várias perspectivas, ambiental, ecológica, política. Hoje, como as pessoas sem formação se sentem ouvindo os noticiários que falam de outros países, falam de questões que se praticam aqui e que interferem no outro lado do mundo ou, ao contrário, questões sobre o aquecimento do planeta, são questões que hoje exigem uma formação, essa básica, indispensável, não podemos mais nos tornar analfabetos culturais, nem é mais o analfabeto de saber ler e escrever, o analfabetismo é a questão de poder se posicionar, compreender as notícias, saber se posicionar. A escola básica para mim é o ponto central e nem é uma novidade, isso é uma coisa básica para nós da educação, uma coisa que eu estou dizendo, mas que já é um discurso consagrado na educação. A Lei de Diretrizes e Bases ficam insistindo nessa formação integral completa para que as pessoas possam de fato integrar-se na sociedade, participar, isso é básico, isso para mim, se fosse acompanhar esse sistema de cotas, já atenuaria as minhas críticas a isso, de fato está havendo uma política sustentada que está fechando as comportas que derramam ignorância na sociedade. O sistema de cotas sozinho é um vôo rasante, já vai cair tudo isso por terra. Então veja, esse é um ponto em termos de educação, o segundo ponto na

universidade quando se fala no sistema de cotas, a meu ver, deveria haver uma política com a mesma força, com o mesmo interesse na formação de professores. Eu não vejo acontecer isso. Para justamente os professores que se formam nas universidades, dentre os quais muitos vêm por cotas, possam retornar lá, na formação inicial da nossa gente, bem formada, eu nem estou falando tanto que é óbvio, que as pessoas sejam bem preparadas intelectualmente, mas que tenham sensibilidade educacional. Gostem da educação, tenham paixão pela educação, é preciso isso, porque sem isso ninguém faz nada. Então, as licenciaturas, as pessoas são formadas quase que por arremedos, eles ensaiam, sabe? Eles ensaiam como uma alternativa, talvez segunda, terceira, quarta, que eles terão, a carta tem que estar na manga, se não tiver emprego de qualquer outra coisa ele vai ser professor. Então falta sensibilidade educacional, a pessoa tem que ser gerada, professor tem que ser gerado dentro desse ambiente de paixão educacional, senão não sai nada. Como é que vai, uma relação educacional tem muito amor. É aquela alegria de aprender e alegria de ensinar. Eu acho que todos nós temos momentos em que a gente se emociona ao aprender alguma coisa, eu lembro muitos que aconteceram comigo. O campo educacional é para além do intelectual, é o campo humano por excelência. Então, essa relação afetiva, educativa que ocorre nessa maravilha que é uma sala de aula exige que essa formação desse profissional, que estou dizendo que a meu ver, que não é só, quando se fala em formação em qualidade logo se pensa pessoas extremamente bem preparadas, eruditos, muita informação, com muitas habilidades, muitas competências, isso, é claro, que é importante, mas sem a sensibilidade educacional, sem saber o valor que existe, olhar no olhar, não adianta. Então veja, se os nossos licenciandos continuarem sendo preparados do jeito que são, com vergonha de ser professor, dizendo: “meu curso é bacharel, mas eu faço também licenciatura”, como se ser apenas licenciado fosse algo de menor valor. Então veja, as pessoas, nos cursos de licenciatura, têm que dizer: “olha, nós temos licenciaturas para formar professores e essas razões que eu estou colocando aqui, por isso que ser professor é importante, você pode ser bacharel por opção, todos nós temos que ter opção, mas aqueles que vão abraçar a causa da educação precisam ter uma formação diferenciada, muito diferenciada”. Mas as pessoas falam assim como professor de básico, mas com o professor universitário ninguém está preocupado, ele como professor universitário ensinando uma disciplina que ele acha que é difícil, que é da profissão dele etc, ele se esquece que ele está sendo professor também. E que ele deveria ter a sensibilidade educacional também. E multiplicar isso também. Ele é professor, não interessa se é da pré-escola até a universidade, ele é professor igual, igualzinho, vai fazer diferenças para o bem e para o mal na vida das pessoas. Então, eu não vejo acontecer paralelamente a essa defesa do sistema de cotas, a defesa da formação dos professores. Como eu disse, a formação dos professores, ouve-se dizer: “ah, mas os cursos estão melhorando, os cursos são avaliados, etc.” Eu não estou dizendo isso, eu estou falando de professores bem formados intelectualmente, pelas competências, isso é importante, mas sensibilidade educacional social, especificamente educacional e educativa, não há como melhorar a

qualidade do ensino básico. Não podemos ter esses arremedos de formação de professores nas licenciaturas, ainda permanecem pessoas dizendo que aqueles que sabem vão trabalhar em outra profissão e os que não sabem vão ser professores. Os que não vão muito bem no curso, “ah vai dar uma aulinha em algum lugar”, e ali começa a sua história de professor, muitas vezes ele até se constitui em um bom professor, mas aí já passou tanta coisa importante que a universidade poderia ter oferecido para ele, uma formação mais sólida. Aí, continua aquelas comportas, sobre as quais eu me referi anteriormente, que jogam, excluem pessoas, têm continuidade, não são fechadas, só são interrompidas por maus professores muitas vezes, professores que às vezes sabem muito, sabem muito bem do que estão falando, mas não têm, não conseguem um relacionamento educacional de fato. E aí acabam expelindo essas pessoas para fora do sistema. Então, novamente e resumidamente dizendo, se falar eu sou contra ou a favor do sistema de cotas, eu quero dizer, toda política inclusiva em tese, ela é aceitável, a forma como eu vejo esta que está aqui, é uma forma paliativa, assistencialista na medida em que ela leva a um silenciamento por um prazo médio de quatro ou cinco anos por aqueles que são beneficiados pelo sistema, e dos seus parentes e amigos e enfim, os que o rodeiam, esperando o belo dia da formatura em que eles vão ter o coroamento do sucesso, que eu acho extremamente arriscado apostar nisso, pelos fatores que nós já discutimos. Então, a meu ver, se esse sistema fosse acompanhado educacionalmente, não estou incluindo todos os outros fatores, porque daí teria um problema extremamente complexo, falando socialmente. Mas educacionalmente, se ele fosse acompanhado pelo menos de uma política séria de formação de professores para ser esse o elemento importante no fechamento das comportas que multiplicam a exclusão e também acompanhado de um fortalecimento muito forte, muito importante, em relação ao ensino básico, à educação básica, aí sim eu veria que seria mesmo uma política que possivelmente estaria dando certo. Como eu não vejo, só fico pela crítica, eu vejo como um assistencialismo dos piores, barato e que não vai levar em nada. O pior é que todos nós estamos entrando num engodo, de medo de sermos taxados de preconceituosos, nós dizemos que estamos a favor. Voltando a dizer, ninguém em sã consciência vai ser contra, agora, nós devemos estar atentos de que a gente cai num engodo sem fundamentação argumentativa. Eu acho que nós estamos numa situação, que para nós que estamos envolvidos com pesquisa em educação e tal, está se colocando um problema que a gente pensou que já sabia e que a gente não sabe mais, que é: o que é educação, o que é universidade, nós temos que voltar a repensar sobre isso. E quando se fala em educação, repare nos discursos, educação virou um conceito extremamente ambíguo e é uma coisa interessante da gente pensar que nós estamos, em termos de Ciência da Educação, nós pensávamos que já vivíamos uma etapa de um aprofundamento teórico bastante importante, uma vez que as pós-graduações em educação se consagraram nesses últimos anos, com importância, com produções importantes, mas acabou que nós estamos vivendo um momento que parece que nossa contribuição deve voltar a inventar a roda, temos que voltar lá e perguntar: o que é

educação, a gente tem que desmanchar os discursos, os discursos estão promovendo ambigüidades muito grandes, a educação pode, a educação faz, mas de que educação que se fala, que educação é essa sobre a qual se fala?

Depoente: Ricardo Ralisch
Janeiro/2008

Em contato pessoal com o professor Ricardo Ralisch, em 30/01/2008, nos foi possível esclarecer alguns fatos, sua participação neste trabalho foi de fundamental importância.

Inicialmente, ele nos relatou que participou das discussões sobre o processo da implantação do sistema de cotas na UEL em duas circunstâncias:

1) A partir de 2002, como coordenador do Colegiado do Curso de Agronomia e, como tal, membro da Câmara de Graduação, dos Conselhos de Ensino, Pesquisa e Extensão e Universitário e, ainda, representante do CEPE junto à COPESE, que imprimia significativas alterações no Vestibular da UEL.

2) De 2004 a 2006 esteve à frente da Diretoria de Assuntos Acadêmicos da PROGRAD, cargo executivo, e também assessorou a Câmara de Graduação, o CEPE e o CU nas discussões sobre a composição da COPS e sobre a implantação do sistema de vagas diferenciadas. Nesse cargo, operacionalizou o processo de matrículas pelo novo sistema de vagas, coordenou as comissões de homologações das matrículas para negros em 2005 e 2006 e a comissão permanente de avaliação do sistema de vagas nesse período.

Afirmou que, ainda em 2002, participou do seminário promovido pela CAE, onde o Movimento Negro de Londrina apresentou os argumentos para pleitear a destinação de vagas do vestibular da UEL aos negros em todos os cursos de graduação. Nessa ocasião, os conselhos da UEL discutiam a necessidade de adequação da UEL à LDB e às propostas da reforma universitária e, também, a reformulação do vestibular da UEL.

Perguntamos ao professor Ralisch sobre uma provável lacuna nesse processo, pois pudemos constatar no jornal institucional, que após o evento com o Movimento Negro em 2002, as notícias que se seguiram sobre novas discussões

ocorreram no primeiro semestre de 2004. A dúvida que tínhamos seria se tais discussões não haviam ocorrido no âmbito dos colegiados de cursos. De acordo com a experiência vivida por Ralisch, de 2002 a 2004, de fato não houve mesmo discussão generalizada sobre o tema nos colegiados. Enfatizou que, nesse período, a Câmara de Graduação e os Conselhos Superiores estavam concluindo as diversas comissões de sindicâncias e disciplinares derivadas dos problemas administrativos da gestão anterior e tratavam da reforma regimental e estatutária da Universidade, não havendo, portanto, espaço para a discussão de tema tão complexo. Somente em 2004 é que as discussões retomam o assunto das cotas em função de uma percepção de que o corpo discente da UEL não representa adequadamente a nossa sociedade que é embalada pelos novos Estatuto e Regimento da UEL, pela posição brasileira assumida em Durban e pelo envio, pela administração superior da UEL, de uma proposta ao CU de sistema diferenciado de vagas.

Conta ainda que, atuando como Coordenador de Colegiado e depois como Diretor de Assuntos Acadêmicos da PROGRAD, possibilitou sua participação em todo o processo de maneira intensa, exigindo sua análise aprofundada do assunto e seu posicionamento pessoal.

Considera que se entre 2002 e 2004 não houve discussões nos colegiados e nos conselhos por um acúmulo de atividades e uma deficiência operacional desses fóruns para refletir sobre a Universidade. Institucionalmente, porém, a PROGRAD mantinha contato com o Movimento Negro através do professor Jairo Pacheco. Fato que contribuiu para a ampliação das informações e dos dados que foram empregados posteriormente nas discussões.

Acrescenta ainda que, em 2004, o tema assume as devidas proporções nas instâncias deliberativas, desencadeando uma série de discussões e busca por mecanismos que oportunizassem as mudanças pretendidas.

Considera importante destacar que foi a necessidade de discussões sobre o novo regimento que exigiu pensar-se uma nova universidade e que possibilitou a implantação do que na época chamou-se de “sistema diferenciado de vagas”. As questões discutidas nos conselhos eram:

A sociedade local, regional e nacional está adequadamente representada na UEL? Ser aluno de uma universidade pública é uma questão de mérito ou de direito? A universidade tem o direito de reservar vagas? De que forma o racismo se manifesta no Brasil? Sobre esses temas considera que houve boa discussão nos conselhos.

O professor Ralisch avalia que, por volta de 2000, começa a haver uma mudança do caráter do vestibular, passando a ser mais interpretativo, denotando uma preocupação da comunidade universitária com o perfil dos alunos aprovados nos vestibulares, anterior à discussão da adoção das cotas. Ficou clara a intenção de se alterar significativamente o mecanismo de ingresso dos calouros. De acordo com o depoente, o que ocorreu foi um esforço conjunto visando mudanças que dessem oportunidades para os alunos costumeiramente discriminados pela sociedade. Depois de ampla discussão, tornou-se consensual que a discriminação no Brasil é velada e que o é pela aparência das pessoas e não pela sua ascendência. Ou seja, discriminam-se os negros e os pobres genericamente. Portanto, deveria haver cotas sócio-econômicas, optando por dirigi-las aos negros e aos alunos oriundos das escolas públicas. Mas como identificar os negros?

Decidiu-se pela adoção do critério do IBGE que estabelece que negras são as pessoas que possuem pele preta ou parda. Portanto, para os negros, o critério a ser adotado seria o da cor da pele; para os alunos oriundos do ensino público, o critério seria a obrigatoriedade do aluno ter estudado os últimos sete anos da formação básica integralmente em escolas públicas.

É muito importante esclarecer que as cotas raciais na UEL não são para afro-descendentes, usar este termo é um erro, por não representar as deliberações do Conselho Universitário. Segundo Ralisch, as cotas foram destinadas aos alunos oriundos das escolas públicas (até 40%), parte destas (até 20%) destinadas aos alunos negros, independentemente de sua ascendência.

Outro ponto importante é a questão da proporcionalidade das vagas para as cotas em função do número de inscritos ao vestibular. Apesar do Movimento Negro nunca ter aceitado tal proporcionalidade, foi uma proposta que repercutiu muito bem nos conselhos e, portanto, contribuiu para sua aprovação. Complementarmente, a proporcionalidade acabou por induzir a uma necessidade de divulgação do sistema

junto ao público favorecido, o que foi muito salutar para ampliar a procura desse público aos cursos da UEL. Para esse público, a UEL voltou a se tornar tangível, melhorando a estima desses alunos. Ralisch enfatiza que considera que este assunto merece estudo aprofundado pelas áreas pertinentes e se trata de um efeito indireto da adoção de uma política afirmativa pouco estudada e divulgada.

Realizados os Vestibulares de 2005 e 2006 com o mecanismo de cotas, Ralisch considera importante destacar alguns aspectos:

a) os efeitos e os resultados foram positivos. Mesmo não tendo havido a repercussão esperada junto ao público favorecido inicialmente, percebeu-se claramente o efeito de oportunidade gerada, e ele acredita que paulatinamente ampliará o envolvimento desse público com a UEL, criando novas demandas à universidade, o que é extremamente salutar;

b) a Comissão de Homologação de matrículas para negros tem papel fundamental evitando o uso indevido do sistema. Na opinião do depoente, o papel da comissão deve ser o de identificar os candidatos evidentemente não negros pleiteantes às vagas e não o contrário, o que habitualmente se imagina. Para tanto, no caso da UEL e dos candidatos negros, deve se valer exclusivamente da cor da pele. A maior dificuldade reside na distinção dos pardos. O Movimento Negro também resiste em considerá-los negros, podendo ser considerados como duplamente discriminados, pois os pardos muitas vezes não passam pelas mesmas discriminações pelas quais passam os negros. Mas, isso não é considerado e os pardos, apesar da dificuldade da classificação da cor, são incluídos no benefício das cotas raciais. Considera também que os diferentes mecanismos adotados pela Comissão em 2005 e 2006 foram interessantes, cada qual com suas vantagens e desvantagens. Mas, lamenta o professor, essa experiência não ter sido aproveitada por motivos políticos, associado à mudança na gestão da UEL;

c) deveria haver um estudo sobre o conflito pessoal por que passam algumas pessoas negras frente às políticas afirmativas, pois durante boa parte de suas vidas foram induzidas a se afastar de sua identificação como negras, até por uma questão de sobrevivência e, repentinamente, são solicitadas a se considerarem e se declararem

negras. Segundo o professor, deveria haver uma preocupação com os efeitos disso nas personalidades das pessoas envolvidas;

d) é crucial que o sistema seja continuamente avaliado e que os resultados sejam publicados. Avaliou-se o desempenho dos estudantes que ingressam através do regime de cotas em 2005 e 2006 e ficou evidente que, em termos de históricos escolares, o desempenho dos cotistas é rigorosamente igual aos demais; por outro lado, constatou-se que em termos de envolvimento e participação nas atividades pedagógicas, os alunos cotistas tendem a ser superiores. Da mesma forma, tais dados foram disponibilizados e apresentados à atual gestão da PROGRAD para que fossem completados, continuados e publicados, o que, aparentemente, não interessou a atual gestão.

Finalmente, Ralisch considera importante que reflitamos sobre o comportamento da nossa sociedade frente à mercantilização dos vestibulares pelos cursinhos. Neste aspecto, o professor enfatiza sua crítica em relação aos colégios e escolas. Reprovar em vestibular de universidade pública não é nenhum fracasso dos alunos, assim como ser aprovado não é nenhum mérito, pois vestibular não avalia mérito, ele apenas classifica com base em critérios vagos, variáveis e falhos. A apologia às aprovações exploradas pelas escolas privadas e encapadas pelas famílias, genericamente, cria nos calouros das universidades uma sensação de dever cumprido e de afastamento das responsabilidades de estudante, gerando dificuldades de convívio e de comportamento com os quais se defronta principalmente nos anos iniciais dos cursos. Acredita o professor ser fundamental que se crie um movimento contrário a esse e que pode se originar na não aceitação dessas posturas pelas escolas. Passar no vestibular deve ser encarado como uma consequência de uma boa formação básica e não como objetivo dessa formação.

**Depoente: D. Vilma Santos de Oliveira
Fevereiro/2008**

Em 2002, segundo D. Vilma, houve a apresentação da proposta do Movimento Negro pelo seu presidente. “A primeira vez que se apresentou a proposta de cotas para a UEL, foi com o Edmundo em 2002”.

Ele entrega esta proposta e fica quieto, não se discute, isso fica adormecido lá. Aí a gente sabe que o Edmundo foi presidente do Conselho Municipal da Comunidade Negra, e ele tinha uma forma de agir, que ele sabia que a gente queria, sabia da necessidade de discussão, mas ele fazia tudo sozinho. Ele não reuniu um grupo para discutir. Ele sabia que todo mundo queria aquilo, mas ele não reuniu um grupo, ele resolvia lá, diretamente. Nesse meio tempo, logo em seguida, eu assumi o Conselho, ele sai e eu entro no Conselho, aí acontece aqui em Londrina o Fórum Nacional de Cultura, e nesse Fórum veio uma assessoria da Palmares, um rapaz chamado Zulu Araújo e aí eu conversei com o Zulu que veio convidado pela Secretaria de Cultura e falei para ele da nossa vontade de implantar cotas, fizemos um grupo e discutimos a possibilidade da implantação das cotas, ele gostou da idéia e disse que a Palmares poderia fazer aqui um Seminário para o entendimento de cotas e precisaria de uma parceria do município. No outro dia, no mesmo Fórum, encontramos a Lygia e o Bernardo Pelegrini, Secretário de Cultura, aí nós conversamos ali, uma conversa de corredor, eu, o Zulu, a Lygia e o Bernardo e houve ali um entendimento. E aí a Secretaria daria a contrapartida do município, e a partir dali o Zulu e o Bernardo ficaram em contato e a comunidade negra também, fazendo parte dessa negociação. Já conversamos com a Lygia que aceitou o Seminário, o primeiro momento seria aceitar o seminário para entender porque cotas, e aí nós fizemos o seminário em 2004. Esse foi o primeiro seminário oficial que nós fizemos. Acontece o seguinte, só nós aqui da Comunidade Negra de Londrina não tínhamos força para chegar dentro de uma universidade e falar que nós queríamos cotas, não tinha como. Aí então, o que acontecia? Nós precisávamos de alguém que tivesse mais subsídios, aí nós fomos falar com o Zulu que no momento era o Diretor de Pesquisas e Divulgação da Palmares, nós fomos falar com ele e ele foi claro, e disse: “nós temos um seminário pronto que anda pelo Brasil”. Aí eu falei: “é isso que nós precisamos, um seminário para trabalhar o debate aqui, para que a gente possa trabalhar a implantação aqui”. A Lygia aceitou e houve a parceria com a Secretaria da Cultura e a boa vontade do André Galvão e aí veio o seminário. Este seminário abriu as discussões e depois dele nós fomos trabalhar a questão. Então, de 2002 até este seminário em 2004, foi o momento que ficaram realmente paradas as discussões sobre a implantação, pois até então nós não tínhamos força. O problema da questão da proporcionalidade é o “até” 20%, esse “até” não poderia ter na Resolução, porque mascara a situação, porque você fica imaginando que nós temos 20% de negros na universidade e não temos. As vagas são proporcionais ao número de alunos inscritos no concurso vestibular de 40%, das quais 20% são para alunos oriundos de escolas públicas e “até” 20% das vagas para alunos negros. Porque

é assim: eles não conseguem entender que quando a gente luta buscando cotas para negros dentro da universidade, o pessoal não consegue entender que negro é o mais pobre no país, que o negro não está estudando, não está dentro da escola fundamental, ele não está no ensino médio e ele não está na universidade, ele não está. Nós não temos esse número de negros, 2%, 1% de negros que estão. O que nós vamos fazer? Vamos preparar um material e ir para escolas incentivar os alunos negros para virem para universidade se inscrever, porque eles têm 20% de vagas garantidas. Mas se nós encontrássemos 50% lá, pois o negro não está na escola. Mas por que ele não está na escola? Porque ele tem que trabalhar, porque ele tem que comer. E sabe por quê? Porque lá na penitenciária tem 80% das vagas reservadas para negros, lá tem. Lá na favela tem 90% dos barracos, dos espaços de favela, são reservados para negro, e aqui na universidade tem 1%, ele não vê motivo para ele estudar. O negro ainda não está na escola, então o que eu faço, fico pregando na cabeça de todo negro que eu vejo estudando e dizendo: vai, vai tentar o vestibular. Eu posso falar para minha neta que tem oito anos que ela tem vaga garantida na UEL, que ela precisa estudar porque a vaga que está lá não é só pros alunos que vêm dos cursinhos caros não, aí isso muda. O problema aqui no país nosso não é raça, é cor. As cotas na UEL não são para afro-descendentes, são cotas para negros. O problema é o pardo, os alunos dizem que são pardos e como contestar, está lá escrito. Na última comissão eu me senti uma palhaça, foram me questionar, perguntando por que eu melindrei uma candidata, que era para eu me ater às três perguntas estipuladas. Aí eu disse: por mim agora, passo qualquer um que se declarar negro ou pardo, não é isso que está escrito lá? A gente trabalhava na comissão de avaliação, 2 horas, 5 horas, até as 7 horas da noite, meia noite, não tinha horário, não recebia nem um ticket refeição, nada. Faz quatro anos que eu estou lá, eu nunca recebi nem um ticket refeição, já fiquei lá das sete às sete. Mas, no início, eu entrava na sala do Jairo para conversar, discutir os problemas. Hoje, eu sinto que a gente está ali, porque eles não têm o que fazer com a gente. Antes, eu dizia para o candidato: “eu espero que você entre negro e saia negro, porque normalmente não sai, viu?” Porque eles entram ali, eu nunca generalizo, mas alguns acabam saindo dali branco, sem nem ao menos se lembrar da família dele. Fala: “ah, agora eu já aprendi”. Eu atribuo essa desorientação a muitos professores de lá, que são ricos e insensíveis, que nunca passaram numa favela, nunca viveram uma realidade, que não sabem o que acontece lá. E depois, o que foi favelado vai esquecer que foi da favela e vai ficar loirinho.

Os dois grandes entraves na Resolução que institucionalizou as cotas, segundo D. Vilma, são sem dúvida os termos “pardos” e o “até” 20%, ou seja, a proporcionalidade.

Os próximos candidatos a reitor, o Movimento Negro tem que negociar, ficar atento, acudindo para não ser mais assim. Eu quero que tire esse “pardo” da Resolução e esse “até” 20% das vagas. E as cotas só acontecem, eu atribuo particularmente, não é só para rasgar seda para ninguém, elas entram para universidade e são implantadas, porque a Lygia era uma pessoa sensível, sabia governar e a universidade, durante o tempo que esteve na mão da Lygia tinha realmente duas vias, a universidade vai até a comunidade e vem. Agora, quando a universidade tem só uma via, ela sai, suga a comunidade e vai tirar a conclusão sozinha. Você, não é a primeira aluna da UEL que vem aqui, eu já perdi as contas de alunos da UEL que eu atendi, eu sirvo de laboratório aqui, então a universidade vem e busca aqui, suga e leva lá e eles vão dissolver aquilo e tirar as conclusões e o aluno nunca mais vai vir.